

cadernos do

terceiro mundo

Cz 15,00 • Ano IX • Nº 91

EXCLUSIVO:
Tomás Borge

A LEI DO
MAIS FORTE
NA
ECONOMIA
MUNDIAL



LISBOA - MAPUTO
BY NIGHT



O TEMPO VOA NUM SONHO

De Lisboa para o Maputo, o tempo voa, marcado pela comodidade. Tranquilo, repousado, V. pode ainda deslocar-se do Maputo para Johannesburg, Harare, Lusaka e Dar-es-Salaam. V. escolheu um DC 10 wide body da LAM. Mais do que uma companhia aérea moderna – uma equipa atenta que rodeia o seu voo de simpatia e bem estar.



 **LAM**
Linha Aérea de Moçambique

R. Joaquim A. Aguiar 69-B 1000 LISBOA Telef. 65 61 18/9 Telex 16713 DETA P.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Juan Somavía, Henry Peace García, Aquino de Bragança, Wilfred Burchett (1911-1983)
Redação Permanente: Artur Poerner, Antonio Aragão, Cláudia Neiva (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REDAÇÃO CENTRAL - Rio de Janeiro

Coordenação de Produção: José Carlos Gondim; **Departamento de Arte:** Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Vanda Freitas, Pedro Toste, Reginaldo Caxias; **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Lídia Freitas, Elizabete Mesquita, Marco Antonio C. dos Santos, Eunice Senna, Leila Maria C. Pinto, Jozira Santos Lima; **Composição:** Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luiz Correia, Carlos Rogério H. Silva; **Revisão:** Cléa Márcia Soares, Sandra Castello Branco; **Departamento Comercial:** Maria Neiva.

EDIÇÕES REGIONAIS

● **Edições em Português**

Brasil

Diretor: Neiva Moreira

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho - São Paulo; Clovis Sena - Brasília. **Circulação, Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa.
Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro. RJ - Telef: 242-1957 - 222-1370 - Telex: 21-33054 CTMB-BR
Fotolito e Impressão: Ebanó Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799. Tel.: 580-7171.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Editor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10/1º - Lisboa - 1200 - Tel.: 32-06-50. Telex: 42720 CTM-TE-P

● **Edições em Espanhol**

Rio da Prata - Cone Sul

Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso; **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U.S.A.: Avda. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13-Montevideo, Uruguai. **Impressão:** Rosgal S/A. Gral. Urquiza 3090, Montevideo; **Distribuição no Uruguai:** Berriel e Martínez, Paraná 750 Esq. Ciudadela, Montevideo/Tel.: 90-51-55; **Distribuição na Argentina:** Kioskos, J. Di Pietro e Cia. Boilvia 529. Tel.: 611-2801, Buenos Aires; **Livrarias:** Hugo Emilio Palacios - Los Patos 2420. Tel.: 942-5788 Cod. 1284 - Capital Federal.

México, Caribe e América Central

Editor: Rubén Aguilar

Assinaturas: Berta Arrufe; **Distribuição:** Gustavo Leyva; **Correspondência:** Apartado Postal 20572, 01000, México, D.F. **Impressão:** Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922 México, D.F. **Editorial Periodistas del Tercer Mundo.** California 98A - Colonia Parque San Andrés, Coyacán. Telef: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

● **Edição em Inglês (bimestral)**

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 105/106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro, RJ.

Correspondentes: Horacio Verbistky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalife (Equador), Rafael Roncagliolo/Cesar Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Marantoni, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, Antônio Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Nfíñez, Carolina Quina, Cedric Bellfrage, Claude Alvarez, David Fig, Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gregorio Selser, Grívia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautin, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Marfínez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Soica, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP(Angola), AIM(Moçambique), INA(Iraque), IPS(Inter Press Service), ALASE(México), SALPRESS(El Salvador), SHIHATA(Tanzânia), WAF(A Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News(Estados Unidos), Nueva(Ecuador), Novembro(Angola), Tempo(Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network(Malásia).

Revista mensal nº 91 - Julho 1986 - Preço de capa: Cz\$ 15,00

Circulação em 70 países

Números atrasados ao preço do último exemplar

Capa: Abaeté Propaganda

Viva Sandino!

Venho por intermédio desta con- denar a interferência norte-americana na América Central e principalmente na Nicarágua onde os Estados Unidos fomentam os contra-revolucionários que são usados como bucha de canhão de interesses do capitalismo agnizante. Tenho certeza de que tanto os "contras" com seus chingüines tudo o que mais tiverem de seu lado irão encontrar em solo nicaraguense seus irmãos que mais do que nunca estão firmes em um único ideal: assegurar a liberdade que com muito sangue conquistaram. Nicarágua é a terra de homens livres.

Enoch Fonseca - Tupã - SP - Brasil.

Outros também cairão

A nossa luta contra o imperialismo norte-americano é uma luta pela sobrevivência e pela paz. Os Estados Unidos são os causadores das desgraças sociais que imperam na maior parte do mundo. Estão tentando derrubar o governo sandinista da Nicarágua, apoiando somozistas, mercenários e traidores que só sabem fazer alguma coisa ou lutar, com o dinheiro ensanguentado dos norte-americanos.

Recentemente os Estados Unidos explodiram uma bomba nuclear no deserto de Nevada, 10 vezes mais potente que as bombas que eles mesmos jogaram sobre Nagasaki e Hiroshima. Felizmente nem tudo está do lado paranóico Reagan. As ditaduras que eles sempre apoiaram estão se desmoronando. Já caíram Batista, Somoc, Pahlevi, "Baby Doc", Marcos, etc. Outros, como Bchta, Pinochet, Stroessner também cairão.

Dou meus parabéns pela reportagem do nº 81 sobre Cuba e cada vez mais me convengo que lá o povo é feliz, mesmo com a ameaça imperialista.

Caroll Colber de Lemos - Moçambique - SP - Brasil.



A reforma agrária

Estamos enviando anexo, cópia do abaixo-assinado entregue ao presidente José Sarney, por ocasião de sua visita à cidade de Barretos, em 19/04/86. Trata-se de um documento elaborado e assinado conjuntamente entre a C.P.T. de Barretos, o Diretório Municipal do PT de Barretos, o DCE da Fundação Educacional de Barretos e o Núcleo da Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo. Com este documento foram colhidas 1.864 assinaturas, sendo que o trabalho foi feito em uma semana apenas.

Durante esta semana, enquanto preparávamos a correspondência, cópias do documento e listagem de entidades, fomos atingidos violentamente pela notícia de mais um assassinato, o do padre Josimo Moraes da CPT Norte de Goiás. Este fato vem agravar ainda mais a situação, pois nosso documento já alertava para este tipo de violência e não teve a atenção devida.

Os latifundiários estão se organizando e fundaram a UDR (União Democrática Rural) sigla que esconde uma poderosa organização armada, contra aqueles que clamam por Reforma Agrária e Justiça Social.

Estamos fazendo esta divulgação e denúncia, pois o documento continua sem uma resposta concreta. Pedimos que seja publicado e amplamente divulgado.

O documento:
Exmo Sr. Presidente da República José Sarney

É profundamente grave o problema agrário em nosso país, historicamente marcado por uma estrutura concentracionista, latifundiária e especulativa do uso da terra. Concentração esta, que se deu e se dá através da expulsão violenta do homem do campo, pelo assassinato impune dos camponeses e das lideranças ru-

rais pelas milícias dos latifundiários. A gravidade do problema agrário nacional atinge também as relações do campo em nosso município e em nossa região. Segundo dados do Incra, toda a terra de nosso município encontra-se concentrada na mão de 900 pessoas proprietárias, ou seja, 1% da população de nossa cidade. Sendo que, mais de 70% de nossas terras estão em mãos de latifundiários.



Ao lado desta concentração fundiária, há uma massa de trabalhadores rurais, vivendo nas periferias de nossa cidade em condições subumanas de vida, de moradia, de alimentação e de trabalho. (...) E depois de passarem por toda esta via-sacra da crucificação, se sobrevivem a ela, e se aposentam, é ridículo e anti-humano o que vêm a receber como aposentados. É preciso unificar o sistema de aposentadoria e da saúde pública.

Tal situação requer da sociedade brasileira, dos camponeses, dos bóias-frias, e dos que se identificam com sua luta, uma coragem histórica e uma ampla mobilização popular, para que se efetue em nosso país uma profunda reforma agrária. Sr. presidente, para os espoliados do campo, democracia real só com reforma agrária radical. (...)

No entanto, o projeto oficial de reforma agrária (1º PNRA) não vem

ao encontro destas exigências e necessidades dos trabalhadores do campo, e contraria as promessas eleitorais da Nova República, e por diversas vezes reafirmado por Vossa Excelência, de realizar uma séria, justa e profunda reforma agrária nos moldes do Estatuto da Terra (Lei 4504) de 30 de novembro de 1964), frente ao qual o 1º PNRA constitui um grave recuo. Cabendo aqui lembrar, que o Estatuto da Terra foi elaborado pela ditadura militar.

Por isso, o povo de Barretos, abaixo-assinado, vem reivindicar como direito inalienável de todo o povo brasileiro uma ampla e maciça reforma agrária, para que se consiga uma justa distribuição e uso social da terra, e uma paz duradoura no campo. Especificamente reivindicamos:

- Imediata aprovação e aplicação dos planos regionais.
- Ao mesmo tempo, profunda revisão e consequente ampliação do 1º PNRA, com real participação dos trabalhadores rurais através de suas entidades de classe (Contag, CUT, CGT, Movimento dos Sem Terra) nas decisões, na aplicação e fiscalização do plano de reforma agrária.
- Que a revisão do 1º PNRA tenha como base o Estatuto da Terra e a proposta do Mirac/Incra.
- Que o governo assuma as reivindicações elaboradas e aprovadas no 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais.
- Que o governo assuma com coragem e vontade política a desativação imediata das milícias armadas dos latifundiários.
- Que coloque fim à impunidade dos assassinatos dos camponeses e líderes sindicais, e severa punição aos responsáveis. Um governo que se propõe democrático não pode ser conivente com assassinatos de camponeses, como foi o governo da ditadura militar.

Luiz Aurelio de Jesus Salles - Barretos - SP - Brasil.

Democracia racial?

Como leitora dos *cadernos do terceiro mundo*, venho por meio deste íntegro e conceituado veículo de comunicação, expressar minha indignação e revolta, pela odiosa campanha publicitária, ocorrida em maio, na Bahia, patrocinada pelo dr. Elsimar Coutinho, criador do duvidoso Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana.

Este senhor anuncia os seguintes *slogans*: "Defeito de fabricação (...). Tem filho que nasce para ser artista (...). Infelizmente tem filho que já nasce marginal". Isto ao lado de uma foto com uma criança negra, acorrentada pelo pescoço, olhos vendados e canivete em uma das mãos. Um outro com os seguintes termos: "Também se chora de barriga cheia", acompanhada com a foto de uma mulher negra e grávida com um lençol branco lhe cobrindo parte do corpo. (Ervilha, André — J.B./Caderno Especial/01.06.86)

Estes tristes fatos trazem à tona as sinistras doutrinas de superioridade racial branca, tão desenvolvida pelo colonialismo para justificar a dominação e opressão de tantos povos. O país, e o mais interessante que na Bahia, onde a população é majoritariamente negra, parece ter encontrado na figura do dr. Coutinho, mais um desses ideólogos, que certamente deverá estar desenvolvendo alguma fórmula para "embranquecer" a população e torná-la com isso menos "defeituosa", como o fez o Império brasileiro, a partir da segunda metade do século passado, promovendo a imigração em massa da mão-de-obra europeia, num momento em que as teorias racistas que pregavam a superioridade branca europeia estavam em voga.

O que demonstra esta campanha publicitária: mais uma exceção à nossa "democracia racial", ou revela o forte preconceito racial existente na sociedade brasileira?

O Estado prega o mito da "democracia racial" (assim como o mito da

passividade, cordialidade, caráter não violento do povo brasileiro etc.), forma essencialmente estratégica de cooptação dos dominados, ocultando-se os conflitos. Dissimulam-se os problemas como se eles não existissem. E se eles não existem, não há contra o que se defender.

Mas os acontecimentos diários de preconceito racial, de que são vítimas milhares de pessoas não-brancas, justamente com campanhas racistas como a mencionada, e até o surgimento de organizações de extrema-direita do tipo Klu-Klux-Klan, revelam a grande farsa de que no Brasil vivemos numa democracia racial. (...)

Que acontecimentos como este ocorrido na Bahia, sejam a todo momento lembrados e que não permaneçam impunes. Questionemos o caráter elitista e demagógico de nossa sociedade que, como tão bem lembra Joel Rufino, necessita enxergar a verdadeira face, já que somos um país de cor.

Ilza Helena Teles — Rio de Janeiro-RJ — Brasil.

Intercâmbio

- Paulo Gonçalves Domingos
C. P. 924 — Lubango — Huíla
Angola
- Luciano António Segunda
C. P. 1788 — Luanda — Angola
- Emílio Marta José da Silva
C. P. 1768 — Benguela — Angola
- Bernardino Soares Pereira
C. P. 92 — Benguela — Angola
- Santos Gueta Pedro "Man Guetas"
a/c Jerónimo Salvador "Jeró"
C. P. 509 — Luanda — Angola
- Mateus João Clemente
a/c Zacarias Miranda Domingos
C. P. 18784 — Luanda — Angola
- Eugénio Bernardo Vintial "Génias"
Zona A — C. P. 1153 — Benguela
Angola
- Victor Cipriano
a/c Victor Chilundulo — C. P. 611
Benguela — Angola
- Isis Helena Castro

4 — terceiro mundo

Rua Clovis Bevilacqua, 550 — Bl. E-4
apt. 32 — Campinas — SP
CEP: 13075 — Brasil

- João Rock
C. P. 16153 — Luanda — Angola
- Serifo Baldé
C. P. 35 — Bissau — Guiné-Bissau
- Antónia Augusto Rodrigues Prata
C. P. 343 — Benguela — Angola
- Elisa Maria Fogaça
Rua Tiradentes, s/nº, Taquara — RS
CEP: 95600 — Brasil
- André António Maria
C. P. 1665 — Benguela — Angola
- Francisco Carlos Mecking
Rua Casemiro de Abreu, 260
Jardim Shangri-la/A — Londrina
PR — CEP: 86070 — Brasil
- Angelo Luís Víctor Quaresma
Rua Cabral Moncada, 217 — Luanda
Angola
- Isaqueiel Mabuleze Jó
Av. 24 de Julho — nº 51
Matacuane — Beira-Sofala
Moçambique

- Francisco Cipriano Joaquim "Cipriano"
a/c B. José, C. P. 18186 — Luanda
Angola
- Alicia Villar
Andrés Lamas 3767/4 — Montevideo
Uruguai
- Adriano Timóteo
a/c Timoteo A. Pedro, C. P. 1320
Luanda — Angola
- António J. M. Pegado (Tozé)
C.P. 5947 — Rua Joaquim Kapanga
37/ap. 1, 4º Esqº — Luanda —
Angola
- Coragem Alberto Pragata
a/c Fabião Francisco Costa —
Instituto Nacional de Línguas —
C.P. 1976 — Luanda — Angola
- Fernando Ferreira Pereira
Av. Almirante Reis, 74G, 4º — 1100
— Lisboa — Codex
- Expedito N. Filho
Rua Manoel Veras, 121, Abolição
— Mossoró — RN — CEP: 59.600-
Brasil

cadernos do
**terceiro
mundo**

PARA PREÇOS CONGELADOS PROMOÇÃO QUENTE. APROVEITE!

VOCÊ CONSEGUE: E GANHA DE BRINDE:

3 assinaturas da revista

1 assinatura da revista + 1 assinatura trimestral do Semanário O País, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 1 assinatura trimestral do Semanário O País.

2 assinaturas da revista

1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 1 assinatura trimestral do Semanário O País.

1 assinatura da revista

4 semanas do Semanário O País.

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

02 parcelas de Cz\$ 90,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal - ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).

À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

02 parcelas de Cz\$ 90,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal - ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).

À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

02 parcelas de Cz\$ 90,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal - ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).

À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Tel.:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ em () cheque nominal ou () vale postal - ag. central - em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.
Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa do brinde a que tenho direito assim que as assinaturas estiverem quitadas.
Brinde escolhido:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

estante do terceiro mundo

O reembolso com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito

Código	Quantidade

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

Não-assinante Assinante

Data / /

"Estante" da revista nº 91, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Ass. do Comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 2 livros.
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "assinantes" em 3 livros ou mais.



OS LUCROS DA FOME
de *Miranda Neto*

O livro focaliza os principais problemas que afligem a agricultura brasileira, tais como: a modernização agrícola que esquece o homem do campo, a produção de energia em detrimento da produção de alimentos, a concentração da propriedade fundiária e a ineficiência e o abuso da comercialização de gêneros alimentícios. 180 pág.

E-67 Cz\$ 35,00



VIVER EM CUBA – Uma experiência inesquecível
de *Josina M. Albuquerque*

O livro mostra aspectos do dia-a-dia da autora como participante de uma experiência singular durante 14 anos. Desperta a curiosidade de saber mais, de conhecer essa realidade, de debater sobre ela e de compará-la com a situação do nosso povo. Analisa a evolução do pensamento do homem comum, sujeito e objeto das mudanças que vão se dando. 100 pág.

E-68 Cz\$ 44,00



ATÉ AÍ MORREU NEVES
de *Mariano*

Neste livro estão cerca de 100 charges que, apesar do título, contam a história do nascimento da Nova República, registrando em traços críticos e bem-humorados seu fantástico enredo e suas incríveis personagens. 112 pág.

E-69 Cz\$ 65,00

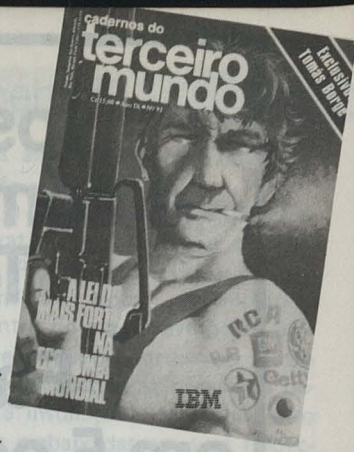


NÃO HÁ LIMITES PARA O CRESCIMENTO
de *Lyndon H. LaRouche, Jr.*

Um livro polêmico por que o autor se coloca como que em "estado de guerra" contra o Clube de Roma apontado por ele como "uma versão moderna do malthusianismo" criado por uma "elite oligarca com propósitos explicitamente racistas" e finalidades de manter o Terceiro Mundo como "uma colônia produtora de matérias-primas". 318 pág.

E-70 Cz\$ 140,00





- 8 Panorama Tricontinental
- 14 Editorial – A necessária cooperação Sul-Sul
- 16 Matéria de capa – A lei do mais forte na economia mundial,
Ana Pessoa

- 17 As “megaempresas” e o Terceiro Mundo
- 28 O filão eletrônico
- 31 Um devedor privilegiado
- 34 O Brasil em busca da tecnologia de ponta, entrevista com o ministro Renato Archer

América Latina

- 36 Esquipulas: Nova etapa nas relações regionais?, *Roberto Bardini*
- 41 Colômbia: O liberalismo no governo, *Guillermo Segovia Mora*
- 44 Haiti: O vazio de poder, *Víctor Bacchetta*

África

- 47 África do Sul: O avanço dos sindicatos, *Carlos Castilho*
- 50 Guiné-Bissau: Tempos de incerteza, *Baptista da Silva*

Ásia

- 53 Paquistão: O desafio de Benazir, *Carlos Pinto Santos*

Economia

- 58 A dramática queda do preço das matérias-primas, *Juan Behrendt*
- 63 Uma zona franca para o Brasil?, *Artur José Poerner*
- 66 Notas

Narcotráfico

- 67 Os grandes bancos lucram com as drogas, *Ricardo Soca*

Comunicação

- 73 Rádios livres e vídeo popular, *Carlos Miranda*
- 77 Ponto de vista: Sobre a imprensa norte-americana, *Edouard Bailby*
- 79 Notas

Cultura

- 80 A volta de “Crisis”, entrevista com o escritor uruguaio Eduardo Galeano
- 83 O Colégio da Liberdade
- 84 Notas

Especial – Nicarágua: Entrevista com o comandante Tomás Borge

- 86 “Nós, nicaraguenses, decidimos ser os donos do nosso pedaço de terra”, *Beatriz Bissio*

- 96 Humor: Michelângelo



Ortega e Duarte na reunião de Esquipulas



Benazir Bhutto: a volta da democracia?



O comandante Tomás Borge

**Nosso compromisso
é com a emancipação do
Terceiro Mundo.**

**Falamos 3 idiomas
em 5 edições para 70 países
de 5 continentes.**



**Dois terços da humanidade
vivem no Terceiro Mundo.**

**Você tem que chegar lá.
Venha conosco!**

Publicação mensal da Editora Terceiro Mundo

Deptos Comercial e de Circulação:

Rua da Lapa 180 - Grupos 1104 a 1109 - Rio - RJ - CEP 20041
Telefones (021) 222 5771 e 252 7440 - Telex 21-33054 CTMB/BR

Panorama Tricontinental

BRASIL/CUBA

O reatamento após 22 anos

□ Após 22 anos de rompimento, o Brasil reatou relações diplomáticas com Cuba, no mês passado. O anúncio oficial foi feito simultaneamente pelos chanceleres Abreu Sodré, em Brasília, e Isidoro Malmierca, em Havana. Segundo Abreu Sodré, trata-se de uma decisão "maduramente refletida" pelo governo brasileiro.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil revelou que o reatamento com Cuba foi abordado em despacho com o presidente José Sarney em 11 de março último, quando este afirmou considerar normal os países terem relações diplomáticas, as quais considerava essenciais para o diálogo, a distensão e a superação de divergências.

Na ocasião, o presidente José Sarney autorizou o chanceler a iniciar os entendimentos com as autoridades cubanas, exigindo apenas que os contatos fossem mantidos em sigilo. O primeiro contato foi no Panamá feito pelo ministro Carlos Augusto Santos Neves, chefe de gabinete do secretário-geral do Itamaraty. Juntamente com o embaixador brasileiro, Carlos Bueno, Santos Neves manteve as primeiras conversações com o embaixador cubano, Miguel Brughera, fazendo várias viagens ao Panamá, onde foram examinados e detalhados aspectos práticos do reatamento.

Foi no Hotel Intercontinental de Paris que se realizou o segun-

do nível das conversas. O secretário-geral do Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima, que ali estava "para uma viagem de repouso" e o vice-ministro das Relações Exteriores de Cuba, José Raul Viera Linares, estabeleceram as condições para o novo relacionamento entre os dois países e assinaram, no dia 14 de junho, a nota oficial que seria usada para o reatamento.

É a seguinte a nota conjunta que comunica o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba:

"O governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Cuba, de acordo com os interesses e os desejos dos dois povos, decidem restabelecer relações diplomáticas a nível de embaixadas, a partir da data em que for divulgada esta nota.



Orlando Brilo

Sodré: "decisão amadurecida"

Os dois governos concordam em desenvolver relações amistosas e de cooperação, inspiradas nos princípios da Carta das Nações Unidas, em especial os referentes ao respeito à soberania, à independência, à integridade territorial e à não-intervenção

nos assuntos internos dos Estados.

O governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Cuba concordam em trocar embaixadores dentro do mais breve prazo possível e em prestar um ao outro toda a assistência necessária para a instalação e funcionamento das embaixadas em suas respectivas capitais.

Esta nota será divulgada, nas duas capitais, no dia 25 de junho de 1986.

Paris, em 14 de junho de 1986.

Pelo governo da República Federativa do Brasil

Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores

Pelo governo da República de Cuba

José Raul Viera Linares

Vice-primeiro-ministro de Relações Exteriores"

O Brasil rompeu suas relações diplomáticas com Cuba em maio de 1964, após o golpe militar de 1º de abril, quando se instalou a ditadura chefiada pelo marechal Castelo Branco, com a derrubada do governo constitucional do presidente João Goulart. Cuba era acusada pelos militares golpistas de "exportar" revolução para a América Latina.

Agora com o reatamento, o ministro Abreu Sodré atribuiu a consecução do fato ao seu antecessor, Olavo Setúbal, lembrando que em sua gestão foi elaborado o documento para o restabelecimento das relações entre os dois países apresentados pelo presidente a todos os ministros e ao Conselho de Segurança Nacional.

ARGENTINA

Alfonsín enfrenta crise nos serviços de informação

□ O presidente Raul Alfonsín designou um novo ministro da Defesa e um novo titular da Secretaria de Informações do Estado (Side), com o compromisso de realizar "sérias mudanças nos serviços de informações", após a crise generalizada no governo argentino por causa do sequestro, com extorsão, do empresário Osvaldo Sivak.

A decisão presidencial ocorreu a 3 de junho último, logo após a renúncia do ministro da Defesa, Germán López, substituído por Horacio Jaunarena, momento em que a oposição política questiona seriamente a atividade dos organismos de segurança do Estado.

Um relatório oficial apresen-

tado nos últimos dias mostra que, em 30 meses de governo constitucional, aconteceram 17 sequestros com extorsão, sem que a maioria tenha sido esclarecida pela polícia. Em geral, as vítimas são ricos empresários, que tiveram que pagar altas somas de dinheiro pelo resgate.

Os partidos políticos de oposição e as entidades de defesa dos direitos humanos desconfiam que por trás desses crimes estão os serviços de inteligência do ex-governo militar, que por esse meio obteriam recursos para financiar suas manobras desestabilizadoras.

O ex-ministro Germán López revelou que sua renúncia se deveu à "continuação dos organismos informais de investigações". A gestão de López foi posta em questão quando um funcionário do Ministério da Defesa, Mario Aguilar, foi detido e acusado de extorsão contra a família Sivak.

O empresário Osvaldo Sivak

foi sequestrado em 29 de julho de 1985. Diante da falta de resultados nas investigações empreendidas pela Polícia Federal, a família de Sivak aceitou continuar os trabalhos com Aguilar, o qual disse conhecer o destino do empresário e exigiu 150 mil dólares para fornecer maiores informações.

Após a interceptação de chamadas telefônicas, a polícia prendeu Pedro Salvia e Roberto Barrionuevo, dois ex-integrantes dos serviços de informações durante o governo militar, que, juntos com Aguilar, chantageavam a família Sivak.

O caso motivou uma interpelação do Parlamento e o pedido de renúncia para o ministro do Interior, Antonio Troccoli, o qual reconheceu "erros" na condução do problema por parte do governo, enquanto o deputado peronista José Manzano exigia também uma "reorganização imediata" dos serviços de segurança e informação.

Facundo Suárez, que exercia o cargo de embaixador argentino no México, foi designado novo titular da Secretaria de Informações do Estado (Side). Ao assumir o cargo, Suárez reconheceu que na Argentina "há muitos serviços de informação paralelos", herdado do último regime militar.

Devemos superar esta grande confusão que temos agora, para que os serviços de informação sirvam aos objetivos e às normas fixados pelo governo", declarou Suárez, ao qual também foi confiada a missão de organizar uma Central Nacional de Inteligência que reunirá as informações que as forças armadas e a Side recebem.



Alfonsín: sérias mudanças na Secretaria de Informações do Estado

Panorama Tricontinental

ZIMBÁBUE

Mugabe a um passo de duas importantes vitórias

Poucos políticos em Harare duvidam que o primeiro-ministro Robert Mugabe alcance ainda este ano dois importantes objetivos políticos procurados há longo tempo: a fusão do partido Zanu (no poder) com a Zapu (na oposição), permitindo a criação de um partido único; e a mudança dos dispositivos constitucionais que dão aos brancos 20% das cadeiras no Parlamento, embora os descendentes de europeus formem apenas 1% da população.

Os analistas políticos em Harare, a capital do país, garantem que Mugabe pode inclusive alcançar estes dois objetivos sem a participação dos 100 mil brancos zimbábueanos, ou do seu rival político Joshua Nkomo, líder da Zapu. Nas eleições de 1985, a comunidade branca elegeu 15 seguidores do ex-primeiro-ministro racista Ian Smith, líder do partido Aliança Conservadora do Zimbábue (CAZ), ficando as restantes cinco vagas, destinadas aos descendentes de europeus, para políticos independentes. Logo depois da divulgação dos resultados, Mugabe acusou os brancos de rejeitarem a política de conciliação adotada pelo primeiro-ministro desde que o país se tornou independente em 1980.

Embora as 20 cadeiras no Parlamento reservadas aos brancos devam vigorar até 1990, segundo Lancaster House, elas podem ser eliminadas caso assim deci-

dam 70 dos 100 membros do Poder Legislativo. Nas eleições de 1985, o partido de Mugabe ganhou 63 cadeiras, sete a menos do que o mínimo necessário para mudar a constituição. A Zapu de Nkomo ficou com 15 cadeiras. Uma fusão dos dois partidos daria facilmente os votos necessários, o que levou a oposição negra a tentar barganhar o apoio e retardar o pro-



Mugabe: dois grandes objetivos a alcançar ainda este ano

cesso de unificação. Mas Mugabe pode atingir o seu objetivo mesmo sem a participação do agora enfraquecido dirigente da Zapu.

Em maio, um dos mais importantes seguidores de Nkomo, David Kwedini, mudou de partido, passando para a Zanu, depois de acusar a liderança da Zapu de "falta de coragem política" para responder ao apelo de Mugabe em favor da unidade dos partidos negros. A decisão de Kwedini deve influenciar outros parlamentares da Zapu, fazendo com que o partido do governo possa facilmente alcançar os 70 votos a favor da mudança constitucional. A situação interna na Zapu é bastante precária porque

a liderança de Nkomo está abalada por sua intransigência e por sua política dúbia em relação a grupos dissidentes que procuram desestabilizar o governo do Zimbábue em proveito da África do Sul.

Enquanto isso, o ministro do Interior Enos Nkala negou fundamento a acusações feitas por organismos internacionais de que o governo do Zimbábue esteja violando os direitos humanos ao manter presos dirigentes da Zapu acusados de envolvimento em atividades insurrecionais na província de Matabele, na região

sudeste do país. Nkala disse que muitos dos políticos mencionados na imprensa estrangeira sequer chegaram a ser presos, enquanto outros estão sendo liberados na medida em que suas atividades são investigadas. Alguns dos mais importantes líderes da Zapu presos após a descoberta de depósitos clandestinos de armas já foram soltos.

Para Robert Mugabe, a fusão Zanu-Zapu e a mudança constitucional são dois objetivos extremamente importantes num ano em que o Zimbábue deve servir de sede para a reunião de chefes de Estado de países membros do Movimento dos Não-Alinhados, no final de agosto e começo de setembro.

AMÉRICA CENTRAL

A reativação do Condeca

□ Paralelamente à conferência de cúpula de presidentes centro-americanos realizada na cidade de Esquipulas (ver artigo nesta edição), foi realizada em Tegucigalpa, no mês de maio último, uma reunião dos comandos militares de Honduras, El



Salvador e Guatemala, com o objetivo de iniciar conversações para a reativação do Conselho de Defesa Centro-americano (Condeca).

Criado em 1964 sob o patrocínio dos Estados Unidos, com a participação desses três países e da Nicarágua somozista, o Condeca começou a se desintegrar em 1969 com o afastamento de Honduras, e foi praticamente desativado após a derrubada do ditador Anastasio Somoza em 1979, quando o país abandonou o projeto. Entretanto, a partir de 1983 os Estados Unidos têm incentivado a reativação do organismo visando utilizá-lo contra o governo sandinista.

12 - terceiro mundo

A reunião do mês de maio foi anunciada pelo chefe das forças armadas de Honduras, general Humberto Regalado Hernández. Nessa ocasião, o militar manifestou que os exércitos dos três países resolveram convidar a Costa Rica e o Panamá — ambos os países participaram da primeira fase da vigência do tratado — deixando a Nicarágua de fora, já que, segundo o general Regalado “o conceito jurídico

dos documentos constitutivos do Condeca, depositados na ONU e na OEA, estabelecem certos requisitos que visam enfrentar a ideologia comunista e, portanto, esse país não pode participar do Condeca”.

O exército hondurenho em ação

Regalado fez essas declarações alguns dias depois que o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, manifestara seu interesse em que o exército sandinista participasse da reativação do tratado. Alguns observadores políticos centro-americanos consideraram que a integração do Panamá na tentativa de reerguer o Condeca obedece ao propósito de neutralizar a ação do esforço pela paz do Grupo de Contadora. Esta afirmação é condizente com o “Relatório Abrams”, apresentado recentemente pelo secretário de Estado adjunto para Assuntos Latino-americanos, Elliot Abrams, na reunião dos embaixadores norte-americanos

na América Central, realizada há pouco tempo no Panamá. De acordo com esse documento, um dos objetivos do Departamento de Estado era “alinhar o Panamá dentro da operação regional destinada a neutralizar e provocar o colapso do Grupo de Contadora”.

Segundo se depreende destes fatos, através de seu aliado principal, Honduras, a administração norte-americana prepara, com o Condeca, novos passos no cerco montado em torno do governo de Manágua.

Guatemala: protesto contra a anistia de militares

O Grupo de Apoio Mútuo (GAM), entidade que reúne parentes de pessoas presas e desaparecidas na Guatemala, pediu ao Congresso da República a anulação do decreto de anistia de militares e ex-funcionários culpados pelas violações aos direitos humanos. Nineth Montenegro, presidente do grupo, afirmou que o decreto dificulta as investigações sobre os crimes cometidos.

Nineth revelou que vem recebendo ameaças de morte e outras dirigentes da entidade sofrem invasão de suas residências por grupos de desconhecidos que insistem para que elas abandonem a luta empreendida. Segundo representantes do Congresso guatemalteco, o documento entregue pelo GAM será examinado pela comissão de direitos humanos daquela casa.

TAILÂNDIA

Multidão destrói usina com medo da poluição

Uma multidão, calculada em cerca de 100 mil pessoas, destruiu, em maio passado, uma usina de processamento de tântalo, avaliada em 75 milhões de dólares, na ilha de Phuket, a 700 quilômetros de Bancoc, na Tailândia. Programada para começar a operar em agosto próximo, a usina usaria componentes tóxicos para processar o tântalo a partir de uma mina de estanho próxima.

O ministro da Indústria tailandês, Chirayo Ayutthaya, estava na ocasião na ilha, conhecida como "a pérola dos mares do Sul", para participar de um debate público no qual defenderia o funcionamento da fábrica, que processaria ainda subprodutos radioativos. Ele foi vaiado e cercado pela multidão.

Os manifestantes apedrejaram ainda o Hotel Merlin, porque

Reuters



A usina de processamento de tântalo incendiada: a revolta da população

seus proprietários se recusaram a colocar faixas com *slogans* contra a inauguração da usina. Em represália, os tailandeses defensores da ecologia decidiram incendiar o hotel. Dois andares ficaram destruídos. Os bancos locais que participaram do investimento também foram apedre-

jados. Três pessoas ficaram feridas e mais de 20 foram presas durante as manifestações.

O tântalo é um metal altamente resistente ao calor, sendo usado na fabricação de ogivas nucleares, motores para aviões a jato e componentes de computadores.

Laino impedido de voltar ao Paraguai

Domingo Laino, líder opositorista paraguaio exilado em 1982 pelo regime do general Alfredo Stroessner, foi impedido de entrar em seu país, a 24 de junho passado, ao tentar desembarcar no aeroporto de Assunção, procedente de Montevideú, acompanhado de uma comitiva composta pelo ex-embaixador dos Estados Unidos no Paraguai, Robert White, e

personalidades e políticos da Argentina, Brasil e Uruguai.

Logo após a aterrissagem, mais de 50 policiais cercaram o avião e Laino foi espancado e chutado ao cair ao chão. Membros da comitiva foram também agredidos. Decidiram, então, regressar ao Uruguai, onde o líder de oposição paraguaio denunciou o chefe de polícia política de seu país, Pastor Coronel, como responsável pela ação repressiva, quando foi ameaçado de morte, ca-

so insistisse em ficar no Paraguai.

Laino, de 51 anos, é vice-presidente do Partido Liberal Radical Autêntico. Exerceu o mandato de deputado durante 10 anos, até romper com o regime do general Stroessner, em 1978. Por ter escrito, em 1982, o livro "O grande comerciante" — em que faz um paralelo entre o ex-ditador da Nicarágua, Anastacio Somoza e Stroessner — Laino foi exilado.

A necessária cooperação Sul-Sul

Ao que tudo indica, a economia mundial nos últimos anos está trilhando caminhos divergentes no Norte e no Sul do planeta. Nos países industrializados, a inflação está diminuindo e deixando de ser um problema, enquanto a produção aumenta, embora em ritmo não muito acelerado. Ao mesmo tempo, estão sendo investidas quantias importantes na pesquisa e expansão das empresas. Apesar disso, persiste um alto índice de desemprego, que pouco diminuiu em relação aos níveis atingidos durante a última recessão, a mais profunda e prolongada do pós-guerra. Isso não impede que, em termos globais, esteja ocorrendo um processo de recuperação, ao contrário do que sucede nas nações subdesenvolvidas.

O Sul do planeta foi a região mais atingida pela recessão originada nos centros capitalistas desenvolvidos e continua sofrendo as consequências desse processo, mesmo depois que os países industrializados se recuperaram dele. As exportações de matérias-primas, as quais constituem a principal produção do Terceiro Mundo, estão enfrentando uma demanda decrescente e, por conseguinte, preços reduzidos. O Sul está recebendo também cada vez menos créditos externos, enquanto numerosos países, sufocados pelo endividamento, destinam grande parte de sua receita oriunda de exportações ao pagamento da dívida externa, privando-se das importações necessárias para a continuidade do processo produtivo.

Existem, naturalmente, algumas exceções. No conjunto, porém, o balanço negativo do comércio exterior, acompanhado pela queda dos

investimentos, dos créditos externos e da contração das importações, representa uma recessão a longo prazo para os países subdesenvolvidos.

No passado, a recuperação das economias capitalistas depois das crises recessivas se caracterizava por uma expansão da demanda de matérias-primas e o consequente equilíbrio dos preços, o que compensava em parte os danos causados na fase anterior, de drástica redução na demanda e baixa acentuada dos preços das matérias-primas.

Nada disso, no entanto, está ocorrendo desde o princípio desta década. Os preços dos produtos manufaturados — que constituem a principal produção dos países industrializados — se mantiveram estáveis ou aumentaram, enquanto que as cotações das matérias-primas continuavam diminuindo. Dessa forma, em 1985 os preços em dólar dos produtos manufaturados de exportação aumentaram 1%. Os preços das matérias-primas exportadas, na mesma moeda, caíram em quase 12% e o do petróleo em pouco menos de 4%. O fenômeno que se pode observar neste último período, portanto, não é o movimento uniforme dos preços internacionais, mas sim uma redução dos preços dos produtos básicos em relação aos dos manufaturados.

O quadro acima descrito implica em diversos benefícios para o Norte. Em primeiro lugar, explica o retrocesso da inflação, que hoje é nula em potências como o Japão e a República Federal da Alemanha, onde se manteve em baixos níveis no passado. Ela também está diminuindo em

países que sofreram até há pouco tempo processos inflacionários relativamente graves, como é o caso da Itália.

A disparidade do atual processo também inclui uma gigantesca redistribuição de recursos, que se deslocam do Sul para o Norte do planeta. As perdas experimentadas pelas exportações primárias dos países subdesenvolvidos equivalem a uma poupança de igual valor a favor dos consumidores, ou seja, das nações industrializadas. Só no caso do petróleo se calcula que, se o preço do barril de óleo cru se mantiver próximo aos 15 dólares, o lucro para os países industrializados no período 1986/87 será de cerca de 60 bilhões de dólares. A volumosa transferência de recursos para o Norte poderia significar alguma compensação se sua maior capacidade aquisitiva se traduzisse na compra de matérias-primas ou em investimentos no Sul. Mas não é isso o que vem acontecendo, como fica claro pela redução dos preços dos produtos primários.

Quanto aos investimentos, nota-se uma tendência a dirigi-los para as áreas industrializadas, particularmente no caso dos Estados Unidos, reduzindo-os no Terceiro Mundo. De acordo com estatísticas do Departamento de Comércio norte-americano, a participação dos Estados Unidos no total dos investimentos diretos em países capitalistas industrializados passou de 48,3% em 1950 a 68,7% em 1970 e a 75% em 1984. Nos países subdesenvolvidos, os investimentos norte-americanos equivaliam, em 1950, aos dos industrializados: 48,7%. Em 1970 tinham caído para 25,4% e chegaram a 22,5% em 1983.

Outra conclusão a que se chega observando a relação entre os preços de produtos primários e os dos manufaturados é a acentuação da deterioração dos termos de troca. A perda sofrida nos últimos anos pelos países subdesenvolvidos, produtores e exportadores de matérias-primas e ao mesmo tempo importadores de bens industrializados, é parte de um processo crônico. Como os países subdesenvolvidos têm uma receita proveniente do comércio internacional muito inferior à dos industrializados, verifica-se um verdadeiro

estrangulamento econômico. No caso da América Latina, que é a região mais endividada, essa evolução é impressionante.

De acordo com os dados do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), entre 1975 e 1981 os empréstimos bancários para a região aumentaram numa proporção anual de 24,7%. Em 1982, porém, caíram para 6,1% e nos dois anos seguintes a 3,1% e a menos de 0,3% respectivamente, calculando-se que mais tarde tenham ocorrido novas reduções. A anulação do crédito e o pagamento da dívida transformou a América Latina em literal exportadora de recursos para o exterior. Nesse contexto, as exportações líquidas de capital (ou seja, a diferença entre receitas e despesas) atingiram 18,4 bilhões de dólares em 1982, 30,1 bilhões em 1983 e 27 bilhões em 1984.

Enquanto isto acontece, a nível político se verifica uma diminuição das contribuições para a cooperação multilateral e uma posição contrária ao diálogo Norte-Sul por parte daqueles que têm a capacidade de decidir o êxito ou fracasso dele, estando em primeiríssimo lugar nessa lista o presidente norte-americano Ronald Reagan.

Se até há alguns anos atrás se alimentava a esperança de uma reunião entre o Norte e o Sul, hoje em dia já não existe nenhuma ilusão quanto a isso.

Que conclusões deveriam tirar desta situação adversa os países subdesenvolvidos? A mesma que se repete em todos os círculos progressistas do Terceiro Mundo: que a única saída possível para as nações do Sul consiste na integração de suas economias, incluindo, é claro, o intercâmbio industrial.

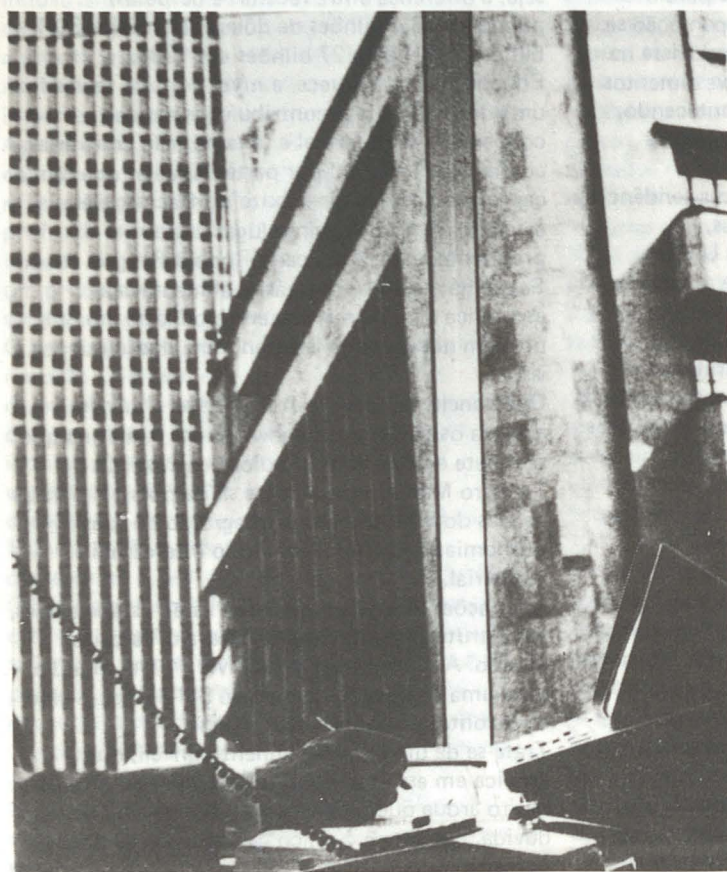
As relações Norte-Sul, tal como estão estabelecidas, são estruturalmente negativas para o Terceiro Mundo. A única reforma possível a nível mundial seria uma integração na direção Sul-Sul, cujo eixo se encontre na cooperação regional.

Trata-se de um empreendimento difícil, que implica em esforços e sacrifícios. No entanto, por muito árdua que seja, a experiência ensina, sem dúvida, que esse é o único caminho viável para o Terceiro Mundo. ●

Matéria
de
capa

AS "MEGA EMPRESAS" E O TERCEIRO MUNDO

Pesquisa: Maluza Stein
Texto: Ana Pessoa



A uma média de 11 fusões por dia em 1985, o processo de concentração de transnacionais alcançou características inéditas na história do capitalismo, com sérias consequências para os países da Ásia, África e América Latina

S omente no ano passado três mil empresas se fundiram nos Estados Unidos, acentuando o fenômeno da tendência ao gigantismo, que adquire agora características frenéticas. Em doze meses, a um ritmo de 11 fusões por dia, investidores norte-americanos movimentaram cerca de 200 bilhões de dólares numa busca titânica para ficarem mais fortes e sobreviverem ao *darwinismo econômico* impulsionado pelo presidente Ronald Reagan. Quase todo este dinheiro veio de empréstimos feitos por bancos que, para obterem recursos, recorreram à comercialização de papéis e títulos. Criou-se uma pirâmide especulativa onde *dever* passou a ser um estranho sinal de saúde financeira. Muitos participantes desta corrida pelo poder estão se deslocando para a indústria eletrônica, tida em Wall Street atualmente como a grande esperança do capitalismo.

O boom das fusões cresceu tanto e tão rapidamente que até os seus arautos estão agora preocupados e pedem calma. Nos Estados Unidos a velha máxima de "dinheiro compra dinheiro" foi substituída por "dívida compra dívida". A maior parte das transações que possibilitaram essas fusões foi feita através de títulos chamados *junk bonds* que, em tradução literal, significam "papéis de lixo".

A especulação se tornou regra, mas o preço pode ser alto para o sistema ocidental.

A escalada concentracionista

Essa espécie de furacão que atingiu a economia dos Estados Unidos está contribuindo para transformar aceleradamente o seu desenvolvimento industrial e o perfil dos ramos de produção considerados estratégicos.

Companhias transnacionais que já tinham um poder gigantesco se fundiram com outras do mesmo ramo ou ampliaram o seu espectro de atividades envolvendo nessas operações cifras equivalentes ao PIB de vários países pequenos do Terceiro Mundo.

Em 1985, empresas gigantescas foram compradas, a todo ou em parte, a uma taxa de 11 por dia, perfazendo um total de três mil fusões ou associações, cujo valor estimado para o total das operações realizadas no mercado norte-americano supera o montante, por exemplo, das dívidas externas do Brasil e da Argentina juntas (ver Quadro). Entre 1969 e 1980, apenas 12 transações avaliadas em mais



A eletrônica está no centro de todas as grandes fusões

de 1 bilhão de dólares foram realizadas entre firmas norte-americanas. Em 1985, esse processo chegou ao paroxismo e o valor médio das fusões ficou em torno de três bilhões de dólares.

Estas combinações de capital que expressam o aumento inédito da concentração das transnacionais "estão causando um impacto tão profundo na economia norte-americana quanto o advento das ferrovias, do avião e do telefone", na expressão do deputado democrata Timothy Wirth. E o titular de uma das principais firmas do mercado financeiro dos Estados Unidos, a *Lazard Freres*, assegura não ter visto processo semelhante nos 35 anos de negócios desta firma na capital da primeira potência capitalista mundial.

Das comunicações aos mísseis

Um fato marcante do atual processo de concentração é o deslocamento da área de interesse das corporações. Em períodos anteriores, as fusões se concentravam mais no ramo do petróleo e outros recursos naturais. A partir dos primeiros anos da década de 80, e com mais intensidade desde 1985, o mo-

terceiro mundo - 17

vimento se dirige no rumo das áreas consideradas estratégicas para a superação da crise do sistema. Elas vão desde as comunicações, no seu sentido mais amplo, até a indústria bélica e aeroespacial (construção de mísseis e satélites, manutenção e serviços), passando pela produção de alimentos e a energia nuclear. Todos estes setores de tecnologia de ponta requerem altíssimos investimentos, que geralmente só podem ser conseguidos mediante os processos de combinação de capitais (fusões) e a ajuda do Estado.

Os alcances desse processo – cuja importância alguns comparam à descoberta da roda – ainda não podem ser vislumbrados na sua totalidade, mas é inquestionável que no centro desta revolução está a eletrônica, que está mudando todas as esferas produtivas e as formas de consumo.

Uma tendência histórica

Na história do desenvolvimento capitalista sempre houve um setor industrial puxando os investimentos e liderando o modo de produzir e o dinamismo do comércio. É o chamado *motor da acumulação*. Na primeira revolução industrial esse motor foi a indústria têxtil. Depois foi a época da abertura de ferrovias e a revolução nos transportes e nas comunicações, com a indústria ligada ao petróleo e ao aço no primeiro plano dos investimentos e dos lucros.

A implantação da produção em série, instituída por Henry Ford na década de 20, com a fabricação dos automóveis *Ford-T* (ou Ford bigode), revolucionou os métodos de produção industrial e deu início à indústria automotriz. Ela se transformou em pouco tempo em motor da acumulação nos países ricos até meados da década de 60.

Nessa etapa também houve um grupo de empresas mais dinâmicas que acabava absorvendo as outras, mais frágeis. Em 1901, por exemplo, uma série de fusões terminou com a competição na indústria norte-americana do aço. Numa só ação, definida na época pelos seus autores como uma “combinação de combinações”, mais de 65% da capacidade de produção de aço do país passaram a se concentrar numa só empresa. A argumentação dos defensores da concentração era que uma companhia gigantesca permitiria uma produção mais eficiente, maiores avanços tecnológicos e menores custos. Na altura, a fusão não foi aprovada em vários comitês do Congresso, que se opuseram a esses argumentos afirmando que, em vez das razões alegadas, na verdade o que estava em pauta era a intenção de monopolizar a produção de aço e acabar com a competição.

Concentração semelhante ocorreu também com a indústria automobilística. No começo de século, havia nos Estados Unidos e na Inglaterra cerca de 100 grandes empresas. Hoje, a indústria automotriz não possui mais de 10 firmas importantes no mundo.

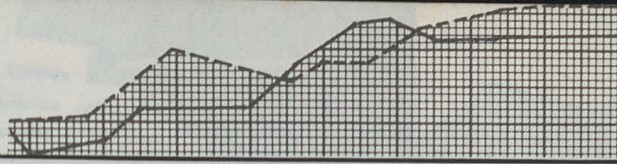
E mais, essas grandes firmas estão diversificando a sua produção e investindo nos setores de ponta. A General Motors, por exemplo, ganhou recentemente a Boeing e a Ford, uma concorrência, pagando cinco bilhões de dólares pelo controle acionário da empresa aeronáutica Mil Hughes Aircraft (a sétima maior fornecedora do Pentágono e uma das mais importantes do mundo na área da construção de satélites, além de produzir mísseis, helicópteros e competidores). Em 1984, a GM já havia adquirido a Electronic Data Systems, a primeira firma processadora de dados no mercado internacional.

Esses exemplos mostram como a concentração

1985: recorde de fusões

Segundo pesquisa publicada pelo *Financial Times*, em março passado, o valor das fusões e aquisições nos Estados Unidos – com a transferência do controle acionário de um grande número de indústrias – atingiu, em 1985, o índice recorde registrado em 1973. As

aquisições no ano passado somaram 179,6 bilhões de dólares, com um aumento de 47% em relação a 1984. Houve um número recorde de 36 megafusões, que superou 1 bilhão de dólares. A maior aquisição de companhia não-petrolífera da história do país foi a compra da RCA pela General Electric por 6,28 bilhões. A maior operação de *buy-out* (recompra de ações pela própria empresa) foi realizada pela Cia. Beatrice, do ramo de alimentos, por 5,36 bilhões.



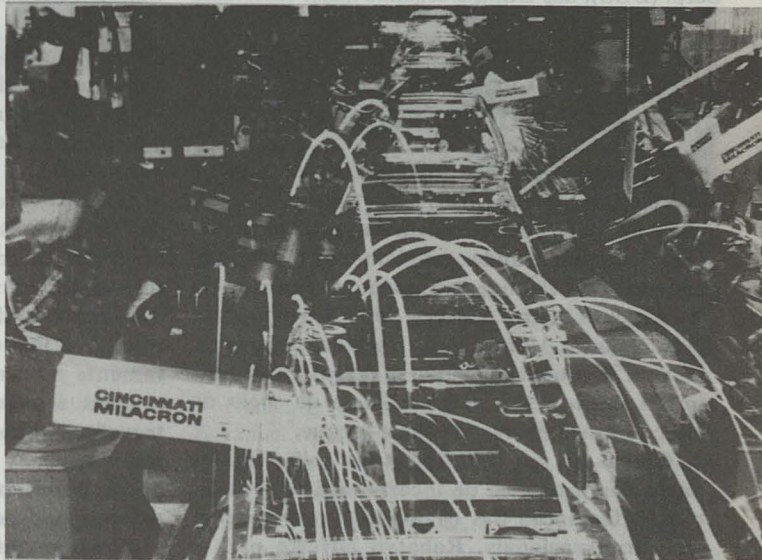
uma tendência permanente no processo de desenvolvimento capitalista. Tendo nascido da livre competição, o capitalismo conduz ao monopólio, que é exatamente o contrário da livre concorrência.

De acordo com Irving Kristol, teórico da Nova Direita dos Estados Unidos, os fundadores da nação norte-americana e o próprio Adam Smith ficariam perplexos se vissem o tipo de capitalismo que existe atualmente. Kristol, um dos nomes mais respeitados entre os jornalistas e os comunicadores dos *mass media* do Norte industrializado, afirma que o capitalismo tal como Jefferson, Hamilton e outros grandes líderes das primeiras épocas da nação norte-americana o entenderam era um assunto individual ou, no máximo, familiar. "A grande corporação dos nossos dias os deixaria perplexos e perturbados", afirma. "Eles se fariam certamente as mesmas perguntas que fazemos hoje: quem possui esse novo Leviatã? Quem o governa, com que direito e de acordo com que princípios?"

Controlar preços e eliminar competidores

De acordo com Mario Burkun, doutorado pela Universidade de Paris em Economia Internacional e professor de Economia na Universidade de Buenos Aires, as constantes quebras de empresas e a reorganização do tecido industrial, comercial e financeiro norte-americano durante a década de 70 permitiram a concretização da tendência do capital a fusionar-se, centralizar-se e concentrar-se, como se observa atualmente. Ele destaca que o número anual de fusões diminuiu durante a década de 70. Em 1969, por exemplo, houve 6 mil fusões, enquanto que em 1980 a cifra foi de apenas 2 mil. No entanto, embora o número de operações tenha caído, elas passaram a envolver quantias cada vez maiores. Em 1975, o número de operações que envolveu cifras superiores aos 100 milhões de dólares foi de 14, passando a 94 em 1980. A partir daí as fusões voltaram a crescer tanto em número como em valor.

Paralelamente à concentração ocorre a diversificação dos negócios. Com o crescimento dos monopólios e oligopólios internacionais, aumenta enormemente a sua capacidade para controlar preços e eliminar competidores. Para isso, torna-se fundamental a prática do *cross subsidization* (subsídio cruzado), pelo qual uma firma utiliza os lucros obtidos com um produto para financiar o desenvolvimento de outro menos lucrativo. Os setores estratégicos ou de ponta são os que exigem investimentos mais pesados e, por serem de maturação lenta, geralmente aumentam o endividamento da empresa. A atuação concomitante num negócio mais tranquilo e de rentabilidade já garantida a curto prazo é, portanto, es-



O objetivo das grandes fusões é o controle da automatização industrial

sencial para o desenvolvimento de novos produtos. Daí a tendência à diversificação e a explicação de porque empresas fabricantes de automóveis, por exemplo, investem no setor de alimentos, têxteis e outros: para assegurar lucros que lhes permitam entrar também na área da tecnologia de ponta e manter-se competitivos.

Integração transnacional

Ao lado da diversificação, observa-se a tendência mais acentuada à intensificação da internacionaliza-

ção de capitais pela via da associação ou da compra direta. Assim, por exemplo, na área das comunicações, o grupo alemão ocidental Siemens AG consorciou-se com a CTE Corp., grupo de telecomunicações dos EUA, para desenvolver, produzir e comercializar equipamentos digitais de telecomunicações no mercado norte-americano. Preocupada, porém, com a investida dos norte-americanos para ingressar no mercado francês, em janeiro deste ano, a mesma Siemens declarou estar desejosa de "cooperar" com a Générale de Constructions Téléphoniques (CGCT), que é o segundo maior fornecedor da França de equipamentos telefônicos.

No setor da automação, a Digital Equipment Corp. (DEC), dos EUA, o segundo maior fabricante

de computadores de todo o mundo, estava negociando, em dezembro de 1984, a formação de uma *joint venture* na área de automação fabril com a Comau, subsidiária da transnacional italiana Fiat. Por sua vez, o governo francês passou a estudar uma alternativa européia à proposta aliança entre a Compagnie Générale d'Electricité (CGE) e a American Telegraph and Telephone (AT&T), dos EUA, para suprir o setor de telecomunicações do país com um segundo fornecedor estatal de aparelhos de telefones.

Nos Estados Unidos, segundo informações da AP/Dow Jones¹, a fusão proposta da Sprint, unidade de telefonia à longa distância, da CTE Corp. e da United Telecommunications Inc. reflete as dificul-

O alquimista dos grandes negócios

□ O austríaco Félix Rohatyn, de 58 anos, é considerado em Wall Street como uma espécie de mago ou alquimista das multimilionárias fusões de grandes conglomerados transnacionais. Foi ele que organizou a compra da RCA pela General Electric, da Eletronic Data pela General Motors e da Hartford Insurance pela ITT. Rohatyn ocupa-se de fusões de empresas desde 1968, na qualidade de sócio do banco Lazard Frères, de Nova Iorque.

Graças ao seu contato íntimo com a maior parte dos processos de incorporação que levaram à formação das chamadas "megaempresas" transnacionais, Rohatyn adverte para a instabilidade da maioria dos negócios fechados nos últimos meses.

Numa entrevista concedida ao semanário *Time*, o financista austríaco afirma que esse processo "enfraqueceu a confiança nas instituições financeiras norte-americanas" devido ao gigantismo da dívida de 1,4 trilhão de dólares acumulada pelas empresas nessa corrida vertiginosa pelo crescimento.

Muitas dessas fusões estão sendo realizadas por meio de papéis financeiros chamados *junk bonds*, expressão que pode ser traduzida mais ou menos por "certificados de lixo". Apesar

desse nome nada tranquilizador, esses títulos estão inundando o mercado financeiro de Wall Street e, segundo Rohatyn, "talvez nunca sejam pagos". Basicamente trata-se de papéis especulativos.

Alguns especialistas, como o "alquimista das fusões", estão pedindo agora que se ponha ordem no mercado para evitar o caos. Rohatyn foi enfático ao afirmar, perante uma comissão do Congresso dos Estados Unidos, que "as instituições financeiras norte-americanas, supostamente encarregadas de velar pelos interesses e pelas economias de seus clientes, estão se transformando em cassinos onde as apostas são feitas em *junk bonds*". Uma das medidas propostas por Rohatyn é a exigência de que as empresas "não possam pedir empréstimos indiscriminadamente para comprar outras empresas".

Em 1985, a produção mundial de automóveis chegou a 31,8 milhões de unidades, em comparação com os 30,6 milhões registrados em 1984. Segundo a AP/Dow Jones, as vendas mundiais ficaram muito abaixo do volume fabricado e não chegaram a mais de 29 milhões de unidades.

Em 1984, a General Motors chegou a ter em estoque um milhão de automóveis, volume superior ao registrado em 1979, quando a crise do Irã fez cair bruscamente as vendas de veículos em todo o mundo.

dades de tentar competir num mercado dominado pela AT&T.

A aliança entre a Sprint e a Telecom foi a terceira megafusão anunciada na indústria de telecomunicações, que alcançou um total de 45 bilhões de dólares no ano passado.

No setor de equipamentos, a Otis Elevator, divisão da United Technologies dos EUA, anunciou uma proposta de compra de todas as ações emitidas pela Saxby S.A., fabricante francês de empilhadeiras mecânicas.

Em janeiro de 86, o grupo estatal Bull, do setor de equipamentos de computação da França, revelou que se associará à Ing. C. Olivetti & Co., da Itália, para projetar e fabricar equipamentos automáticos para bancos e terminais para obtenção de informações de contas.

Os exemplos se multiplicam e incluem setores de ponta assim como ramos tradicionais tais como cigarros, bebidas, brinquedos, além da indústria siderúrgica e química (sendo que estas duas últimas têm também setores considerados estratégicos).

“Os europeus – escreve o *Le Monde* – observam temerosos como o demônio do gigantismo se aposou do mercado financeiro norte-americano”. Mas se o processo começou e continua com mais intensidade nos Estados Unidos e nos países ricos, ele rapidamente se propagou inclusive pelo Terceiro Mundo onde, também com frequência cada vez maior, se vêm verificando movimentos intensos de associações de capital e fortalecimento de conglomerados, geralmente capitaneados por empresas estrangeiras.

A corrida às fusões tem origem no fato de que nenhum grupo empresarial privado ou estatal quer



As fábricas de automóveis expandiram suas atividades para outros setores, em busca de lucros fáceis que permitam realizar investimentos a longo prazo em tecnologia de ponta



ficar atrasado no que diz respeito às novas normas da concorrência capitalista, segundo as quais só os mais fortes sobrevivem. Por isso se fala que Reagan, entre outras coisas, deu início também à era do “darwinismo econômico”.

A guerra nas estrelas

No centro da atual reconversão do sistema capitalista, que está passando pela sua terceira revolução industrial, está,

como já vimos, a eletrônica, cuja expressão mais sofisticada é o programa Guerra nas Estrelas e todas as pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos a ele associados e dele derivados.

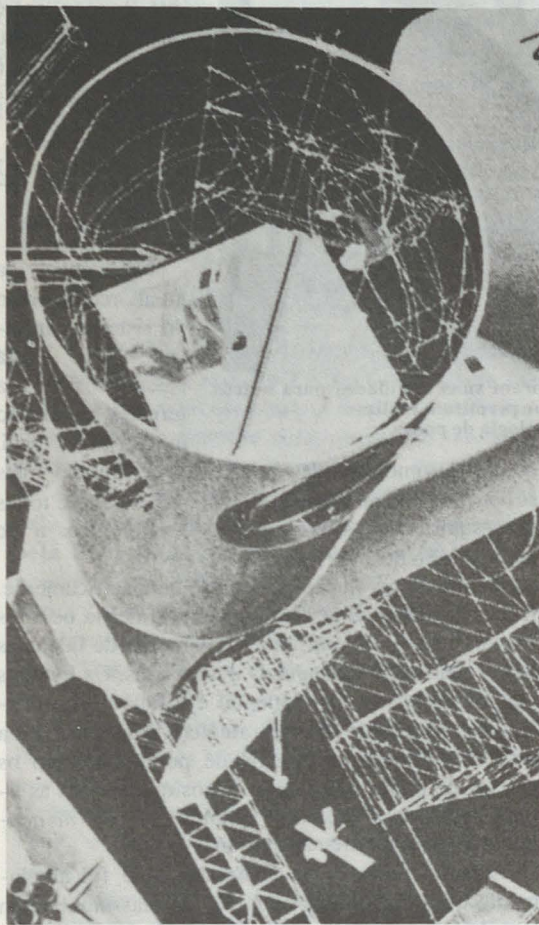
Nenhuma revolução, porém, se faz pacificamente. E a atual reviravolta está ocorrendo, desde os anos 70, em meio a um constante movimento de falências e reorganização dos capitais e mercados. Os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e o Japão já controlam a produção de bens estratégicos indispensáveis a essa corrida pela tecnologia de ponta, mas são os grupos de poder norte-americanos que traçam as linhas gerais do processo de um *novo padrão de acumulação* para o sistema capitalista.

Essa liderança norte-americana, que foi amplamente questionada nos anos 70, foi reassumida com grande agressividade a partir de 1981, quando Ronald Reagan assumiu a presidência dos EUA. Com ele chegou à Casa Branca uma equipe de intelectuais e políticos autodesignados neoconservadores. Ao contrário dos governos anteriores, que analisavam a crise econômica e política do sistema e a consequente quebra da hegemonia norte-americana como fruto de *condições objetivas* que levaram ao estrangula-

terceiro mundo – 21

mento do lucro e à perda do dinamismo do comércio internacional, Reagan e a sua equipe interpretaram a atual crise como fruto da debilidade das administrações prévias em manejar a política e a economia internacionais.

A situação atual foi vista pelos republicanos como a primeira crise geral do capitalismo produzida num momento em que a correlação mundial de forças en-



tre socialismo e capitalismo, entre revolução e contra-revolução, tinha-se modificado num sentido desfavorável ao capitalismo. Daí que a resposta política, militar, econômica e social tivesse que ser também de uma enorme agressividade.

Consolidou-se, então, uma aliança fundamental entre o Estado norte-americano e o capital bancário

e industrial transnacional estreitamente ligado à corrida armamentista.

Na relação, em alguma medida contraditória, entre esse Estado e esses capitais mencionados, deve-se buscar a chave para compreender as linhas políticas e econômicas do atual reordenamento do capitalismo mundial. E na corrida armamentista está a origem de mais de 90% das mudanças tecnológicas introduzidas na produção de bens e serviços.

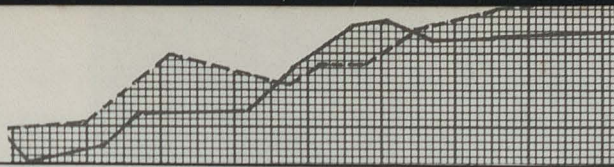
Segundo o economista belga Ernest Mandel, “vemos numa guerra fria permanente, caracterizada pela contínua busca de inovações técnicas no campo das armas, onde um fator novo, uma fonte extraeconômica (a fabricação de armas) alimenta as constantes transformações da técnica produtiva”. Mas tendo “esgotado” a maior parte das suas fronteiras naturais e terrenas de expansão², o sistema capitalista passou a ver no espaço uma possibilidade infinita de dinamização dos negócios ligados às novas tecnologias de ponta. A justificativa é a “defesa”. Daí a necessidade de exagerar os poderes do inimigo “e, antes de mais nada, manter sempre presente a idéia do perigo externo”.

A “guerra fria”

No plano político internacional, os Estados Unidos voltaram a impor a tese da confrontação Leste-Oeste em lugar da distensão (*détente*) defendida por Nixon e Carter. No plano econômico, a segurança nacional do Estado norte-americano passou a justificar o incremento dos gastos militares.

Já em 1973-74, durante o governo Nixon, as autoridades norte-americanas tinham utilizado o déficit fiscal³ como motor da expansão econômica. Contavam para isso com a abundância de petrodólares nos grandes bancos internacionais. O Tesouro dos Estados Unidos garantiu confidencialmente aos governos da Arábia Saudita, Kuwait e de outros países árabes isenções tributárias, ofertas de títulos do Tesouro e outros benefícios atraentes. Desta maneira, o governo poderia aquecer a economia sem ter que recorrer — como Reagan teve que fazer — à elevação das taxas internas de juros.

Na década de 80, as condições internacionais são diferentes e muito piores. A saída encontrada por Reagan para enfrentar a quebra do poder econômico dos EUA foi, por um lado, limitar os gastos sociais

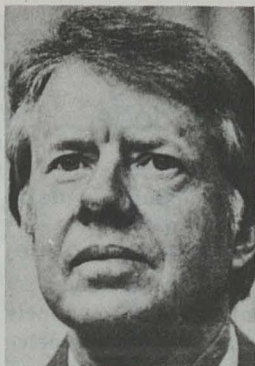


pelo outro, cortar impostos para incentivar as grandes corporações a fazerem investimentos bilionários, sobretudo nas áreas consideradas estratégicas pelo governo.

Ao mesmo tempo, foi adotado o princípio de elevar as taxas internas de juros para atrair capitais do mundo inteiro. O governo, necessitando de financiamento, vai ao mercado para colocar seus títulos e oferece bons rendimentos, competitivos com os das instituições privadas. Aumenta assim a dívida interna e externa a níveis nunca antes observados. E tudo isto se faz para financiar a produção de novos sistemas bélicos que, ao mesmo tempo que "protegem o sistema contra o inimigo", propiciam um novo campo de negócios para as grandes corporações. O Departamento de Defesa dos Estados



Richard Nixon



Jimmy Carter

natureza especulativa do seu modelo econômico. Nas relações internacionais, Washington tem que usar cada vez mais da força para impor os seus critérios. E isso é válido tanto em relação ao Terceiro Mundo (temos exemplos recentes como a agressão à Líbia, ou o apoio aberto aos "contras" da Nicarágua e Angola, sem falar nos modelos econômicos recessivos impostos pelo FMI) quanto aos próprios aliados.

Ao mesmo tempo em que se endivida (só o Japão

possui cerca de 100 bilhões de dólares em bônus do Tesouro dos EUA) o Estado norte-americano vai desfazendo a legislação restritiva à expansão dos monopólios, aumentando as despesas militares e tirando a cada dia mais benefícios das camadas mais pobres da população dos Estados Unidos. Essa "nova ordem" faz com que só os mais fortes sobrevivam



Os big shot da RCA e da GE realizam outro negócio

capazes de tornar o capitalismo norte-americano outra vez altamente competitivo. (Ver "Transnacionais: a lei do mais forte", artigo de Carlos Castilho nos cadernos do terceiro mundo nº 68).

Mas não se impulsiona uma política desse tipo em gerar contradições. Os Estados Unidos são hoje um país devedor (150 bilhões de déficit comercial,

e reste muito pouco da democracia liberal que caracterizou o país. Resta tão pouco que até mesmo os "país do sistema" ficariam perturbados, como diz Kristol.

Dentro dos Estados Unidos não estão passando despercebidos os resultados dessa defasagem entre uma retórica de defesa da democracia e uma prática

terceiro mundo - 23

Concentração também na publicidade

☐ A sétima maior agência de publicidade do mundo, BBDO International Inc., a 13ª Doyle Dane Bernbach Group (DDB), e a 19ª, Needham Harper Worldwide, se fusionaram a 27 de abril deste ano e pularam para o primeiro lugar no ranking mundial. As três são norte-americanas, a primeira de Nova Iorque, a segunda de Chicago e a terceira de Detroit.

A fusão das três resultou em uma superagência com um total de contas de cinco bilhões

AS 10 MAIORES AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE DO MUNDO EM 1985, DE ACORDO COM SUAS RECEITAS

Agência	Receita Em milhões de dólares	Faturamento
1 - Young & Rubican	536.0	3.580
2 - Ogilvy Group	481.1	3.320
3 - Dentsu Inc.	473.1	3.620
4 - Ted Bates Worldwide	466.0	3.110
5 - J. Walter Thompson Company	450.9	3.010
6 - Saatchi & Saatchi Compton Worldwide	440.9	3.030
7 - BBDO International	377.0	2.520
8 - McCann Erickson Worldwide	345.2	2.300
9 - D'Arcy Masius Benton & Bowles	319.5	2.180
10 - Foote, Cane & Belding Communications	284.5	1.900

de dólares por ano. A BBDO, que ficará com 65% das ações e com a direção da nova empresa traz, além de uma fatia das contas da Chrysler, as contas da General Electric, Gillette, National Distillers, Lever Brothers e da Pepsi-Cola, cuja campanha ganhou todos os grandes prêmios no ano passado.

São da DDB as contas da IBM, da Nabisco, da Clairrol e da Seagram, além da Volkswagen. A DDB terá 24% da nova empresa.

A Needham Harper, à qual caberá a fatia minoritária de 11%, contribui com as contas da Frigidaire, da Anheuser-Bush (cervejaria), da Amtrak, a empresa ferroviária estatal dos EUA especializada em transporte de passageiros, e da General Mills.

A criação da maior agência de publicidade do planeta, através da fusão, parece confirmar também a tendência à concentração dos negócios nesse setor.

“Os serviços oferecidos pelas agências publicitárias adquiriram enorme status nos últimos anos, porque a publicidade assumiu a responsabilidade de criar diferenças perceptíveis em produtos que, por causa dos avanços tecnológicos, frequentemente não as têm”, afirmou Philip H. Dougherty, do *New York Times*.

Alguns analistas desta indústria de serviços acreditam que a consolidação do setor continuará e, em poucos anos, haverá apenas um punhado de agências gigantes atuando em escala global, e uma infinidade de pequenas empresas, que atenderão aos mercados local e regional.

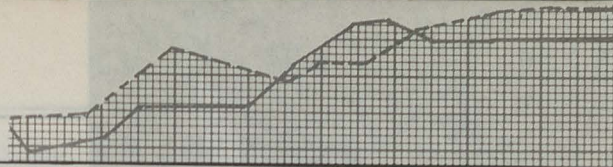
Fonte: Advertising Age

que a contradiz, particularmente no que diz respeito aos direitos sociais. Além do fato de que, quando o capitalismo estava na fase da livre concorrência, 70% dos norte-americanos trabalhavam por conta própria, e nesta etapa monopólica só 7% o fazem. Além disso, têm aumentado no país a pobreza abso-

24 - terceiro mundo

luta, o desemprego - particularmente entre a população jovem -, e o desamparo da velhice. Todos estes fatores dão atualmente aos Estados Unidos certas características dos países subdesenvolvidos, como assinala um dos conselheiros do Citibank (Ver o **dermos do terceiro mundo** nº 72). Hoje já são

18 9n - orlut



Os países não-alinhados reivindicam há mais de uma década uma Nova Ordem Econômica Internacional

próprios políticos norte-americanos que admitem, sem rodeios, que o futuro da democracia liberal está intimamente comprometido com o crescimento e expansão das empresas transnacionais.

Se esses são os reflexos internos do novo modelo, quais não serão as suas consequências no Terceiro Mundo? Estrangulado em suas possibilidades de desenvolvimento autônomo pela sua dependência – financeira, comercial e tecnológica – do Norte industrializado, o Terceiro Mundo está constatando que, num mundo dominado pelo capitalismo monopólico, cujo centro de decisões se concentra nas mãos de poucos banqueiros e magnatas das indústrias e serviços de ponta, é muito difícil poder desenvolver regimes democráticos e exercer com dignidade a soberania nacional.

Mas dentro do Terceiro Mundo também há diferenças. As consequências são mais dramáticas nos países mais pobres. Assim como a competição capitalista favorece as empresas mais poderosas, nas relações internacionais as nações com menor desenvolvimento e menor capacidade para investir em tecnologias novas vão perdendo competitividade no plano econômico e, conseqüentemente, perdem tam-

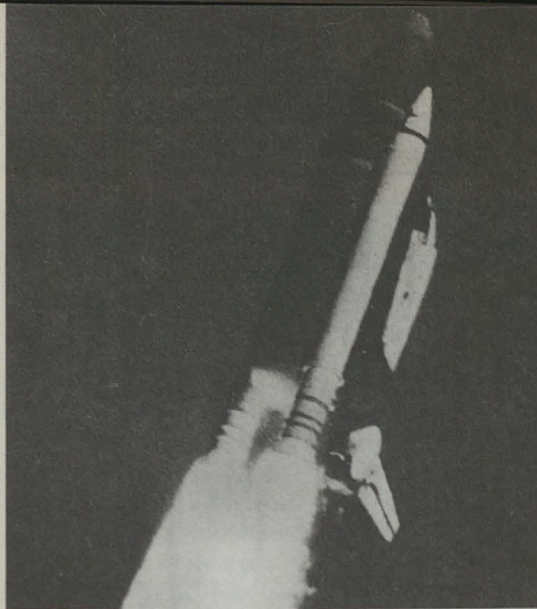
bém autonomia nas negociações políticas com os países industrializados.

Esta situação se torna mais crítica se levarmos em conta o problema da dívida externa, que provoca uma evasão permanente de capitais via pagamento de juros extorsivos, e a contínua queda do preço internacional das matérias-primas imposta pelos mesmos poderosos interesses que também controlam os outros setores da economia mundial.

E o Terceiro Mundo, que fornece os recursos financeiros e materiais para a reformulação do sistema capitalista, acaba perdendo desta forma toda possibilidade de atingir o seu próprio desenvolvimento e concretizar as aspirações de seus povos.

Frente à concentração cada vez maior do poder econômico transnacional, os países subdesenvolvidos chegam à conclusão de que não lhes resta mais alternativa que a integração Sul-Sul e uma ação conjunta do Terceiro Mundo nas grandes questões de política internacional do momento. A expressão política mais coerente e ampla dos países emergentes, o Movimento dos Países Não-Alinhados, já levantou há mais de uma década a reivindicação de lutar pela construção de uma Nova Ordem Econômica Inter-

terceiro mundo – 25



A Guerra nas Estrelas pode acabar com o sonho da democracia liberal nos Estados Unidos

nacional, acompanhada de uma reestruturação do sistema informativo mundial que democratize o acesso aos meios de comunicação de massas.

O que não é aceitável é que o Norte capitalista industrializado esteja impondo uma negociação bilateral com cada um dos países do Terceiro Mundo, como se fosse possível uma negociação de igual para igual entre Uganda, Bolívia ou Bangladesh, para citar só alguns exemplos, e os Estados Unidos ou o Mercado Comum Europeu. Isto sem falar no que tem demonstrado claramente o governo Reagan, particularmente nos casos da Líbia e Nicarágua, onde provou que está decidido a usar a força cada vez que considerar os interesses do Estado norte-americano ameaçados. ●

1 A *API/Dow Jones* é um serviço informativo oferecido pela Agência AP em conjunto com a Bolsa de Nova Iorque, dedicado a divulgar informações financeiras.

2 A exploração colonial pura e simples nos velhos moldes do século 19 tornou-se impraticável para os países imperialistas a partir dos anos 60. Por outro lado, não há mais nenhum *Oeste* bravo e indômito a conquistar. O comércio internacional, nos anos 80, caiu para níveis inferiores aos registrados durante a crise de 1929. E a expansão financeira propiciada pelos bancos transnacionais através das dívidas contraídas por parte dos países do Terceiro Mundo entrou também em crise aguda desde 1982. Ao mesmo tempo, indústrias automotrizas, de eletrodomésticos e outras revelam um estancamento grave (ver gráficos sobre a queda nas vendas de automóveis). Por essa razão não têm condições de atrair grandes investimentos que redefinam o processo de acumulação.

3 Chama-se *déficit fiscal* a diferença entre o que o governo gasta e o que ele arrecada em impostos.

Unilever: o novo gigante mexicano

□ O Terceiro Mundo não escapou à nova onda de concentração capitalista, cujo epicentro se encontra nos Estados Unidos. Um exemplo ilustrativo foi a operação que possibilitou a entrada oficial no México da transnacional anglo-holandesa Unilever, a maior agroindústria do mundo, que chegou a um acordo para adquirir todas as ações da próspera subsidiária mexicana da não menos poderosa Anderson Clayton Corp. (ACC) dos EUA.

O fechamento definitivo da operação ocorreu em princípios deste ano. A Anderson Clayton é a transnacional com maior presença no setor alimentício do México, onde chegou há meio século e comprou 61% das ações de um conglomerado industrial, que hoje possui 26 fábricas em todo o país. Deste total, 14 são empresas fabricantes de rações balanceadas para animais e as restantes produzem farinhas de cereais e leguminosas, azeites, margarinas e manteigas vegetais, bombons e *delicatessens*.

No *ranking* anual das 500 empresas que mais vendem no México a ACC só foi superada pela Nestlé. A Unilever, por sua vez, está em 18º lugar entre as 50 que mais vendem no mundo, de acordo com os dados da *Fortune* de 1984, enquanto a Nestlé ocupou o 49º lugar nessa mesma lista.

A sua entrada no mercado mexicano, montada através do império que adquiriu da ACC, implicará em fortes remanejamentos num campo tradicionalmente dominado pelos consórcios norte-americanos.

Das 130 empresas transnacionais que operam no setor agroindustrial mexicano, 104 são de origem norte-americana e as restantes são subsidiárias suíças, italianas, japonesas e francesas. Elas controlam 100% da produção de alimentos infantis, 95% da indústria avícola, 93% dos laticínios e cafés solúveis, 76% dos derivados de milho, 70% das farinhas lácteas e leguminosas, 60% dos alimentos balanceados e 30% das conservas de frutas e hortaliças.

Os EUA investem na automação

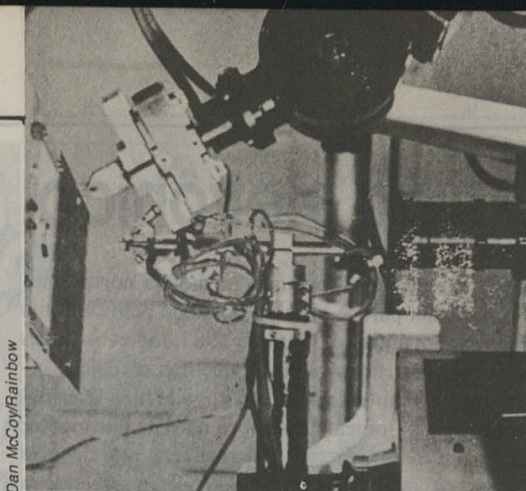
Em sua edição de 16 de junho deste ano, a revista *Business Week* dedica sua matéria de capa ao processo de automação que está mudando o perfil industrial da sociedade norte-americana e levanta uma pergunta, que está por trás dos investimentos maciços que estão sendo destinados a esse fim: "Poderá a automação salvar a indústria dos Estados Unidos?"

A leitura dos artigos dedicados ao tema mostra que os grandes conglomerados estão procurando, através da automação, recuperar sua antiga competitividade. A participação do setor de manufaturados norte-americano estava caindo de forma "alarmante" nas vendas mundiais. No campo da eletrônica, por exemplo, apenas 10% do mercado mundial são abastecidos, atualmente, por produtos dos Estados Unidos, o que significa um retrocesso de pelo menos uma terça parte em relação à situação de 1965. Na comercialização de automóveis, a participação norte-americana se reduziu à metade nesse mesmo período.

Na opinião de diversos especialistas, a raiz do problema está no imobilismo que havia se apoderado do setor de manufaturados, numa época em que a renovação, com a introdução de novas tecnologias de ponta, se convertia na peça-chave para manter a competitividade.

O processo de transformação começou pelos grandes conglomerados, os primeiros que sentiram o impacto da perda de espaços a nível internacional. Um 30 ou 40 companhias de grande porte, principalmente as gigantes da indústria aeroespacial, automobilística, de computadores, equipamentos pesados etc, deram o primeiro passo e se colocaram na vanguarda desta verdadeira revolução tecnológica.

Nos 10 últimos anos, conglomerados como a Apple Computer, Boeing, General Dynamics, Hughes Aircraft e Rexnord têm investido cifras multimilionárias na automação de seus processos de produção. A General Motors Corp. investiu 40 bilhões de dólares num projeto de quase ficção científica, a "Buick City", um



Dan McCoy/Rainbow

complexo industrial onde as montadoras estão a poucos minutos de distância das fábricas que fornecem as peças.

O processo de automação está passando, agora, para as pequenas e médias indústrias, com o incentivo que elas recebem das grandes empresas, para as quais, muitas vezes, prestam serviços.

Com a automação, que implica a integração por meio de computadores das diferentes etapas da produção, as "novas" fábricas trabalham, literalmente, dia e noite. Assim, agora é possível que um pedido que chegou numa segunda-feira à tarde, esteja pronto na terça-feira pela manhã. Ou que uma nova peça, que é desenhada na tela do computador, seja analisada automaticamente, desenhada de forma eletrônica e, depois, passe a um sistema de produção automatizado (e às vezes também robotizado) que a entrega pronta em poucas horas.

Com essa tecnologia, "pertencem ao passado as manchas de óleo no chão das fábricas e as mãos calosas e sempre sujas de graxa dos operários", como escreve o articulista do *Business Week*.

Porém, a automação cria novas necessidades, como complemento da decisão de integrar o processo e controlá-lo por computador. Produz-se uma mudança profunda no perfil de cada empresa, que, às vezes, leva anos para sua total adaptação às novas realidades.

"Nesse processo, a resistência do ser humano às transformações é o problema mais sério a ser enfrentado", se queixa um jovem egresso da universidade, especializado em automação e robotização das empresas.

O filão eletrônico

Segundo os europeus, a economia norte-americana parece ter sido possuída pelo demônio do gigantismo. Durante 1985, todos os meses trouxeram uma nova onda de quebras e fusões, incorporações e outras associações, cada uma mais espetacular que a outra. Dezembro não fez por menos: registrou a maior operação já realizada nos Estados Unidos por companhias não-petrolíferas quando a General Electric (GE) comprou, por 6,28 bilhões de dólares, a também gigantesca RCA.

A fusão dos ativos dessas duas companhias, que figuram entre os maiores fabricantes de artigos de consumo dos Estados Unidos e principais fornecedores do Pentágono, possibilitou a formação de um poderoso conglomerado, cujas vendas anuais pode-

A "Global Motors"

Lee Iacocca, que atualmente é apontado pelas pesquisas de opinião como favorito para disputar as eleições presidenciais de 1988 nos EUA, relata que, na época em que era o todo-poderoso presidente da Ford Motors Co., ficou obcecado por uma idéia que chamou de "Global Motors". Conforme conta em sua "Autobiografia", publicada após a sua saída da Ford, tratava-se de um plano de grande envergadura, não exatamente o tipo de projeto que se põe em prática da noite para o dia". Seu sonho era "formar um consórcio de empresas de automóveis na Europa, no Japão e nos Estados Unidos porque juntos, criaríamos uma força considerável, que desafiaria a supremacia da General Motors".

Iacocca tinha em mente juntar numa mesma empresa a Volkswagen, a Mitsubishi e a Chrysler, "embora o plano pudesse admitir também parceiros diferentes, como a Fiat, a Renault, a Nissan ou a Honda".

Ele conta que pediu a seu amigo Billy Salomon, de Salomon Brothers - conglomerado de investimentos de Nova Iorque - para pesquisar quais seriam as implicações de uma fusão de

rão superar 40 bilhões de dólares, ou seja, uma renda equivalente ao imenso superávit comercial de um país como o Japão. Com a fusão, o consórcio GE-RCA passa à sétima posição na lista da *Fortune 500* (apenas um pouco atrás da IBM e na frente da Dupont) e certamente consolida a posição dos Estados Unidos como líder no mercado internacional em setores como o das telecomunicações.

A GE, que já produzia desde lâmpadas e máquinas de lavar louça até motores a jato, equipamentos médicos, componentes para mísseis e reatores atômicos, ganha agora também uma rede de tevê (a NBC), a terceira maior e a mais popular dos EUA, além de ter adquirido, entre outros, o filão de ouro dos direitos autorais sobre as reproduções das músicas de Elvis Presley (maior êxito de vendas no mercado discográfico mundial).

O *chairman* da GE, John Welch, 50 anos, há 25 na companhia fun-



Lee Iacocca

empresas desse tipo. "Durante esse processo" aprendeu muito, confessa, sobre os balancetes das empresas, percebendo que há "uma diferença enorme entre aquilo que uma empresa parece

ser no papel e o modo como ela realmente opera".

"De acordo com Salomon Brothers, o maior obstáculo à Global Motors eram as leis norte-americanas antitruste". E lamenta: "Como cinco anos fazem diferença! Atualmente (1984), a Casa Branca está admitindo um empreendimento corporativo entre a General Motors e a Toyota, as duas maiores empresas de automóveis do mundo. Em 1978, até mesmo uma fusão entre a Chrysler (da qual atualmente ele é presidente, depois de tê-la salvo da falência) e a American Motors teria sido impossível". E arremata: "Por aí a gente vê como o mundo muda".

dada por Thomas Edison em 1878 – que tomou o nome de GE depois de haver se fundido com outras companhias em 1892 – declarou após a aquisição da RCA que “teremos capacidade tecnológica, recursos financeiros e liberdade de ação global que nos possibilitam competir com êxito contra quem quer que seja, onde seja e em qualquer mercado onde estejamos”. O executivo-mor da GE, um homem informal que, segundo dizem, gosta de visitar inesperadamente seus empregados, vai agora administrar 330 mil empregados no mundo inteiro.

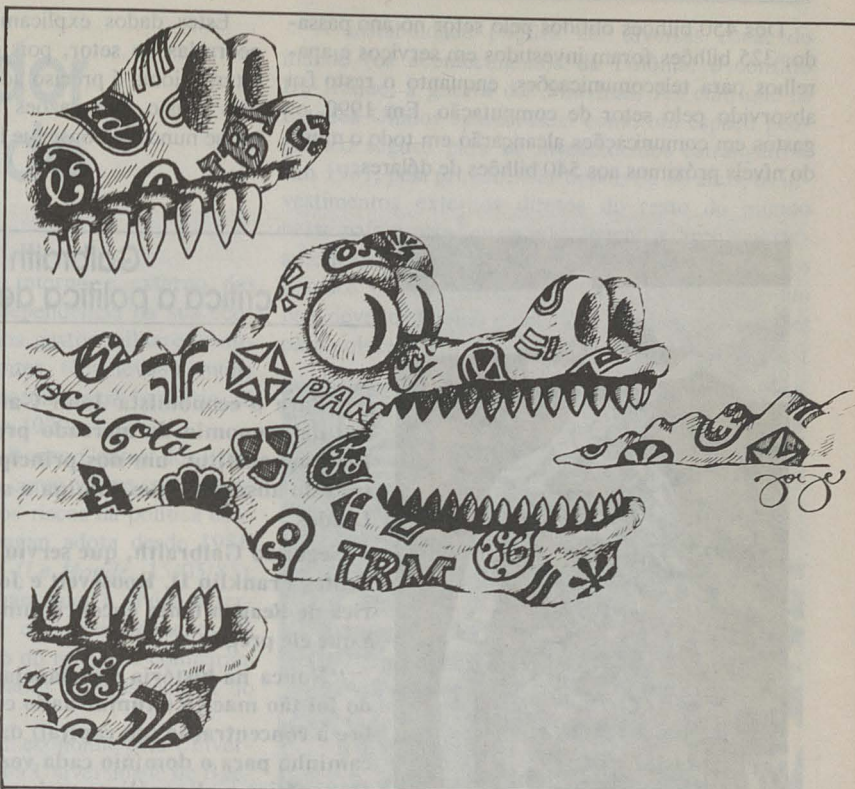
No passado, a GE foi multada em 800 mil dólares por ter fraudado

a força aérea dos Estados Unidos, por causa de sua participação na “renovação” dos mísseis Minuteman, um episódio que o *chairman* Welch prefere esquecer, insistindo em afirmar que funcionários de baixo escalão e não altos executivos foram responsáveis pelo crime.

Do outro lado do Atlântico, as grandes firmas procuram também fortalecer suas posições no mercado para não perder competitividade. Assim, além da megafusão da Daimler-Benz com a AEG-Telefunken alemã (esta última em situação falimentar desde 1982) e centenas de outras na Alemanha Federal, Japão e França, o “matrimônio” das mais importantes empresas de telecomunicações da Itália – a Teletra da Fiat e Italtel (estatal) – realizado também em dezembro, pretende dar a esse país o instrumento ideal que lhe permita jogar um papel decisivo no cenário mundial da tecnologia das comunicações.

Italtel pertence ao grupo Stet (que, por sua vez, faz parte da *holding* estatal Instituto de Reconstrução Industrial, ITI) que conduziu as negociações

Jorge Atbach



para concretizar uma aliança com a Fiat, anunciada em princípios de novembro.

Ainda que não se tenha detalhes preciosos desta fusão, não é a primeira vez que os dois grupos italianos decidem colaborar entre si para levar adiante projetos comuns no setor eletrônico, cujos primeiros antecedentes remontam à década de 60. Da presente aliança surgirá uma sociedade mista, na qual a Fiat e a Stet participarão com 48% das ações cada uma, esperando-se a incorporação de um terceiro sócio, provavelmente um banco.

Para se ter uma idéia do volume de negócios manejado por algumas das empresas mundiais de telecomunicações, basta citar alguns dados da National Telecommunications Information Administration dos EUA, segundo os quais o conjunto da indústria mundial da informação gerou, em 1984, vendas no valor de 450 bilhões de dólares. Em 1990, segundo a mesma fonte, se espera que esta cifra chegue aos 830 bilhões (ou seja, o total da dívida externa atual do Terceiro Mundo).

Dos 450 bilhões obtidos pelo setor no ano passado, 325 bilhões foram investidos em serviços e aparelhos para telecomunicações, enquanto o resto foi absorvido pelo setor de computação. Em 1990, os gastos em comunicações alcançarão em todo o mundo níveis próximos aos 540 bilhões de dólares.

Estes dados explicam grande parte das fusões ocorridas no setor, pois para competir no mercado internacional é preciso adequar-se às novas tecnologias e isto, por razões financeiras e tecnológicas, quase nunca se consegue isoladamente.



John Kenneth Galbraith

Galbraith critica a política de Reagan

□ Para o economista John Galbraith, o renascimento da economia de mercado proposto pelo governo de Reagan constitui um dos principais elementos da “cultura do absurdo” que domina o atual debate nos Estados Unidos.

Segundo Galbraith, que serviu aos governos dos presidentes Franklin D. Roosevelt e John F. Kennedy, a retórica de Reagan tenta encobrir uma situação quase oposta à que ele prega.

“Nunca na história o distanciamento das leis do mercado foi tão maciço e tumultuado como é hoje. Notícias sobre a concentração (do capital) das corporações, que abre caminho para o domínio cada vez maior do mercado por monopólios e oligopólios, enchem as páginas econômicas dos jornais, e há meses não ouvimos falar das leis antitrustes que no passado eram tidas como a melhor defesa de um mercado competitivo”, disse ele.

Na eventualidade de que o mercado se revele excessivamente oneroso para os novos monopólios e oligopólios que estão surgindo, Galbraith afirma que o governo Reagan está sempre pronto, mais do que nunca, a socorrê-los. “Bancos e caixas econômicas têm sido resgatados numa escala que não era vista desde a Grande Depressão”, disse ele. “Se uma corporação industrial ou financeira é suficientemente grande, como eram os bancos Penn Central e Continental Illinois, ou a Lockheed e a Chrysler, eles podem contar com o apoio oficial”.

Por último, Galbraith aconselhou aos jornalistas presentes a sua conferência no National Press Club, em Washington, no início de junho último: “Por tudo isso, na próxima vez que vocês se sentarem para escrever sobre o retorno à economia de mercado, sorriam com malícia à medida que as palavras saírem da máquina. Isso indicará que vocês não foram apanhados pelo absurdo dessa suposição”.

Um devedor privilegiado

O alto endividamento interno e externo dos EUA, a crescente dependência da sua economia em relação aos gastos militares e outros indicadores preocupantes têm levado muita gente a temer a repetição de um *crash* bancário, só que desta vez pior do que em 1929.

O próprio presidente do Banco Central dos EUA (FED), Paul Volcker, assim como vários congressistas, vêm advertindo sobre os riscos da política econômica que o governo Reagan adota desde 1981. Segundo Dominik Barouch (*Le Monde*, 15/05/85), alguns pessimistas já sublinham que “a dívida externa norte-americana traduz o enfraquecimento da primeira potência econômica do mundo e comparam mesmo a situação dos Estados Unidos com a do Brasil ou do México”.

Mário Burkun, doutor em economia pela Universidade de Paris e professor da Universidade de Buenos Aires, diz não acreditar na possibilidade de catástrofes no sistema financeiro internacional. “Há toda uma rede de segurança institucional, gerada pelo FED, que se concretizou juntamente com a liberalização da legislação e a abertura de novos mercados financeiros, que fazem com que tais riscos fiquem neutralizados pelo menos a médio prazo”.

O que Burkun sublinha é a possibilidade de aumentar o número de quebras empresariais, o que, por sua vez, propiciaria uma maior concentração: o movimento de falências e fusões atira muito a pressão sobre as reservas bancárias, porque aumenta a demanda de dinheiro para o financiamento dessas operações. Desta forma, acirra-se também a competição entre todos os setores industriais e financeiros.

A segurança política e o valor da moeda

É sabido que, além da atração representada pelos altos juros e outras condições do mercado financeiro norte-americano, “capitais do mundo inteiro são aplicados nos EUA devido à segurança política que este país oferece aos investidores,” lembra Burkun.

A instabilidade política em diversas zonas do mundo (os acontecimentos da Polônia, o conflito Irã-Iraque, a guerra das Malvinas) fez com que os Estados Unidos aparecessem como um espaço geográfico seguro para os investimentos estrangeiros. Em 1981, pela primeira vez depois de 30 anos, os investimentos externos diretos do resto do mundo nesse país superaram os investimentos diretos norte-americanos no exterior. Porém, na medida em que os Estados Unidos aparecem, a partir de 85, como um país devedor líquido e encontra maiores dificuldades para solucionar, pela via diplomática, situações ex-



A dívida dos Estados Unidos pode ocasionar um *cracking* da bolsa de valores pior que o de 1929

plosivas em áreas internacionais estratégicas, muitos investidores estrangeiros começam a se perguntar quando deverão iniciar o movimento de retirada de seus capitais da área do dólar.

“O valor do dólar e dos juros está muito ligado à estabilidade política dos EUA e à sua forma de conduzir os conflitos internacionais”, lembra Mario Burkun. “No entanto o investidor médio norte-americano tem outra visão” desses problemas e con-

terceiro mundo — 31

flitos. Para estes, “a estabilidade significa que Reagan lhes demonstre que os Estados Unidos podem atacar a Líbia ou invadir Granada”.

Segundo o professor, não se deve perder de vista, porém, que “os grandes investidores”, isto é, os grandes bancos transnacionais, são os que organizam a racionalidade do sistema. “Por isso mesmo, impedem que Reagan faça outras coisas mais graves como invadir a Líbia ou intervir diretamente na Nicarágua”.

“Quando os EUA lançam a tentativa de intervenção militar no Mediterrâneo, sobe o ouro e o dólar entra numa situação instável. Logo diminui o nível da pressão, o dólar volta a se valorizar e, como as taxas de investimentos a longo prazo têm tendência à alta, volta a confiança ao mercado”, acrescenta.

do dólar. Ele assinala, contudo, que o processo de fusões e concentração está se dando para tentar ganhar eficiência em áreas como a robotização e a automação, nas quais os Estados Unidos estavam muito atrasados em relação ao Japão (sobretudo pelo número de robôs incorporados à produção).

A tentativa dos Estados Unidos de recuperar posições econômicas perdidas se intensificou a partir de 1984, quando “passaram a imprimir uma grande racionalidade ao seu aparelho produtivo, o que não foi difícil devido ao alto índice de desemprego”. De acordo com Burkun, as fusões e a consequente concentração conduzem, porém, a modificações nos investimentos a longo prazo e acentuam o incremento da produtividade. Isto porque, ao ter uma moeda (dólar) que não é competitiva a nível internacional,

O colapso do Home Savings Bank, do estado de Nova Iorque, elevou o número de quebras de bancos garantidos pela Federal Deposit Insurance Corp. (FDIC) a 120, em 1985, um recorde desde a Grande Depressão. Fonte: *Financial Times*, 29 de janeiro de 1986.



A corrida pela eficiência

Os investidores poderão, no entanto, questionar o dólar como moeda de reserva internacional, como aconteceu quando a França e a Alemanha Ocidental começaram a discutir a possibilidade de que o ECU (unidade monetária européia) fosse a contrapartida do dólar. Os Estados Unidos pressionaram fortemente, da mesma forma que os grandes bancos comerciais, e atualmente a França já desistiu de gerar um mecanismo desse tipo. A Alemanha, no entanto, continua acreditando na possibilidade de fortalecer o marco em virtude do crescimento das suas exportações.

Segundo Burkun, o problema da defasagem das taxas de produtividade poderá também afetar o valor

empresas norte-americanas devem necessariamente buscar aumentar a sua produtividade para poder competir e impulsionar, por esse lado, as grandes produções”.

Hegemonia financeira

Segundo Mario Burkun, os outros fatos que estrategicamente dão muita força às corporações do Costa Oeste dos EUA são a abertura da área do Pacífico aos investimentos norte-americanos, a realização de negócios comuns com o Japão e a expectativa de que o mercado chinês se abra ao consumo de bens capital norte-americanos.

“Ao mesmo tempo – acrescenta – Washington recompondo aceleradamente a sua hegemonia

sistema sobretudo através da atuação do seu mercado financeiro, que está ditando as diretrizes e impondo as práticas para uma verdadeira reviravolta na economia internacional a favor dos Estados Unidos.”

“Só uma crise muito profunda poderá questionar a hegemonia atual. Daí a necessidade dos grandes grupos bancários de endurecer mas também flexibilizar, nos momentos de refinanciamento das dívidas externas do Terceiro Mundo”, diz.

O Plano Baker, por exemplo, seria “um balão de ensaio” para aferir a reação internacional. A novidade que o Plano oferece, assinala Burkun, “é o novo discurso do Banco Mundial, de ajuste estrutural (já não se fala mais de ajustes estabilizadores). O objetivo dos bancos é gerar um novo sistema de complementariedade industrial e financeira sob a hegemonia dos EUA, onde a liquidez surja da sucção dos dólares do mercado internacional e cuja colocação seja feita através desses mesmos bancos”.

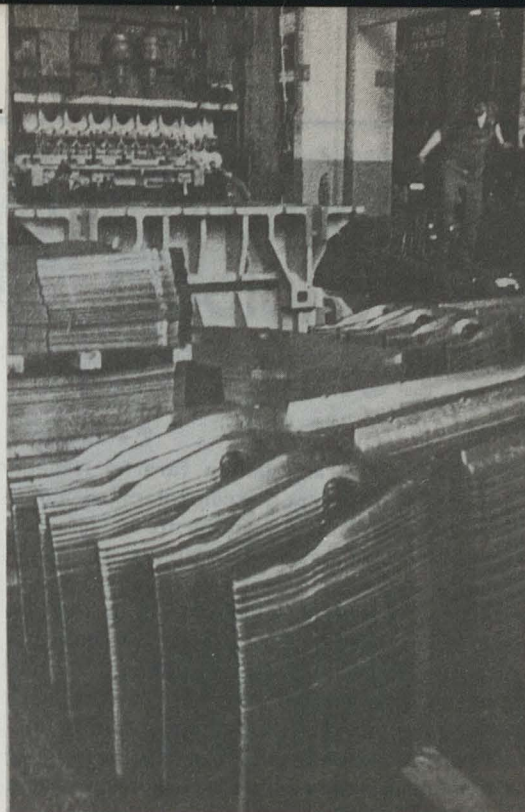
“Os grandes bancos norte-americanos – porque são eles que estão determinando a estratégia e a orientação da atual reconversão do sistema – buscam submeter o Terceiro Mundo à produção de certos bens totalmente ligados às necessidades dos mercados ricos e eliminar, assim, toda a possibilidade de crescimento autônomo desses países dentro de algum ramo produtivo, ou inclusive dentro de algum perfil industrial particular”.

“Desta forma – continua – tudo o que está ligado à microeletrônica, à automação (onde entram os insumos de informática como também certas ligas metálicas), à indústria nuclear (que, apesar de não ser uma saída energética, é muito sensível do ponto de vista militar), comunicações e serviços, constitui um universo proibido para os nossos países, a partir de uma perspectiva do centro hegemônico.”

“O canal por onde passa todo esse processo de reestruturação é a nossa dívida externa, porque o objetivo dos bancos não é apenas o de obter lucros desse endividamento, mas também o de controlar a saída de capitais provocada por essa mesma dívida”.

Neste contexto, o caso particular de alguns grandes países do Terceiro Mundo, como o Brasil, a Índia e por outro lado a China, que estão tratando de buscar espaços para um crescimento autônomo dos seus capitais internos, via integração comercial Sul-Sul, é visto com grande preocupação pelos Estados Unidos.

“A pujante competitividade internacional brasi-



Os Estados Unidos pretendem usar o mercado financeiro para mudar o perfil industrial de países do Terceiro Mundo como o Brasil, a Índia e a China

leira em vários tipos de manufaturados (devido ao baixíssimo valor da sua mão-de-obra, cerca de sete vezes mais baixa que o salário por hora/homem nos EUA) preocupa muito Washington, na medida em que o Brasil procura agora com determinação a modernização tecnológica e uma inserção mais dinâmica no comércio internacional.”

“Por outro lado, o grande endividamento empresarial norte-americano, (só a dívida dos granjeiros do Médio Oeste, por exemplo, supera a dívida externa brasileira e argentina juntas) faz com que muitos analistas comparem a vulnerabilidade financeira dos Estados Unidos à dos nossos países”, lembra o professor. No entanto, segundo ele, a comparação não é pertinente: a dívida empresarial norte-americana é contraída em dólares, que é a moeda nacional deles e depende, portanto, da emissão e formas de financiamento controladas pelas autoridades monetárias e políticas de Washington. Como disse *Le Monde*, lembra Burkun, “os EUA são devedores privilegiados” porque, em definitivo, emitem a moeda dominante no sistema internacional. ●

(M.S.)

O Brasil na busca da tecnologia de ponta

Quando o Brasil tentou furar o fechado clube dos países que controlam a tecnologia de ponta, especialmente no setor da microcomputação, passou imediatamente a ser alvo de pressões e ameaças. As empresas transnacionais e o governo norte-americano qualificaram como "inaceitável" a reserva de mercado para a indústria brasileira de mini e microcomputadores aprovada em lei em 1984. O objetivo da ofensiva norte-americana visa a impedir que o caso brasileiro se transforme num precedente para outros países do Terceiro Mundo que já têm um mínimo de desenvolvimento tecnológico. O acelerado desenvolvimento da indústria da informática no Brasil, com índices de crescimento variando em torno dos 33% ao ano, mostrou que é possível um projeto autônomo no terreno da microeletrônica, desde que exista uma proteção legal para os interesses nacionais. Nesta entrevista, o ministro brasileiro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, explica porque é necessário resistir às pressões externas:

Quais os objetivos a longo prazo buscados pelo Brasil com a política de informática?

— Primeiro, capacitar o país tecnologicamente, tendo em vista que a informática é a ferramenta essencial para o desenvolvimento nacional global, ou seja, econômico, social, político, cultural. E segundo, construir e fortalecer, através dessa capacitação estratégica, a autonomia decisória do país numa área vital para a escolha de suas próprias opções e a defesa de seus próprios interesses. No mundo de hoje e de amanhã, quem não tem sua própria indústria de informática — sobretudo no que diz respeito à criação de soluções específicas — tem e terá dificuldades crescentes para promover um desenvolvimento que se harmonize perfeitamente com as necessidades nacionais e resolva os graves problemas sociais.

34 — terceiro mundo

Que significado teria para o país o fracasso dessa política?

— Não creio nessa hipótese. Essa política, pode-se afirmar com toda a tranquilidade, já disse a que veio. Seus resultados altamente positivos são palpáveis. O Brasil está entre os quatro países do mundo, ao lado dos Estados Unidos, Japão e Alemanha Federal, que produzem mais da metade dos computadores instalados no país. As empresas nacionais do setor têm crescido a uma taxa que oscila entre 30 e 35%. Já temos toda uma população de técnicos e especialistas, que aumenta sem cessar, ligada, direta e indiretamente, ao avanço da nossa informática. Por isso, é até difícil imaginar um retrocesso na política em vigor. Mas, se por infelicidade ocorrer esse retrocesso, que a maioria da opinião pública brasileira naturalmente repele, creio que isso se abateria como um furacão sobre o parque industrial de informática já erguido e em pleno crescimento. Muito provavelmente, não ficaria pedra sobre pedra, com graves reflexos para todo o conjunto da economia brasileira.

Quais os tipos de associação com capitais estrangeiros que o Brasil considera não-conflituosos?

— Aqueles que não entram em conflito com a letra e o espírito da lei vigente. Os capitais estrangeiros podem se associar até o limite de 30% nas empresas, mas sem direito a voto e sem deter o domínio dos processos tecnológicos da produção, pois isso poderia determinar a supremacia da minoria sobre a maioria, distorcendo o objetivo de criar uma autêntica capacitação das empresas nacionais nesse setor fundamental.

Qual será a participação do Estado, por um lado, e das empresas privadas, pelo outro, nos investimentos necessários para o desenvolvimento da indústria de informática no país?

— A indústria de informática no Brasil é essencialmente privada. O Estado atua como instância de fomento e proteção do mercado, procurando por todos os meios incentivar a pesquisa básica e aplicada e, sempre que necessário, tomando iniciativas de vanguarda, capazes de abrir novos caminhos à iniciativa privada. A própria lei assegura incentivos à capitalização das empresas nacionais.

O senhor acredita que acordos como o celebrado recentemente pelo grupo brasileiro Gerdau com a IBM podem vir a abrir brechas na política de reserva

de mercado na informática?

– Os documentos dessa associação ainda não chegaram à Secretaria Especial de Informática (SEI) para a devida apreciação. Assim, não tenho elementos para fazer um julgamento do assunto.

Como o senhor acredita ser possível contratar as “joint-ventures” com o capital estrangeiro dentro do mercado nacional de informática?

– Pelo cumprimento da lei, observando suas normas e fortalecendo seus objetivos básicos.

Cooperação com a Argentina

Quais as possibilidades de cooperação do Brasil com países do Terceiro Mundo no campo da informática?

– As mais amplas que se possa imaginar. Brasil e Argentina já iniciaram uma importante cooperação nessa área. Em março deste ano, promovemos, juntos, em Campinas, a 1ª Ebai – 1ª Escola Brasileiro-Argentina de Informática, com a participação de 500 estudantes, metade brasileiros e metade argentinos, e também com professores de ambos os países. Para esse curso, foram editados doze livros didáticos, nove em português e três em espanhol – obras que compõem um sistema pedagógico completo. Nesse encontro de Campinas, houve também um seminário de altos estudos de informática, que reuniu cientistas brasileiros e argentinos para lançar as bases do desenvolvimento de um pensamento latino-americano em matéria de informática – um trabalho de longo prazo em busca de reflexões originais a respeito de questões essenciais que costumam se concentrar nos países mais desenvolvidos.

Claro que essa experiência não deve ficar restrita às relações entre Brasil e Argentina. Há todo um campo virgem a explorar junto com outros países latino-americanos, africanos e asiáticos. O Brasil compreende melhor os problemas do Terceiro Mundo, porque pertence a ele. Nosso potencial de exportação de informática para esses países é imenso. Durante a 2ª Castalac (Conferência de Ministros de Ciência e Tecnologia da América Latina e do Caribe), promovida pela Unesco, em agosto do ano passado, em Brasília, ficou evidente a enorme necessidade de cooperação entre nós para desenvolver ciência e tecnologia em benefício de nossos povos.

Há muito o que fazer também nas relações com os países africanos, a começar pelos de língua portu-

Fernando Rodrigues



Archer: capacitar o país na tecnologia da informática

guesa, com os quais mantemos ligações fraternas. A cooperação com a China Popular em informática oferece, igualmente, perspectivas ilimitadas.

Quais os países do Terceiro Mundo que já estão em contato com o Brasil e quais os projetos envolvidos?

– A cooperação mais desenvolvida é com a Argentina, mas há consultas e contatos informais feitos com outros países. Nosso interesse é que esse intercâmbio ganhe corpo, se materialize em projetos de longo alcance. O Brasil está aberto para intensa cooperação em informática, assim como em outras áreas de tecnologia de ponta.

Entre os especialistas, fala-se frequentemente em duas alternativas para o desenvolvimento futuro do setor de informática: dar ênfase a computadores baratos, simples e destinados a atingir setores mais amplos, ou sistemas complexos, caros e centralizados. Qual dessas alternativas o senhor acha que deve prevalecer no momento?

– O desenvolvimento aplicado e sustentado exige tanto os computadores simples, quanto os complexos. A informatização da sociedade se faz em vários níveis e todos importantes para o resultado final. ●

C.C.

terceiro mundo – 35

Nova etapa nas relações regionais?

Interesses contraditórios na concepção do diálogo e do papel de Contadora marcam a reunião de cúpula de presidentes centro-americanos

Numa nova tentativa de isolar politicamente o governo sandinista e favorecer agressões armadas contra a Nicarágua, os governos de El Salvador e Honduras desencadearam em meados de junho uma ofensiva destinada a neutralizar definitivamente a ação do Grupo de Contadora na região, contando para isso com o evidente apoio de Washington.



Shultz pressiona os seus aliados

Depois de uma reunião com seu colega costarriquense, o chanceler de El Salvador, Rodolfo Castillo Claramount, anunciou a 12 de junho em San José que seu país, juntamente com a Costa Rica, Honduras e Guatemala, tinha decidido abandonar as negociações de paz promovidas por Contadora, chamando o Grupo de "foro da complacência" em relação à Nicarágua.

Enquanto isso, em Tegucigalpa, o chefe das forças armadas hondurenhas, general Humberto Regalado, anunciava que Honduras, Guatemala e El Salvador tinham resolvido reativar o Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca), deixando de lado a Nicarágua por considerá-la uma nação "comunista".

Dois dias antes desses comunicados, o secretário de Estado George Shultz já tinha adiantado, em Nova Iorque, por meio de declarações pouco divulgadas pela imprensa, a atitude que seria adotada por seus aliados centro-americanos.



Caputo reafirma Contadora

nunciamento no mesmo sentido, ratificando a posição de seu governo de considerar Contadora como "o melhor caminho para resolver os problemas da região". "Contadora vive, existe e a negociação de paz continua", declarava em Buenos Aires o chanceler Dante Caputo, reafirmando a decisão de continuar a busca de uma solução política para o conflito centro-americano, tomada pelos grupos de Contadora e de Apoio, no Panamá, a 6 de junho último, apesar do fracasso da última proposta de acordo.

Este artigo de nosso colaborador Roberto Bordini, enviado especial à reunião de Esquipulas anterior ao comunicado dos governos de El Salvador, Honduras, Costa Rica e Guatemala anunciando o abandono das negociações de paz por Contadora, posteriormente desmentido pelos governos de Vinicio Cerezo e de Oscar Arias. Analise, no entanto, não perde o seu interesse, pois trata justamente as manobras que já se percebem na reunião de chefes de Estado para enfraquecer a iniciativa negociadora. (N. da R.)



Manifestação em El Salvador: para os povos centro-americanos, a paz é inseparável da justiça econômica e social

Sob o sol do meio-dia, o presidente guatemalteco Vinicio Cerezo estava no centro do pátio, em frente à Basílica da América Central, um edifício colonial do século 18. A seu lado estavam José Napoleón Duarte, de El Salvador, e José Azcona, de Honduras. À extrema direita do pátio se encontrava o costarricense Oscar Arias e à esquerda o nicaraguense Daniel Ortega.

Essa foi a disposição decidida pelo protocolo para que os cinco mandatários assistissem, a 24 e 25 de maio, a reunião de cúpula de Esquipulas, pequena cidade de 20 mil habitantes, localizada a 222km a leste da Cidade da Guatemala e a dez da fronteira comum com Honduras e El Salvador. Coincidentemente, esse foi também o quadro de posições políticas manifestadas pela

meia dúzia de chefes de Estado durante aquelas 48 horas carregadas de tensão e divergências.

O motivo da reunião foi, em primeiro lugar, definir a criação de um Parlamento Centro-Americano, em um prazo não superior a três meses, composto por cinco deputados de cada país (inclusive o Panamá) para solucionar os problemas políticos e econômicos da região. Em segundo lugar estava a análise dos procedimentos do Grupo de Contadora — integrado pelo México, Venezuela, Colômbia e Panamá — diante de uma pos-

sível assinatura da ata de paz prevista, nessa época, para 6 de junho. A realidade alterou a ordem da agenda e a reunião presidencial funcionou como um termômetro que permitiu avaliar a temperatura política da área.

Esquipulas — localidade proposta por Vinicio Cerezo para ser a sede do encontro, — foi um



Presidente Vinicio Cerezo: "neutralidade ativa"

centro cerimonial do povo *nahuatl*, sob o domínio maia-qui-chê, que abrangia o oeste guatemalteco e o leste de El Salvador e Honduras até a chegada dos espanhóis, em 1955. O povoado é conhecido porque na Basílica da América Central — elevada a essa categoria por uma bula do papa João 23, em abril de 1961 — se encontra um Cristo negro, talhado em um tronco de laranjeira pelo escultor português Quirio Catano, em 1594.

Durante os dias da reunião, muitos correspondentes da imprensa fizeram piadas sobre a necessidade de um milagre do Cristo negro de Esquipulas para conseguir um acordo entre os

tamente propôs a seus colegas da área a reunião de cúpula de Esquipulas. Em meados do ano passado, em plena campanha eleitoral, já tinha lançado a idéia de criar um Parlamento Centro-Americano.

Dois meses e meio depois de sua posse, o novo governante guatemalteco falou aos membros da Câmara da Livre Empresa de seu país e lhes assegurou que sua neutralidade “é política mas não ideológica”, porque “não somos contra a estratégia de Ronald Reagan para a América Central, mas sim estamos sentados do mesmo lado da mesa, embora com nossa própria posição”. No dia anterior ao início da reunião

funeral do Grupo de Contadora: “Pensamos que é uma boa iniciativa, mas é conjuntural, não pode ser permanente. Por isso estamos propondo a criação de um Parlamento Centro-Americano. Acho que a vida dos sandinistas ficará complicada com uma vitória das democracias”, afirmou ele em uma ocasião, lembrada pelo seminário guatemalteco *Interpress Centroamericana* em sua edição de 22 de maio.

Da mesma forma, Cerezo declarou em 17 de maio ao jornal *La Hora* que “frente aos problemas que se manifestaram no Grupo de Contadora, a alternativa do Parlamento Centro-Americano se apresenta como um verdadeiro foro”. Com o passar do tempo, inclusive, tornou-se mais incisivo. Uma semana antes do encontro de Esquipulas e no mesmo dia em que se realizava no Panamá uma reunião da instância pacifista com participação de plenipotenciários da América Central, o presidente guatemalteco garantiu que “o diálogo entre os países centro-americanos por meio de Contadora fracassou” porque a falta de consenso frente a suas propostas demonstra que “não tem os mecanismos para uma negociação política sobre a questão de segurança”.

Nessa mesma linha, o vice-presidente Roberto Carpio Nicolle afirmou, durante a reunião de vice-presidentes centro-americanos que preparou a agenda de Esquipulas, entre 3 e 4 de maio, que “o presidente Cerezo não está pensando que se trate de uma reunião lírica, de amizade e de paz, porque isso não leva a nada. Somos muito pragmáticos e esperamos que desse encontro apareça uma estrutura que nos permita continuar conversando para procurar soluções. Nos círculos diplomáticos con-



Presidente José Azcona, de Honduras: cada vez mais dependente dos EUA

presidentes da região e a assinatura da ata de paz efetivamente na primeira semana de junho. Outros afirmavam que esse papel Cerezo estava reservando para si próprio.

Neutralidade ativa: política e não ideológica

Quando o democrata-cristão Vinício Cerezo assumiu a presidência, a 14 de fevereiro deste ano, proclamou a “neutralidade ativa” de seu governo e imedia-

de Esquipulas o chanceler guatemalteco, Mario Quiñones, foi mais hábil ao explicar a **cadernos do terceiro mundo** que a “neutralidade ativa” consiste não só em “abstenção e imparcialidade, mas também em colaboração na busca de soluções”.

Um parlamento “perene e estável”

Antes mesmo de sua eleição o chefe de Estado guatemalteco vinha profetizando uma espécie de



Presidente Oscar Arias, da Costa Rica: outro partidário da "neutralidade ativa"

tro-americanos, porém, comentou-se que o pragmatismo anunciado por Carpio Nicolle era excludente e ambicioso. De fato, ele tinha afirmado que seu país estava grato ao Grupo de Contadora pelos esforços realizados, mas que "o êxito dependerá dos próprios centro-americanos, que devem tomar o leme em suas mãos. Contadora é uma iniciativa temporária. O Parlamento Centro-Americano, em troca, é perene e estável".

No palco instalado em frente à Basílica da América Central, Cerezo abriu a reunião de cúpula de presidentes da região com um discurso de apenas quatro minutos, no qual não mencionou nenhuma vez o nome do Grupo de Contadora. Na breve intervenção que fez, sem ler, diante de seus colegas da região e dos

chanceleres e embaixadores centro-americanos, além de representantes parlamentares e delegações militares de cada país, a única alusão implícita àquele organismo foi "o reconhecimento pela preocupação que outros países da América Latina têm pelos problemas sofridos por nossos povos".

Uma guinada de 180 graus

O presidente do Panamá, Eric Delvalle, que foi convidado para

Reuters

a reunião de Esquipulas, eximiu-se de participar. Embora as fontes diplomáticas guatemaltecas tenham dado pouca importância a essa ausência, a opinião geral entre os analistas era de que a não-participação daquele mandatário se devia precisamente a uma lenta guinada que estaria iniciando a administração democrata-cristã guatemalteca.

De fato, a 21 de maio, a agência de notícias Acan-EFE reproduziu as declarações de um político panamenho, dirigente do Partido Revolucionário Democrático (PRD) e membro da comissão negociadora do Grupo de Contadora — que, por motivos óbvios, não foi identificado — manifestando que Delvalle "não pode assistir ao nascimento de um organismo que pretende substituir o grupo pacificador, patrocinado por um país que aposta no fracasso de Contadora".

Esse mesmo político garantiu que a Guatemala abandonou a neutralidade dos últimos anos, armou uma cilada para o Grupo de Contadora e "nos faz pensar tristemente que os militares con-



Reuters

Napoleón Duarte observa Daniel Ortega assinando o acordo para a criação de um parlamento centro-americano

duziram melhor a política externa deste país”, numa referência indireta ao regime anterior, do general Oscar Mejía Víctores.

Essa opinião foi reforçada, no dia seguinte, pelo vice-ministro de Relações Exteriores da Nicarágua, Víctor Hugo Tinoco, que comentou em Manágua as negociações do Grupo de Contadora, concluídas sem resultado em 18 de maio no Panamá. O diplomata manifestou que “há dois anos, a Guatemala estava realmente assumindo uma atitude de neutralidade. Por um lado, havia as posições da Nicarágua em defesa da Revolução e pelo outro, as posições do Grupo de Tegucigalpa (El Salvador, Honduras e Costa Rica), representando os interesses dos Estados Unidos. A Guatemala estava distanciada das duas posições, numa atitude realmente neutra. Pela primeira vez (na reunião do Panamá) sentimos que a Guatemala já não está numa posição neutra, mas que aderiu à posição dos Estados Unidos e isso configura uma atitude realmente nova”.

Dessa forma, Tinoco resumiu a paulatina guinada de 180 graus da diplomacia guatemalteca. Os observadores presentes em Esquipulas, por sua vez, tiveram a impressão de que o “bloco de Tegucigalpa” às vezes deixava de ser um triângulo para transformar-se num quadrilátero que se fechava em torno de um só adversário: a Nicarágua.

O tema da democracia interna de cada país não figurava na agenda da reunião de cúpula, mas foi introduzida pelo presidente social-democrata da Costa Rica, outro partidário da “neutralidade ativa”.

Durante o primeiro encontro a portas fechadas dos seis mandatários, o qual se estendeu por mais de cinco horas, a maior di-

vergência política ocorreu entre Daniel Ortega e Oscar Arias. O presidente da Costa Rica manteve uma posição ainda mais agressiva que o salvadorenho José Napoleón Duarte ou que o hondurenho José Azcona, um ultra-conservador educado na Espanha franquista.

Um dos pontos que Arias se recusou a firmar na Declaração de Esquipulas — o que provocou demoras e, finalmente, a eliminação desse tópico no documento — definia os governantes centro-americanos como “livremente eleitos pela vontade majoritária de seus respectivos povos”. Ele alegava que Ortega — que conquistou quase 70% dos votos nas eleições de 4 de novembro de 1984 — não se enquadrava nessa categoria.

A posição do mandatário costarricense não é nova. A 7 de maio, um dia antes de assumir a presidência, Arias tinha apresentado o esboço de um documento aos presidentes e chefes de delegação do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai) presentes em San José e tentou, durante quatro horas, conseguir o apoio daqueles oito países para obrigar a Nicarágua a estabelecer um “processo de democratização interna” no prazo máximo de dois anos. Não obteve resultado e esse foi o seu primeiro fracasso em política externa.

Terminada a conferência de Esquipulas, o presidente Arias não pôde dar uma palestra que estava prevista e na qual, de acordo com as previsões de jornalistas presentes na localidade, ele atacaria duramente o chefe de Estado da Nicarágua. Arias limitou-se a distribuir uma breve declaração por escrito, na qual destacava que “quando as ditaduras vão ficando no passado, é indis-

pensável terminar de construir, aperfeiçoar e fortalecer as estruturas democráticas”.

Corrigindo o rumo

No discurso de abertura da conferência de cúpula, Cerezo praticamente ignorou os esforços negociadores que há três anos e quatro meses são realizados pelo grupo integrado pela Colômbia, México, Panamá e Venezuela. No dia seguinte o mandatário leu a Declaração de Esquipulas que, entre outros pontos, destaca que “a melhor instância política com a qual a América Central pode até agora contar para conquistar a paz e a democracia, reduzindo as tensões geradas entre os países envolvidos, é o processo de Contadora”. A tentativa de substituir aquela iniciativa pacificadora por um Parlamento Centro-Americano sofreu, assim, um duro fracasso.

O mesmo ocorreu com Arias. O documento final firmado pelos cinco mandatários resguarda o direito de todas as nações a determinar livremente, sem ingerência externa, o seu modelo político, econômico e social, “entendendo-se essa determinação como produto da vontade livremente manifestada dos povos”. Foi o seu segundo fracasso em política externa.

Há 15 anos não se realizou um encontro de chefes de Estado na América Central e, apesar das circunstâncias, a impressão generalizada entre os observadores foi de que a reunião de cúpula de Esquipulas constituiu um “primeiro grande passo em busca de diálogo. Assim mesmo o Grupo de Contadora não tendo participado da conferência, sua presença foi sentida por todos e dela saiu fortalecido.

Roberto Barrios

O liberalismo no governo

Um Parlamento majoritário e o apoio popular inicial favorecem a gestão do presidente Virgílio Barco Vargas, apesar dos “excessos extralegais” dos militares

Com a eleição, a 25 de maio, de Virgílio Barco Vargas, engenheiro civil e economista liberal de 62 anos, encerra-se na Colômbia um prolongado e agitado processo eleitoral e também o controvertido mandato do conservador Belisario Betancur.

Antes das eleições parciais de 9 de março, em que foram escolhidas as autoridades legislativas municipais, departamentais e membros do Congresso Nacional, Barco despertava entre os seus correligionários sérias dúvidas sobre sua capacidade de arregimentação, dadas as suas limitações em termos de oratória e a falta de magnetismo político que o caracterizava.

Contudo, a esmagadora vitória liberal sobre o Partido Conservador e o dissidente Novo Liberalismo — que obrigou o seu líder Luis Carlos Galán a abdicar de sua aspiração presidencial — provocou uma surpreendente mudança no estilo de Barco, que se transformou em um ardoroso líder. Estimulando a mística partidária sob a bandeira de “um programa liberal para um gover-

no nacional” e com promessas de mudança social, melhor distribuição da renda e reativação econômica para atenuar o problema do desemprego — que afeta 15% da população economicamente ativa — Barco conquistou em três meses de campanha 4 milhões e 200 mil votos (54% do total). Foi a maior votação da história do país, contra 2 milhões e 600 mil votos de seu rival conservador, Alvaro

Gómez e 350 mil do candidato da União Patriótica, de esquerda, Jaime Pardo Leal. A abstenção chegou a 50% do eleitorado potencial, repetindo um fenômeno constante nas eleições das últimas décadas.

De Betancur a Barco

Entre os fatores da vitória liberal, os observadores assinalam a utilização a fundo dos “caciques” e de suas máquinas clientelísticas, prática também compartilhada pelos conservadores, e o passado político do candidato conservador, estreitamente vinculado ao de seu pai, Laureano Gómez, apontado como responsável pelo início e propagação da violência dos anos 50, funesto período em que morreram cerca de 300 mil colombianos, vítimas da luta partidária.



Virgílio Barco Vargas: “um programa liberal para um governo nacional”

Também se assinala como fator favorável a Barco o desgaste e desprestígio da administração Betancur, cujo balanço, tanto para os analistas como para as pessoas comuns, é desfavorável pelas ambiguidades e contradições de sua política econômica e social. Além disso, mesmo que se reconheçam os obstáculos que Betancur enfrentou para levar adiante o processo de paz com as organizações guerrilheiras, ainda existe o medo da sua negociação bem-sucedida fracassar. Para uns, esta seria a consequência lógica do oportunismo dos guerrilheiros; para outros, o resultado dos obstáculos impostos por setores reacionários e militaristas.

Fatos como o massacre do Palácio da Justiça ou as consequên-



Belisario Betancur junto com os altos comandos militares

cias lamentáveis da negligência oficial na catástrofe do vulcão de Ruiz têm um peso determinante na avaliação do governo de Betancur.

Tomando uma posição mais radical, o ex-ministro da Defesa, o general reformado Fernando Landazábal Reyes, partidário da candidatura de Alvaro Gómez, atribuiu a derrota deste ao "governo esquerdizante de Betancur".

Em amplos setores se acredita que a eleição de Barco não

trará mudanças fundamentais, pois se deduz que um homem intimamente ligado ao grande capital e aliado dos Estados Unidos não tenha a intenção real e a capacidade de adotar reformas estruturais que atenuem a desesperadora situação dos colombianos.

Como fatores favoráveis, Barco recebe um país com perspectivas econômicas positivas, derivadas da prosperidade do café, e com possibilidades de crescimento resultantes das reformulações adotadas por Betancur sob a pressão de entidades internacionais, além de um parlamento majoritário e o apreciável respaldo popular manifestado nas urnas.

Aspectos chaves a serem definidos pelo novo governante são as suas relações com as forças armadas, que ficaram um tanto contidas no início do governo atual, mas que voltaram a exercer um papel decisivo na vida nacional; a forma de tratar os acordos de paz vigentes com as Farc e as organizações beligerantes —

diante do qual sustentou que atuará com "a mão estendida mas com o pulso firme", assumindo "institucionalmente o compromisso da paz" — e a política internacional, em que se destacam suas críticas a Contadora e a necessidade de transferir o conflito centro-americano para o foro da OEA. Porém, em declarações posteriores à sua eleição afirmou que se no momento de sua posse o grupo "estivesse insepulto", a Colômbia

continuará apoiando as suas gestões.

Êxitos e fracassos

No processo eleitoral recentemente concluído destaca-se a significativa votação obtida pela União Patriótica, frente que agrupa os rebeldes das Farc — em trégua — e o Partido Comunista. Em março, a UP conseguiu 250 mil votos, entre seus próprios setores e aqueles originários de alianças com setores liberais, com os quais obteve oito lugares na Câmara de representantes, quatro no Senado e mais de uma centena de legisladores municipais (vereadores) e departamentais (deputados).

Por seu lado, o advogado Jaime Pardo Leal, candidato presidencial da UP, obteve nas eleições de 25 de maio 320 mil votos. Em ambos os casos os resultados não têm um precedente histórico em termos da esquerda.

As Farc interpretaram a votação obtida como uma atitude de apoio ao processo de paz e de oposição às atitudes militaristas e contra o diálogo e reiteraram sua intenção de continuar dentro dos acordos acertados. O governo, por sua vez, considera os resultados obtidos pela UP como "a melhor demonstração do êxito do processo de paz".

A partir de uma perspectiva oposta, a coordenadoria nacional guerrilheira — integrada pelo M-19 e o EPL, retirados dos acordos, e outras organizações — continua sua atuação localizada mas persistente, enfrentando agora grandes operações militares que no Cauca, sudoeste do país, envolveram a mobilização de 15 mil efetivos e todo tipo de armamento pesado. Segundo estatísticas militares, nos quatro primeiros meses deste ano mo-

reram em combate 165 membros das forças armadas e 214 guerrilheiros.

O M-19, cujos principais contingentes se encontram na montanhosa e paupérrima região do Cauca, sofreram ultimamente sérios reveses, entre eles a execução de seu comandante máximo, Alvaro Fayad, durante uma operação militar em março passado em Bogotá, e a morte de Israel Santamaría, co-fundador da organização. Fayad foi substituído por Carlos Pizarro León Gómez, quarto comandante na história do M-19 como representante da "linha dura".

Em meados de abril, o comando da coordenadoria guerrilheira se reuniu para reformular o seu esquema tático, admitindo ter cometido erros militares e endossando a proposta de intensificar as suas ações na região sudoeste, com o objetivo de lançar a partir dali uma proposta política nova para o país. Na opinião do M-19 "é hora de ser governo".



A meados de abril, a coordenadoria guerrilheira reuniu-se para reconsiderar seu esquema tático reconhecendo que tinha cometido erros

Os excessos militares

Na turbulência das eleições e por uma atitude premeditada da grande imprensa, foi ignorado um grave pronunciamento do procurador geral Carlos Jiménez Gómez, no qual ele denunciou "o modo como em diferentes lugares do país as autoridades vêm incorrendo em intoleráveis excessos fora da legalidade".

O pronunciamento coincidiu com o reaparecimento não-controlado de grupos paramilitares que assassinam impunemente opositores políticos e delinquentes comuns e com crescentes denúncias sobre detenções e desaparecimentos de ativistas populares. Somente em Cáli, neste ano, foram assassinadas 350 pessoas.



A situação despertou a reação de diversos setores e organizações que realizam continuamente ações de protesto contra esta guerra "suja". Os altos comandos militares e o ministro de Defesa, Miguel Vega Uribe, ignoram as acusações afirmando que se trata de "propaganda para

desprestigiar as forças armadas". A última mobilização contra desaparecimentos e assassinatos ocorreu em Bogotá a 5 de junho, e dela participaram 15 mil pessoas em um protesto silencioso e comovedor.

Nesse contexto aguarda-se que o tribunal especial designado pelo governo para investigar os fatos do Palácio da Justiça e uma comissão da procuradoria nomeada com o mesmo fim, forneçam os seus relatórios. Algumas informações vasadas pela imprensa fazem prever que as conclusões não serão favoráveis à atitude assumida por Betancur e as forças armadas em 6 e 7 de novembro do ano passado.

● **Guillermo Segovia Mora**

terceiro mundo — 43

Haiti

O vazio de poder

A queda do "presidente vitalício" deixou uma situação praticamente ingovernável e todos os setores se preparam para influenciar na cena política

O fim da dinastia Duvalier deixou o Haiti em uma situação de miséria desesperadora, onde milhares de pessoas saem diariamente às ruas para protestar contra os baixos salários, a falta de emprego e de comida. O Conselho Nacional de Governo (CNG) que substituiu o ditador mantém-se no poder a duras penas, vacilando entre atender as reivindicações das multidões ou recorrer à repressão, que só resulta em massacre.

Nesse contexto, ao qual se soma a proliferação de pequenos partidos e seus respectivos candi-

datos presidenciais, é extremamente difícil prever o futuro político do Haiti. A instalação de uma Assembléia Constituinte e a convocação de eleições presidenciais, prometidas pelo CNG como instâncias que definiriam a futura legalidade democrática, não têm data fixada e não são a prioridade das massas famintas.

Em meio à dispersão das forças políticas internas, apenas a igreja católica e a embaixada dos Estados Unidos demonstram ter objetivos claros, embora opostos, enquanto o exército procura se preservar assumindo o papel de



O exército reprime as manifestações de descontentamento

árbitro. A crise do duvalierismo, acelerada pelo acirramento de suas contradições internas e precipitada pela mobilização popular, deixou um vazio quase impossível de preencher a curto prazo.

François Duvalier ("Papa Doc"), o fundador da dinastia, assumiu a presidência do Haiti em 1957, depois de um período de grande instabilidade política e de governos efêmeros. Quando Duvalier se proclamou "presidente vitalício", em 1964, já havia assentado as bases de sustentação ideológica, política e militar que lhe permitiriam perpetuar-se no poder.

Papa Doc retomou as bandeiras do nacionalismo haitiano, adotando as tradições da população negra frente à minoria mulata, uma elite afrancesada forjada desde a época colonial, que os norte-americanos haviam instalado no poder depois da ocupação militar entre 1915 e 1934. Mas Duvalier continuou sendo igualmente dócil aos Estados Unidos.

Papa Doc buscou apoio na forte religiosidade do povo, aproveitando-se das tradições da magia negra, o *vudu*, de raiz africana, para legitimar o seu poder. Da mesma forma, utilizou a nova Concordata com o Vaticano, que lhe concedeu autoridade para designar os bispos haitianos, em substituição ao clero estrangeiro predominante até então na hierarquia da igreja católica.

Com a ascensão do duvalierismo, o Estado como fonte de poder e de enriquecimento passou a ser controlado exclusivamente pelos partidários de Papa Doc, enquanto a atividade econômica fundamentalmente o comércio de exportação e importação, permaneceu nas mãos das famílias tradi-

Catálogo-Record Sigma

cionais de colonos estrangeiros e de mulatos.

A criação da milícia popular como principal corpo repressivo, em substituição ao exército, que foi obrigado a depor as armas, completou o esquema de sustentação de Duvalier. Os Voluntários da Segurança Nacional, mais conhecidos como *tonton macoutes*, dedicaram-se a perseguir mulatos e comunistas e chegaram a contar com 20 mil homens bem armados e 280 mil adeptos paramilitares disseminados entre a população.

Contudo, os elementos que garantiram por longos anos a estabilidade do regime começaram a ser subvertidos pelo herdeiro da dinastia, Jean-Claude Duvalier, que assumiu plenamente os seus poderes depois da morte do pai, em 1971. O principal "pecado político" de Baby Doc, além de sua manifesta incapacidade pessoal, foi seu casamento com Michelle Bennett, oriunda de um importante grupo econômico mulato.

Sem nenhuma formação política e dependendo de seus assessores e pessoas próximas, Jean-Claude começou a ser manejado pelo grupo de sua esposa, provocando uma resistência crescente entre os velhos duvalieristas. Desencadeou-se então uma luta entre os grupos que aspiravam a ter influência no poder do ditador, em meio à qual Michelle chegou inclusive a desenvolver uma imagem e uma conduta semelhantes às de Eva Perón para ganhar popularidade.

O acirramento das lutas internas e a corrupção crescente foram aprofundando a crise no interior da elite dominante, enquanto a população era praticamente abandonada à sua própria sorte (75% do orçamento nacional eram gastos somente em Porto Príncipe, a capital), tendo sua miséria atenuada em parte pela ajuda externa



General Namphy: credibilidade por quanto tempo mais?

que chegava diretamente a mais de 200 organizações não-governamentais (ONG), atendidas na sua maioria pela igreja católica, fora do controle do regime.

Tendo em vista a visita de João Paulo 2º em 1983, Jean-Claude cedeu seu direito, garantido pela Concordata de designar os bispos haitianos. Porém mais importante foi a frase "il faut que ça change" ("é necessário que isto mude"), dita pelo Papa nessa ocasião, que possibilitou a mudança das autoridades e da orientação da Conferência Episcopal, abrindo caminho para o clero mais identificado com o povo.

Responsáveis por 80% da educação e pela maior parte dos serviços à população, inseridos nas cooperativas e nas comunidades locais, ampliando seus meios de comunicação e de informação, os religiosos se converteram nos verdadeiros organizadores do movimento popular, que se radicalizou progressivamente contra as condições de miséria imperantes, contra as arbitrariedades e a corrupção do duvalierismo.

Quando a igreja lançou a palavra-de-ordem "Abaixo Jean-Claude. Abaixo a miséria. Viva o exército!", em novembro de 85, a crise do regime entrou em um processo irreversível. Mas o vazio deixado pelo ditador não é fácil de preencher.

O governo não governa

Superado o jogo de pressões que precedeu a fuga do ditador, a composição inicial do Conselho Nacional de Governo (CNG), incluindo antigos duvalieristas ao lado de um opositor como Gérard Gourgue, presidente da Liga Haitiana dos Direitos Humanos, refletiu uma tentativa de controlar a reação popular, para restringir os expurgos dentro do poder apenas aos elementos mais identificados com a corrupção e a repressão.

Porém as manifestações de rua prosseguiram, com igual ou maior intensidade, obrigando a dissolver os *tonton macoutes* e a liberar as rádios e a televisão oficiais, que atuaram como multiplicadores da mobilização popular. O povo

passou então a exigir a eliminação dos duvalieristas que permaneciam nas dependências da administração pública.

Nesse contexto, sem intervir diretamente na gestão do CNG, a igreja católica atua, de fato, como força moderadora da situação, exercendo uma autoridade indiscutível entre a população. A 7 de março, em uma missa com 30 mil pessoas, o presidente da Conferência Episcopal, monsenhor François Gayot, lançou o Plano Alfa, uma campanha que se propõe a alfabetizar três milhões de haitianos em cinco anos, sob a responsabilidade exclusiva da igreja.

No final de março se desencadeou a primeira crise do CNG, que reconheceu seu fracasso em obter o apoio da população. O então ministro da Justiça, Gérard Gourgue, renunciou por estar em desacordo com a autorização de saída dada ao coronel Albert Pierre, ex-chefe da polícia de Porto Príncipe, refugiado na embaixada brasileira. O CNG foi reestruturado pelas forças armadas: manteve-se o general Namphy na presidência, junto com o coronel Williams Regala e o advogado Jacques François, que exercia o cargo de chanceler, eliminando os duvalieristas e reduzindo a junta a três membros.

Apesar da mudança, as mobilizações não pararam e expressavam diariamente o descontentamento com a inércia oficial, com a ausência de medidas para resolver o problema da falta de trabalho e as miseráveis condições de vida da população. Os cofres do governo estão vazios; o regime de Jean-Claude e Michelle não só dissipou os recursos recebidos, como também transferiu literalmente o patrimônio do Estado para o exterior.

Nas primeiras semanas de

abril, Namphy empreendeu uma reorganização do gabinete ministerial, completando os cargos vagos com militares e civis não ligados ao duvalierismo. A reação que provocou nas ruas, contudo, foi a de uma multidão de jovens enfurecidos gritando "Abaixo Namphy", que ergueu barricadas e paralisou o centro da capital. Praticamente impotente, o exército fez disparos para o ar para conter as manifestações, que passaram a incluir palavras-de-ordem anti-norte-americanas.

Perguntas sem resposta

Por quanto tempo o CNG poderá manter a credibilidade mínima necessária para governar e dirigir a transição político-institucional para um regime democrático?

Os comerciantes, os industriais e a classe média em geral, cada vez mais temerosos, exigem ordem ou uma maior repressão. O exército não está disposto a assumir o desprestígio que a segunda opção pode implicar, com o risco de provocar um massacre da população. Embora a responsabilidade do CNG tenha ficado em suas mãos, os militares não parecem decididos a perpetuar-se no governo, mas a retirar-se prudentemente e preservar-se como árbitros do processo.

Depois de participar ativamente na substituição do ditador, os Estados Unidos acompanharam com grande preocupação o desenrolar dos acontecimentos. Os interesses norte-americanos no Haiti se ligam ao valor estratégico do país dentro da sua política para a região do Caribe, levando, em decorrência, à necessidade de manter seu controle sobre o processo político interno.

A importância estratégica do Haiti no Caribe para os Estados

Unidos aumenta com o término, em 1989, do tratado que lhe permitiu manter a base naval de Guantánamo, em Cuba. Embora o governo revolucionário de Havana tenha sempre denunciado essa imposição colonialista, também evitou uma radicalização na discussão do tema que pudesse servir de pretexto para as agressões a Cuba, esperando que o problema se resolvesse com o simples vencimento do tratado. O Haiti é a única alternativa a Cuba para que o Pentágono possa construir outra base de submarinos nucleares e continuar controlando, a partir do território haitiano, o estratégico Canal dos Ventos.

No plano interno, os observadores locais se perguntam como Washington agirá para garantir a sua influência no futuro governo. De imediato já se configura como seu mais provável candidato à presidência o ex-funcionário do Banco Mundial, Marc Vazin. Seus antecedentes de ex-ministro de Duvalier, no período de fevereiro a julho de 1982, não lhe afetariam porque foi destituído imediatamente ao denunciar a corrupção do regime.

No momento, há dezenas de partidos políticos e candidatos à presidência. Será preciso um tempo até que se delineiem as alternativas capazes de expressar as ainda difusas tendências do eleitorado. De qualquer forma, essas alternativas deverão levar em conta a crescente capacidade de organização do movimento popular, que se manifesta por exemplo nos mais de 300 comitês de quarterão criados na capital, que limpam voluntariamente toda a cidade. Com este panorama, o prazo para a realização de eleições com partidos organizados e votantes livres, se situa em torno do final deste ano ou do próximo.

Víctor Bacchetti

O avanço dos sindicatos

A intensificação do processo de unidade dos sindicatos negros provoca o surgimento de movimentos divisionistas, que têm apoio externo

Depois de quase quatro anos de negociações, o movimento sindical negro da África do Sul conseguiu dar um passo decisivo no sentido da união de forças com o surgimento da Cosatu no fim do ano passado. Mas a possibilidade de aproximadamente cinco milhões de trabalhadores passarem a agir coordenadamente para eliminar as barreiras raciais impostas pela minoria branca deflagrou simultaneamente um movimento divisionista que tem como principal protagonista o controverso dirigente negro zulu Gatsha Buthelezi, responsável pela criação em abril da União dos Trabalhadores Sul-Africanos (UWUSA), apoiada pela AFL-CIO, a central sindical norte-americana, que por sua vez tem laços com a CIA.

A criação da organização sindical da Inkhata, movimento liderado por Buthelezi, tornou extremamente complexo o jogo dos interesses políticos dentro dos sindicatos negros sul-africanos. A importância da organização dos trabalhadores africanos cresceu em decorrência da crise no *apartheid* e passou a concentrar as atenções não só das principais organizações anti-racistas do país, como também das empresas transnacionais instaladas na África do Sul, e de governos estrangeiros como os Estados Unidos. Hoje, as organizações empresariais privadas com interesses na África do Sul estão convencidas de que quem controlar os sindicatos negros terá nas mãos um instrumento fundamental para determinar o perfil econômico

futuro do país, num período pós-*apartheid*.

A Cosatu tem hoje 650 mil membros registrados e é considerada a maior entidade sindical do país, reunindo as organizações mais representativas nas principais categorias. Existem duas outras centrais sindicais que também têm uma clara posição contrária ao *apartheid*, mas que não aceitam o programa multi-racial da Cosatu. Elas são a Cusa e a Azactu, ambas controladas por dirigentes ligados ao movimento "Consciência Negra", que defende a organização de sindicatos exclusivamente negros. As duas centrais reúnem não mais de 250 mil filiados.

As divergências que separam a Cosatu da Azactu e Cusa são de ordem estratégica. A primeira acredita que a forma correta de procurar a unidade dos trabalhadores na luta contra o *apartheid* é não fazer distinção de raças na busca de uma frente ampla anti-racista. Já as duas outras organizações, embora negando qualquer tipo de racismo contra os brancos, defendem a tese de que os negros são a principal força revolucionária do país e que, portanto, são eles que devem ter o papel hegemônico.

De maneira bastante genérica, a Cosatu acredita que brancos e negros devem ter direitos iguais numa África do Sul não-racista, enquanto os sindicatos ligados à



O movimento sindical negro vem dando passos decisivos em direção à unidade

“Consciência Negra” e sua organização política, a Azapo, acham que os brancos devem ser encarados como colonizadores e, portanto, como estrangeiros. Mas apesar das diferentes perspectivas estratégicas, as três organizações sindicais têm atuado conjuntamente em várias oportunidades quando surgiram confrontos diretos com as autoridades ou empresários racistas da África do Sul.

O braço da CIA

O surgimento da União Sindical Sul-Africana (UWUSA - *United Workers Union of South Africa*), que diz ter 70 mil adeptos, em sua maioria da etnia zulu, funcionou como um elemento de divisão nos esforços para unificar o movimento sindical anti-apartheid. A organização ligada à Inkhata teve desde o período anterior ao seu lançamento público contatos estreitos com a AFL-CIO, dos Estados Unidos. Simon Conco, o seu secretário geral, e Peter Davidson, o tesoureiro, estiveram em Washington para várias reuniões com Nana Nahomo, coordenador do Centro Trabalhista Afro-Americano (AALC), uma entidade ligada à AFL-CIO. Os dois dirigentes da UWUSA declararam ao jornal sul-africano *Financial Mail* que foram buscar apoio econômico nos Estados Unidos e mantiveram, inclusive, reuniões tanto com Patrick O'Farrell, diretor executivo da AFL-CIO, como com Irwing Brown, diretor de assuntos internacionais da controversa central sindical norte-americana.

A AALC é financiada pelo governo dos Estados Unidos através da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Em 1983, a agência forneceu recursos da ordem de 85 mil dólares ao Cen-

tro Trabalhista Afro-Americano para treinamento de líderes sindicais sul-africanos. Em 1985 os financiamentos subiram para 900 mil dólares e devem atingir 7,9 milhões em 1988. Além da dependência financeira em relação à Casa Branca, a AALC tem vinculações não muito claras

Nahomo, por sua vez, foi acusado por Gordon Winter, um ex-agente secreto sul-africano, de ser um dos principais homens da CIA para a África Austral.

Foram estes antecedentes dos principais personagens envolvidos nas relações da AFL-CIO



Os sindicatos unem-se contra as autoridades e os empresários racistas

com a Agência Central de Inteligência (CIA). Irwing Brown, que dirigiu a AALC em 1964, quando a entidade foi criada, é apontado como agente da CIA por Jonathan Kwitny, repórter do *Wall Street Journal* e autor do livro *Endless Enemies: The Making of an Unfriendly World*. Outros três ex-agentes da CIA, entre eles John Stockwell, apresentaram documentos comprovando o envolvimento de Brown com mercenários estrangeiros em Angola, em meados da década de 70.

com a África do Sul que levaram a Cosatu a recusar qualquer tipo de ajuda financeira da AALC. Embora no passado alguns sindicatos ligados à maior central sindical sul-africana tenham recebido no total quase 60 mil dólares da entidade norte-americana. O sindicato dos trabalhadores negros de Natal, na África do Sul, ligado à Inkhata, recebeu só no ano passado 85 mil dólares da AALC.

No momento, o principal objetivo da AFL-CIO é intensificar

os laços com a UWUSA, que é contra a imposição de sanções ao regime do *apartheid* e a favor da livre empresa na África do Sul. Por causa destas posições a organização sindical da Inkhata entrou em choque com a Cosatu,

rer ao terror e execuções sumárias contra os seus dirigentes. A mesma tática poderá vir a ser adotada no terreno sindical na medida em que se aprofundarem as divergências entre a Cosatu e a UWUSA. Além do confronto di-

ços da Inkhata de tumultuar o processo usando os mais variados recursos. A liderança da Cosatu tem sido extremamente cautelosa para que a unidade procurada durante um longo processo não seja prejudicada. As divergências do passado estão desaparecendo rapidamente devido ao agravamento da crise sul-africana e à intransigência do governo racista. No 19 de maio deste ano, a Cosatu deu uma demonstração de força ao convocar uma paralisação de sindicatos que depois foi repetida no aniversário do levante de Soweto, no dia 16 de junho.

O crescimento da influência da Cosatu fez com que a Inkhata concentrasse a sua ação divisionista na província de Natal. Através da intimidação, os membros da UWUSA estão tentando provocar o rompimento de vários sindicatos com a Cosatu. Muitos deles pertenciam à agora dissolvida Fosatu, que manteve durante anos uma coexistência razoavelmente pacífica com a Inkhata.

O principal argumento usado pelos adeptos de Buthelezi é que a maior central sindical sul-africana deixou de lado as lutas econômicas para atuar apenas no terreno político. Mas este argumento está sendo neutralizado pelo próprio desenrolar da crise.

As ações do governo mostram que qualquer contestação trabalhista torna-se imediatamente política, por causa da repressão e das leis discriminatórias do regime racista. O objetivo estratégico da Inkhata é usar todos os meios possíveis para manter o controle sobre os sindicatos em Natal, provocando uma divisão entre os trabalhadores negros e, com isso, favorecer aqueles que não admitem a ascensão do ANC ao poder.

Carlos Castilho

terceiro mundo — 49



Qualquer reivindicação trabalhista adquire naturalmente caráter político

cujas posições políticas são muito próximas do Congresso Nacional Africano (ANC) e da Frente Democrática Unida (UDF). O ANC é o mais importante e mais antigo movimento político contra o *apartheid* e desde a década de 70 tem um braço armado. Já a UDF surgiu há pouco mais de dois anos e se constitui numa organização de massas com quase dois milhões de membros, brancos e negros, de todos os credos religiosos e de várias tendências políticas. O ANC apóia a UDF.

O terror

Gatsha Buthelezi, que nunca fez segredo dos seus contatos com o regime do *apartheid*, lançou uma campanha violenta contra a UDF, chegando até a recor-

reto, a Inkhata está tentando explorar as divergências táticas entre sindicatos ligados à Cosatu.

A confederação criada em novembro teve como origem um entendimento entre duas centrais sindicais: a Federação Sindical Sul-Africana (Fosatu) e o Congresso dos Sindicatos da África do Sul (Sactu). A primeira é independente e a segunda, ligada ao ANC. A Fosatu sempre defendeu uma estruturação vertical, baseada no slogan "uma indústria, um sindicato", enquanto a Sactu propunha um critério amplo e geral. Depois do surgimento da Cosatu ficou decidido que vários sindicatos da mesma categoria se fundiriam, o que deflagrou um processo delicado de negociações.

As fusões estão acontecendo gradativamente, apesar dos esfor-

Guiné-Bissau

Tempos de incerteza

Crise política e econômica sobrepõem-se, fazendo prever novas dificuldades

A denúncia do golpe de Estado atribuído ao coronel Paulo Correia, segunda figura política do país, (ver cadernos nº 85, dezembro de 1985) e a consequente onda de prisões não resolveram as contradições existentes na área do poder. Também não trouxeram a calma necessária para enfrentar os desafios do atraso econômico e do subdesenvolvimento. A Segurança do Estado na fase de averiguação do golpe tornou-se uma estrutura onipresente, ao prender e libertar suspeitos de envolvimento no suposto complô mas sem formalizar qualquer acusação, mantendo o aparelho judiciário à margem das averiguações. Isso fez com que a tensão e a desconfiança se instalassem ao mais alto nível das forças armadas, do partido e do governo.

Nas Farp (Forças Armadas Revolucionárias do Povo), apesar de se saber pouco a respeito das repercussões da situação, é de se prever que a detenção de um grande número de oficiais, entre eles muitos do estado-maior, tenha provocado inquietação.

Após a crise, o Presidente "Nino" Vieira: enfrentando as crises



Coronel Paulo Correia

PAIGC, partido dirigente do país, parece ter perdido o seu papel de condutor do processo. A maioria dos observadores coincide em afirmar que as sucessivas rupturas tiraram peso político do partido,



Presidente "Nino" Vieira: enfrentando as crises

no ano da realização de um novo Congresso.

Em termos externos, a imagem do país e do PAIGC também se viu afetada pela notícia de algumas mortes de detidos, cujas causas as autoridades atribuíram a doenças. Estes acontecimentos poderão levar o país e o PAIGC a perderem a confiança de que gozam junto a países e organizações que têm feito importantes doações ou financiado o programa de estabilização econômica da Guiné-Bissau, com reflexos grandes para a sua depauperada economia.

As exigências do FMI

No campo econômico e social as perspectivas não são mais animadoras, estando as crises – econômica e política – indissolavelmente ligadas.

“O desequilíbrio macroeconômico é profundo e a crise econômica, severa” afirma-se num relatório de uma missão do Banco Mundial que visitou recentemente a Guiné-Bissau.

Dois anos após o primeiro acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Guiné-Bissau vê-se obrigada a negociar um acordo suplementar com aquela instituição para poder fazer face aos seus compromissos financeiros. Com base nos relatórios, tudo leva a crer que as exigências impostas por aquela instituição financeira internacional irão aumentar.

Dificilmente as autoridades guineenses poderão se opor a tomar medidas que há muito vêm sendo exigidas pelo FMI e que trarão graves custos sociais. Entre essas exigências, está a redução do aparelho estatal cujo orçamento tem registrado enorme

déficits. A partir de 1984 as receitas orçamentárias só foram suficientes para cobrir os encargos com os salários.

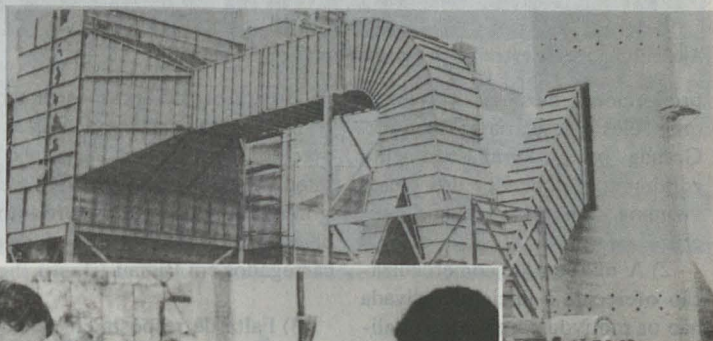
Quanto à dívida externa, um relatório do FMI afirma que "em 1985, o montante do serviço da dívida foi de 9,1 milhões de dólares", o que representou cerca de 80% das receitas de exportação. Apesar de ter conseguido um reescalonamento e um "perdão" parcial da dívida, calcula-se que durante o ano de 1985 os atrasos nos pagamentos ao exterior tenham aumentado em cerca de 7 milhões de dólares. No final desse exercício o atraso chegou a 25 milhões de dólares: mais do dobro das suas receitas de exportação num ano.

Mesmo antes que "negociações sérias sobre um programa de apoio do Fundo possam se realizar", a missão do FMI impõe um certo número de "medidas corretivas" que devem ser desde já adotadas. O receituário é o habitual: congelamento salarial do funcionalismo; suspensão de novas admissões; redução substancial no investimento público; aumento dos preços agrícolas e redução no atual sistema de controle dos preços; desvalorização da moeda (o peso) e contínuo apoio à iniciativa privada a nível da produção agrícola e da comercialização em geral.

Expectativas frustradas

O plano de estabilização implementado a partir de 1984 fra-

quebrou, tendo-se assistido ao agravamento da situação econômica e financeira. Esse fracasso deve-se fundamentalmente a condicionamentos internos e externos. Entre eles, destacam-se a pesada máquina do Estado; o desrespeito pelo orçamento fixado e o consequente agravamento do déficit público; os efeitos da crise econômica internacional, com o aumento da fatura do petróleo; e a queda substancial do valor das exportações.



Um reduzido parque industrial, fortemente dependente do exterior



Segundo o FMI, em 1985 as exportações teriam diminuído cerca de 30% em relação ao ano anterior, sendo o seu valor de 11,6 milhões de dólares. Principal razão da queda: a baixa das cotações internacionais do coco e do amendoim, produtos responsáveis por cerca de 60% das exportações da Guiné-Bissau.

Os resultados obtidos em 1984, após o acordo firmado com

o FMI e a reunião em maio desse ano com países e organizações internacionais realizada em Lisboa, permitiam alimentar um moderado otimismo quanto ao desempenho da economia. O ano de 1985 se encarregaria de acabar com essas expectativas.

Um "ciclo vicioso"

Além dos já anteriormente citados, outros fatores explicam as razões do fracasso das medidas

"corretivas" e de austeridade lançadas pelas autoridades guineenses a partir de 1984. Muitos desses fatores estão relacionados com o desnível entre a produção e comercialização, que constitui um verdadeiro estrangulamento da sociedade e um ciclo vicioso do próprio subdesenvolvimento guineense.

Entre eles poderiam-se citar:

1) Falta de contrapartidas comerciais para oferecer ao setor agrícola, pois o aumento do poder de compra que estas medidas proporcionaram aos camponeses pe-

cou muitas vezes por não poder



Agricultura: setor estratégico mas sem um projeto global

proporcionar-lhes os produtos que eles desejariam adquirir. Grande parte do abastecimento continuou a depender dos países vizinhos, Senegal e Guiné-Conácri.

2) A margem de comercialização oferecida à iniciativa privada não os motivou para a comercialização no interior do país. E a falta

de estruturas de transportes terrestres e fluviais levou a que o preço dos fretes entre a capital e o interior sejam muitas vezes superiores aos custos dos produtos provenientes da Europa, já descarregados em Bissau.

3) Falta de resposta em devido tempo dos países e organizações

internacionais que se haviam comprometido a desbloquear as contribuições ao desenvolvimento guineense.

4) Dificuldades no abastecimento proveniente do exterior, agravadas pelo fechamento das companhias de navegação portuguesas CTM e CNN. Essa situação fez com que durante longos meses a Guiné-Bissau se visse privada de qualquer ligação marítima com Portugal, seu primeiro parceiro comercial.

5) Expectativas talvez demasiadamente otimistas quanto ao tempo de resposta da sociedade as medidas implementadas, até porque muitas delas tinham um caráter estrutural, sobretudo as relacionadas com a progressiva passagem dos circuitos comerciais dos Armazéns do Povo e da Socomin para a esfera das empresas privadas.

Baptista da Silva

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL

de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
- FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12n^{os}) - Cz\$ 12,00
Semestral (24n^{os}) - Cz\$ 24,00

Nome: _____ CEP: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.



Meio milhão de pessoas assistiram à chegada triunfal de Benazir Bhutto a Lahore, em 10 de abril passado

O desafio de Benazir

Depois da volta da líder da oposição, o movimento popular procura um novo alento na luta contra o regime militar

Três meses após a chegada triunfal a Lahore de Benazir Bhutto, a carismática presidente do Partido Popular Paquistanês (PPP), a situação política no país permanece tensa e conturbada. Benazir é filha do antigo primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto, enforcado há sete anos após o golpe militar do general Zia ul-Haq.

A movimentação popular desencadeada no início de 1986 com a suspensão de oito anos e meio de lei marcial — que no mês de abril tinha alcançado proporções nunca antes verificadas no Paquistão, quando Benazir Bhutto regressou do seu exí-

lio voluntário — teve uma interrupção abrupta no mês do Ramadã.

A incógnita que agora se coloca é a de saber se a redução da agitação popular provocada pelas quatro semanas de jejum islâmico será superada e se a população das cidades responderá da mesma maneira que antes aos apelos de Benazir para exigir nas ruas a realização de eleições livres segundo as normas da Constituição de 1973.

Nos cálculos do general Zia ul-Haq e do primeiro-ministro Mohammad Khan Junejo, o tempo corre a seu favor e infligirá um inevitável desgaste na campa-

nha da oposição. Caso isso não aconteça e a contestação popular exceda os limites estipulados pelo regime de Islamabad, Zia ul-Haq já anunciou a sua resposta: a reinstauração do estado de exceção.

Para a líder oposicionista, que os paquistaneses pobres apelidam a "Incontível", as opções com que se defronta não são fáceis. Se, por um lado, ela tem necessidade de manter a pressão popular e não desiludir a milhões de pessoas que a consideram "o destino da nação", por outro, precisa de tempo para reorganizar o seu partido e unir as facções regionais rivais que o dividem.

O exemplo filipino

A ilusão vivida com a apoteótica recepção a Benazir em 10 de abril, diluiu-se. O meio milhão de pessoas que acorreu ao aeroporto de Lahore para aclamar a líder de 32 anos de idade e que se aglomerou ao longo dos 14 quilômetros percorridos por Benazir até o local do seu primeiro comércio, fez muitos acreditarem que o regime poderia ter caído nesse dia.

"Poderíamos ter tomado o poder ontem no Paquistão, mas os custos seriam demasiado elevados", afirmaria no dia seguinte numa conferência de imprensa a própria Benazir. No entanto, ela sublinhara ser seu desejo e do seu partido procurarem uma solução pacífica para o retorno à democracia, e evitar a todo custo a deflagração da violência no país.

De fato, não restam dúvidas de que a intenção de Benazir é manter o controle das manifestações dentro dos limites pacíficos, apesar da utilização da linguagem dura com que ataca o governo e o presidente Zia ul-Haq, cujo nome ela raramente menciona, preferindo chamá-lo de "o usurpador".

E enquanto afirma à multidão que não voltou ao país "para se vingar", mas "para trazer a revolução ao Paquistão" e recorre a um estilo de discurso semelhante ao de Corazón Aquino, por quem confessa profunda admiração, a filha de Ali Bhutto sabe que lhe faltam dois fatores extremamente influentes no caso filipino: "Não tenho um general Ramos nem um cardeal Sin, mas tenho um partido político", argumenta Benazir diante da constatação de que no Paquistão não

existem facções militares influentes permeáveis à democracia nem uma hierarquia religiosa aliada à oposição. No entanto, isso não lhe impede de apontar o exemplo filipino, e exigir a queda do governo de Islamabad se ele recusar a realização a curto prazo de eleições limpas.

Solidificar as etapas

Ciente da importância das forças armadas e da igreja, a jovem presidente do maior partido da oposição pratica, desde muito antes do seu regresso de Londres, uma política prudente em relação a ambos.

Tentando conquistar seu apoio, mas pelo menos a sua neutralidade, Benazir tem assegurado nos comícios que não pretende diminuir os grandes privilégios usufruídos pela casta militar nem contrariar a onipresença

Um regime mercenário

No final de 1985, o governo de Islamabad pediu aos Estados Unidos a renovação da ajuda financeira concedida em 1981 para um período de cinco anos. Negociado após a intervenção soviética no vizinho Afeganistão, o acordo, agora expirado, atingira 3,2 bilhões de dólares, metade dos quais destinados ao fornecimento de armamento. Para o novo período de cinco anos, o governo paquistanês pediu o dobro: 6,5 bilhões de dólares, divididos em iguais proporções de ajuda militar e auxílio econômico.

A quantia foi considerada excessiva pela administração republicana e reduzida para 4 bilhões, o que não deixa de constituir uma das maiores contribuições financeiras de Washington a um país estrangeiro.

Antes de permitir a concessão deste empréstimo, o Congresso norte-americano exigiu um maior controle pelo seu governo nos financiamentos à contra-revolução afgã. Calculada em mais de 250 milhões de dólares para o corrente ano, esta

ajuda em armas e dinheiro (considerada, por sua vez, a maior operação clandestina da CIA desde a guerra do Vietnã) é diretamente administrada pelas autoridades paquistanesas. A exigência do Congresso responde às previsões de parlamentares norte-americanos, segundo as quais mais de 50% da ajuda destinada a combater o regime de Cabul desaparecem nos canais da corrupção que envolvem a CIA, os grupos rivais dos *mujaheddin* e oficiais ou funcionários paquistaneses.

O interesse dos Estados Unidos em transformar o Paquistão num aliado firme, nascido com a queda de Reza Pahlevi no Irã e a revolução afgã, aumenta numa época em que outros flancos do continente (Filipinas, Coreia do Sul, Indonésia) atravessam convulsões internas de consequências imprevisíveis e inquietantes para o Pentágono.

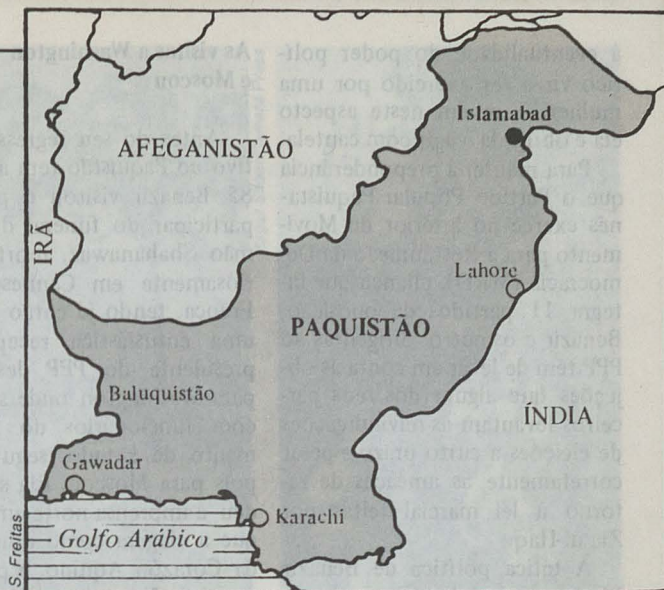
Ao mesmo tempo que tenta persuadir Islamabad a abandonar o seu programa de armamento nuclear (questão que o *lobby* pró-israelense no Congresso de Washington é particularmente ativo), a administração Reagan procura levar o Paquistão a desempenhar um papel mais relevante na segurança do golfo Arábico, incorporando as suas forças armadas no Centcom (Comando Cen-

das forças armadas na sociedade paquistanesa. (Cerca de 30% dos lugares de chefia da administração e das empresas, públicas e privadas, são ocupados por militares.)

“Não somos contra um exército forte, apenas contra generais demasiadamente ambiciosos”, garante a presidente do PPP, que defende a opção nuclear e a fabricação da bomba atômica, posição aliás assumida durante o governo do seu pai, na década de 70.

Num país em que 97% dos seus cerca de 100 milhões de habitantes professam o islamis-

O Paquistão possui 803.943km², sem incluir Jammu e Cachemir, em disputa com a Índia. País montanhoso e desértico, a única área irrigada do território é a bacia do rio Indo, em cujas margens se concentra o grosso da população de 93 milhões de habitantes. Os principais produtos agrícolas são o trigo e o algodão, enquanto a indústria mais importante do país é a têxtil (algodão)



mo (sunitas, em sua maioria), a líder opositora manifesta publicamente um extremo respeito às leis muçulmanas. Sem criticar a exploração do fervor religioso praticada por Zia ul-

Haq nem a islamização institucional que ele introduziu no Paquistão, Benazir, que antes de voltar à pátria realizou uma peregrinação a Meca, conhece a hostilidade dos dignatários do Islã

tral), nova estrutura militar que substituiu a Força de Intervenção Rápida instalada no sultanato de Omã e na ilha de Diego García, no oceano Índico.

Exprimindo as suas convicções favoráveis à política de não-alinhamento, Zia ul-Haq negou sempre ter alguma vez prometido ceder o território paquistanês para instalação de bases norte-americanas ou ter concedido facilidades militares a Washington durante as negociações dos empréstimos quinquenais.

No entanto, entre outras obras de infra-estrutura militar voltadas para a área estratégica do golfo Árabe, foram construídos ou estão em projeto de execução na região ocidental do Baluquistão (fronteira com o Irã e o Afeganistão), 23 novos aeroportos e uma via expressa de 800km que irá ligar, ao longo da costa do mar Árabe, Karachi à fronteira iraniana.

Por outro lado, forças de oposição integradas no MRD acusaram o governo, no ano passado, de permitir aos Estados Unidos a instalação em Gawadar — pequeno porto pesqueiro junto à fronteira iraniana, transformado em base da marinha paquistanesa — de um sistema de escuta eletrôni-

ca. Esse sistema visa a vigiar o golfo e autorizar a utilização das bases aéreas situadas perto de Karachi pelos aviões norte-americanos destacados para o Centcom.

A integração das forças armadas paquistanesas no sistema estratégico norte-americano evidencia-se também pelas tropas de Islamabad estacionadas em 22 países do Oriente Médio e da África oriental, de grande importância para os interesses de Washington.

Mais de metade dos cerca de 40 mil efetivos paquistaneses em serviço no estrangeiro estão “alugados” à Arábia Saudita: 13 mil homens de uma divisão de infantaria, 12 mil de duas brigadas de blindados e duas brigadas de artilharia, centenas de pilotos e técnicos da força aérea e marinha.

Além das importantes fontes de receitas que esta política de “regime mercenário” proporciona, ela valoriza a aliança do governo de Islamabad com os Estados conservadores do Golfo e garante aos Estados Unidos disporem de um gendarme essencial no policiamento da região.

(C.P.S.)

à eventualidade do poder político vir a ser exercido por uma mulher. Também neste aspecto ela é obrigada a agir com cautela.

Para manter a preponderância que o Partido Popular Paquistanês exerce no interior do Movimento para a Restauração da Democracia (MRD), aliança que integra 11 partidos da oposição, Benazir e os outros dirigentes do PPP têm de levar em conta as objeções que alguns dos seus parceiros levantam às reivindicações de eleições a curto prazo e pesar corretamente as ameaças de retorno à lei marcial feitas por Zia ul-Haq.

A tática política de Benazir Bhutto tem dois pesos: alimentar a pressão popular contra o regime sem, no entanto, subestimar a capacidade de réplica do adversário. Não está provado que um endurecimento da repressão, com a consequente interrupção da "abertura permitida" possa favorecer o movimento oposicionista que atravessa ainda uma fase de organização incipiente.

As visitas a Washington e Moscou

Antes do seu regresso definitivo ao Paquistão (em agosto de 85 Benazir visitou o país para participar do funeral do seu irmão Shahanawaz, morto misteriosamente em Cannes, sul da França, tendo já então recebido uma entusiástica recepção), a presidente do PPP deslocou-se para Washington onde se reuniu com funcionários do Departamento de Estado, seguindo depois para Moscou. Ela surpreendeu a imprensa norte-americana, que a elegera como uma segunda Corazón Aquino, e permaneceu dois dias na capital soviética em conversações com as autoridades do Kremlin.

E se nos Estados Unidos Benazir Bhutto concordou "em princípio" com a ajuda econômica e militar de Washington ao governo de Islamabad (*ver Quadro*) e prometeu contribuir para a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, em Moscou fez

declarações públicas de defesa da política de não-alinhamento, defendeu o reconhecimento paquistanês do regime de Cabul (Afeganistão), apelou para conversações diretas afegãs-paquistanesas e apoiou o degelo das relações com a Índia.

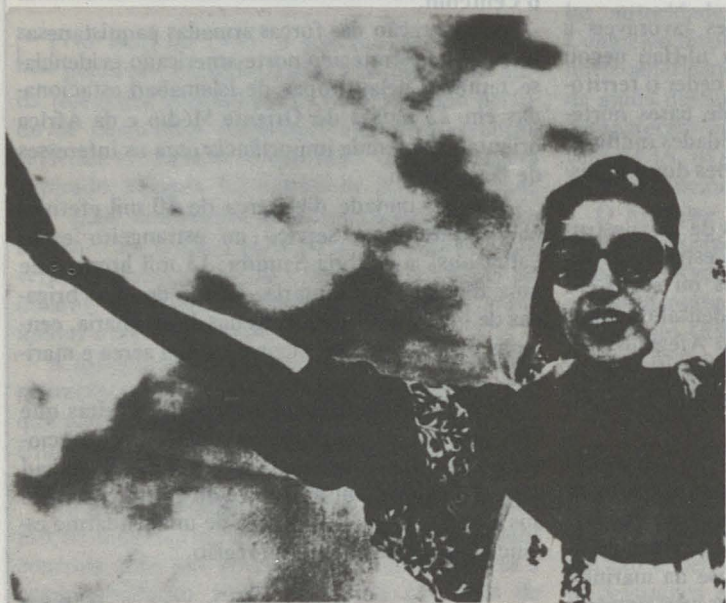
Após estas duas visitas, Benazir enviou, ainda do estrangeiro, uma longa mensagem aos membros do seu partido, exortando-os a "conduzir a presente luta democrática no Paquistão até a sua vitória total, mantendo a unidade revolucionária entre todas as forças democráticas e patrióticas". O principal objetivo da luta, diria a mensagem, é "a derrubada do sistema político baseado na lei marcial e a salvaguarda da segurança, integridade e estrutura federal do Paquistão pela realização imediata de eleições livres segundo a Constituição original de 1973".

Benazir insistia depois na necessidade de "restaurar as liberdades básicas e fundamentais, abolir o sistema de exploração e implantar os princípios de justiça social e igualdade para todos, levantando bem alto o nome do Islã e promover a verdadeira democracia no país".

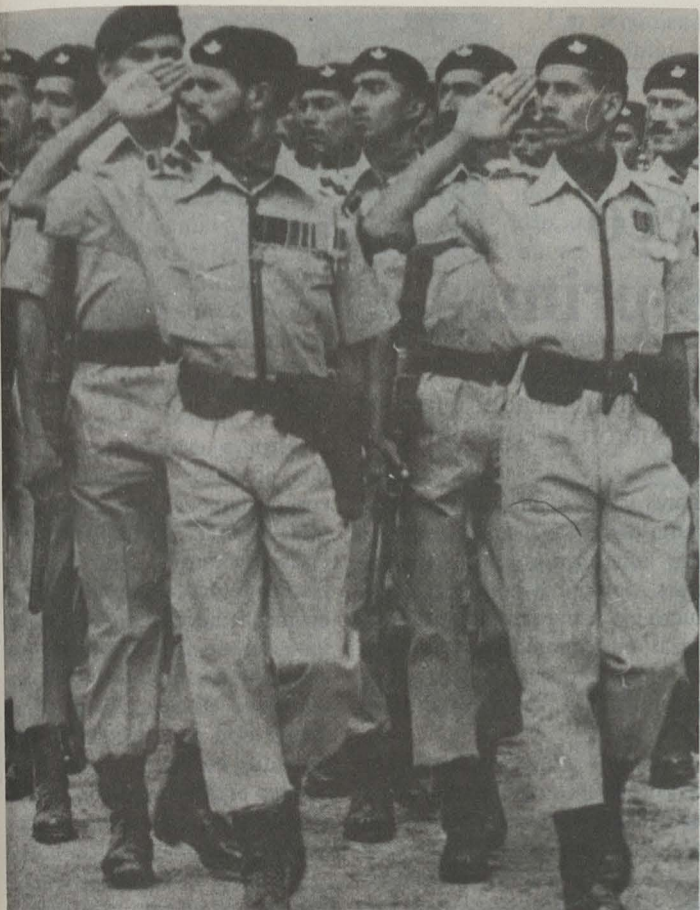
Democratização viciada

Aparentemente, o general Zia ul-Haq não se deixa perturbar com o clamor vindo das ruas que o convida a seguir o caminho de Marcos. Arrogante, ele trata os milhões de contestadores de "irresponsáveis" e aproveita para sublinhar que as manifestações hostis à sua pessoa e ao seu regime provam que o restabelecimento da democracia não é um blefe.

Antes de revogar a lei marcial Zia ul-Haq recorreu, em dezembro de 84, ao método do referendo



Benazir: uma política prudente com o exército e o clero islâmico



Sob o regime do general Zia ul-Haq (foto acima), 40 mil efetivos do exército paquistanês servem no estrangeiro, mais da metade dos quais estão "alugados" à Arábia Saudita

rendo, facilmente manipulado, para decretar a islamização institucional do país e, simultaneamente, prorrogar por seis anos a sua permanência na chefia do Estado. Em fevereiro de 85, sob o clima da lei marcial, realizaram-se eleições parlamentares boicotadas pela oposição (os partidos políticos, enquanto tais, foram proibidos de participar do sufrágio) antecedidas por uma onda de centenas de prisões.

Com o novo e dócil Parlamento, Zia ul-Haq validou todas as leis e medidas tomadas durante oito anos de regime de exceção e nomeou um primeiro-ministro civil, Mohammad Khan Ju-

nejo. A ele foi delegada a missão de relançar o seu próprio partido, a Liga Muçulmana, com o objetivo de poder sobrepor-se à oposição nas eleições que o governo de Islamabad se recusa a realizar antes de 1990.

No caso dos protestos populares excederem os limites estabelecidos pelo regime e se for imposto o restabelecimento da lei marcial, os outros generais, que deixaram Zia ul-Haq empreender a experiência de democracia limitada, poderão começar a questionar a sua autoridade. Nesse caso, o chefe de Estado paquistanês, comandante supremo das forças armadas e chefe de estado-maior do exército, corre o

risco de enfrentar fortes dissidências no interior do regime.

Na encruzilhada paquistanesa, tanto o general Zia quanto Benazir estão jogando mais que o seu futuro político. Mas no caso da presidente do PPP, os antecedentes trágicos da sua família justificam o receio de seus correligionários sobre os perigos que a ameaçam. Ela tem consciência disso; antes de deixar Londres, a jovem dirigente advertiu os generais do seu país que a alegria popular com a sua chegada daria lugar ao ódio incontrolável de milhões de paquistaneses se lhe estivesse destinada a mesma sorte do pai e do irmão. ●

Carlos Pinto Santos

terceiro mundo - 57

A dramática queda do preço das matérias-primas

Este fenômeno, fatídico para muitos países do Terceiro Mundo, tem um efeito desestabilizador e faz desmoronar os acordos entre produtores e consumidores

A recuperação econômica dos países capitalistas altamente industrializados, que começou em meados de 1983, pondo fim à crise mais profunda desde 1929, continua frustrando todos os que não são beneficiários diretos das elevadas taxas de juros ou dos golpes de sorte nas bolsas de valores.

Na maior parte das publicações econômicas do Norte industrializado se podem ler frases so-

noras sobre os magníficos lucros auferidos pelas maiores empresas nos dois últimos anos. Uma vez mais, porém, se confirma que o lucro e o bem-estar são duas grandezas que raramente caminham na mesma direção. Melhor ainda, geralmente o fazem em sentidos opostos.

Um dos grupos cujas expectativas foram esmagadas com maior brutalidade pela recuperação econômica em processo é o con-

junto dos países produtores de matérias-primas, especialmente as nações do Terceiro Mundo que dependem da exportação de um pequeno número de produtos básicos. A ilusão de que a reativação econômica dos países da OCDE levaria rapidamente os preços das matérias-primas a recuperar níveis remunerativos mostrou-se infundada.

Nem a evolução dos preços dos produtos primários nem o comportamento dos volumes comercializados corresponderam a essas esperanças. Este dado foi frequentemente relegado a segundo plano em virtude do comportamento do petróleo, cujos preços evidenciaram primeiro uma tendência à elevação e ultimamente têm concentrado as atenções dos meios de comunicação por sua espetacular *débauche*, além da discórdia existente nas fileiras da Opep.

Vejam alguns dados. De acordo com os últimos cálculos do FMI, os preços dos produtos primários não-energéticos caíram em mais de 10% nos últimos três anos — desde o final de 1983 até o primeiro trimestre de 1986. Esta diminuição de preços afetou uma grande quantidade de produtos básicos, inclusive os minerais preciosos (exceto o ouro), metais não-ferrosos, matérias-primas industriais de origem vegetal (algodão, lã e açúcar), in-



Matérias-primas: queda de preços e redução dos volumes comercializados



FAO

Um fenômeno parecido afetou o mercado de borraça natural, que apresenta uma superprodução crônica, e o do algodão, que se encontra em perigo de saturação por causa da crescente produção dos Estados Unidos e da China. O mercado

da lã não é mais animador, particularmente afetado por fortes oscilações de preços, derivadas do incerto caminho trilhado pelo dólar. Os dados referentes ao primeiro trimestre de 1986 não indicam nada que anuncie uma mudança de rumo.

Um problema conjuntural?

Hoje em dia, 60% das exportações dos países subdesenvolvidos ainda se compõem de matérias-primas não-energéticas. Se acrescentarmos o petróleo, a porcentagem chega a 80%. Esses números dão apenas uma idéia do impacto que representa para o Terceiro Mundo a queda dos preços das matérias-primas, especial-

mente para os países que dependem mais acentuadamente da exportação de um pequeno número de produtos primários¹.

Não resta dúvida de que a recuperação da rentabilidade do capital nas economias industrializadas do Ocidente é um fenômeno recente. Também é indiscutível que continuam existindo taxas de juros relativamente altas, que a expansão da produção se encontra estrangulada por um rigor monetário que, em alguns casos, é inexplicavelmente restritivo, e que a demanda especulativa prefere o pôquer da Bolsa ou comprar títulos públicos em vez de atirar-se a arriscadas operações a longo prazo nos mercados a termo de matérias-primas. Apesar disso, tudo o que foi anteriormente mencionado não seria suficiente para atribuir a queda dos preços das matérias-primas apenas a dificuldades passageiras e supor que muito em breve a "mão invisível" do mercado corrigirá a

¹ Alguns exemplos de economias monoexportadoras são: Zâmbia, cujas exportações estão compostas de 90% de cobre; Cuba, que perfaz 80% de suas exportações com açúcar; e Gâmbia, que continua dependendo em quase 80% das exportações de amendoim e óleo.

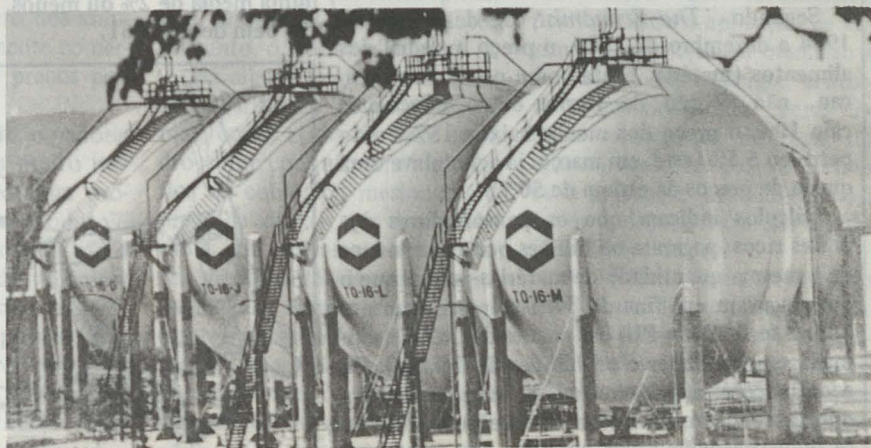
Sessenta por cento das exportações dos países pobres são matérias-primas não-energéticas

fusões tropicais (exceto o café), cereais e sementes oleaginosas.

Impacto nos países produtores

A queda de preços, que vem se agravando ainda mais nos últimos tempos devido à perda de posição do dólar, coincide e reflete a contração dos volumes comercializados. Um bom exemplo dessa evolução são os dados correspondentes a 1985 — agora disponíveis em sua totalidade — sobre o comportamento do mercado de metais de Londres, o maior centro de transações com matérias-primas não-energéticas do mundo.

À primeira vista, já se percebe que a quantidade de níquel comercializada diminuiu, no ano passado, em 50% em relação ao ano anterior; o volume do chumbo e do estanho reduziu-se em 40%, o do zinco e do alumínio caiu 25% enquanto o cobre, que manteve no mesmo nível de 1984 o volume negociado, teve reduzido seu preço em 25%.



Petróleo: a queda do preço fortalece quem se opõe a acordos sobre matérias-primas

situação.

Mesmo sem apelar a explicações que nos levem aos labirintos da secular deterioração dos termos de troca, existem fatos significativos que não permitem atribuir a queda de preços e a redução dos volumes negociados somente a questões conjunturais.

O eco das advertências formuladas pelo Clube de Roma sobre o fim da era de crescimento e de um próximo e inevitável esgotamento das matérias-primas não-renováveis continua soando em nossos ouvidos. Também não fo-

ram esquecidas as imagens de um mundo que, em 1973 e em 1978/79, devido ao boom dos preços do petróleo, parecia ter caído em mãos de um grupo de todo poderosos *xeques* que escondiam



Estanho: queda de 40% do volume

debaixo dos turbantes não se sabe que misteriosos desígnios.

Talvez não seja incorreto afirmar que, em nenhum outro campo, a futurologia demonstrou ser mais vulnerável do que no que se refere às matérias-primas. Não se pode deixar de mencionar, entretanto, alguns aspectos estruturais relativamente difíceis de quantificar e que, em muitos casos, não são perceptíveis com nitidez. Começemos pelo lado da demanda.

A dança das matérias-primas

Um dos aspectos que mais contribui para reduzir a demanda de produtos primários é a transformação da estrutura produtiva em curso. Basta lembrar que "a parte do leão" da demanda de produtos básicos provinha das indústrias tradicionais como a da construção, a siderurgia,

Um "presente" do Terceiro Mundo

A drástica redução da inflação nos países ricos foi possível devido ao "presente" que eles vem recebendo do Terceiro Mundo. Só no ano passado, a "doação" foi superior aos 60 bilhões de dólares.

Segundo *The Economist*, de dezembro de 1984 a dezembro de 1985, o preço mundial dos alimentos (matéria bruta como o trigo ou o cacau, não o pão de forma ou o chocolate) caiu 10%, o preço dos metais baixou 15% e o do petróleo 5,5% (este, em março, já acumulava uma queda de preços da ordem de 50%).

Cálculos indicam que os consumidores dos países ricos pagaram 65 bilhões por ano a menos pela mesma quantidade de matérias-primas que o que pagavam em fins de 84. Isto representa um bônus de 0,7% do PIB das nações da OCDE (estimada em 9 trilhões e 65 bilhões de dólares). De acordo com a revista inglesa, essa verdadeira oportunidade antiinflacionária que possui o Norte industrializado é um presente dos países po-

bres. A contribuição do Terceiro Mundo ao crescimento dos ricos fica mais flagrante ainda quando se constata — como faz *The Economist* — que um quarto da taxa anual de crescimento do PIB (cerca de 3%) daqueles países corre por conta das *commodities* mais baratas. Como resultado, os dirigentes da OCDE esperam que a inflação de preços ao consumidor se situe, daqui a um ano, numa média de 2% ou menos. Eles nunca viveram tão bem desde 1961.



automobilística e os estaleiros. Nos últimos anos, porém, os investimentos produtivos foram orientados, em primeira instância, para setores de ponta como a microeletrônica, a informática, a robótica, a indústria aeroespacial, a química, as comunicações e para o setor terciário da economia. Isto aconteceu pelo menos nos países altamente industrializados pertencentes à OCDE. Todas essas indústrias "novas" têm em comum a escassa utilização de matérias-primas.

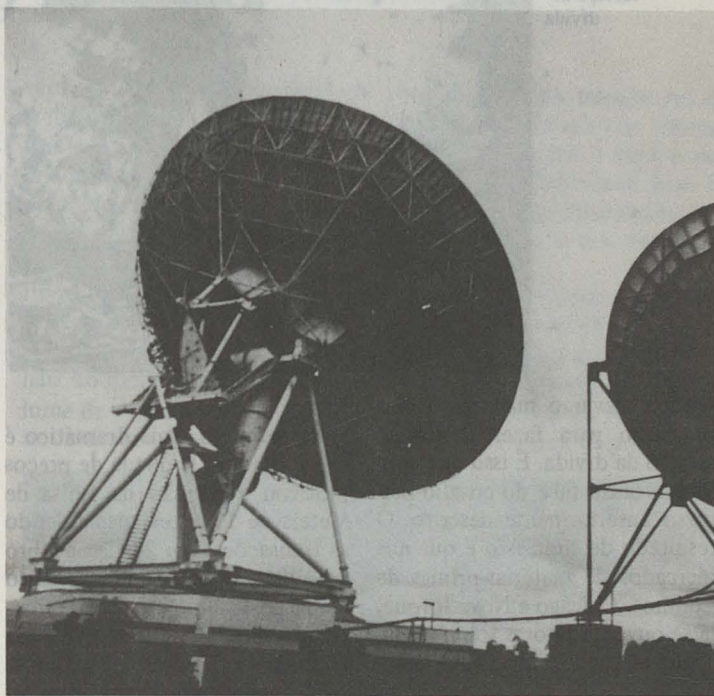
As indústrias que consomem matérias-primas de forma intensiva se apresentam potencialmente mais dinâmicas nos países do Terceiro Mundo do que nos membros da OCDE. Essa constatação nos remete à antiga parábola do cão que morde o próprio rabo, num círculo perverso protagonizado pelo endividamento e pela queda dos preços das matérias-primas. Os dois atores do drama se alimentam reciprocamente.

A política restritiva e austera que se adota para enfrentar o pagamento da dívida conduz a uma contenção das importações, entre as quais estão as de matérias-primas. A diminuição da demanda resultante faz com que o tão falado comércio Sul-Sul continue sendo marginal dentro dos volumes totais mundialmente comercializados e que os preços permaneçam reduzidos.

Pelo lado da oferta, o panorama não se apresenta muito melhor. Está ocorrendo uma profunda "revolução do produto", cujos sinais mais evidentes são a renovação radical das técnicas produtivas, a tendência a ampliar o leque de matérias-primas "tradicionais" substituíveis por produtos equivalentes (geralmente sintéticos) e uma utilização crescente de novos materiais no campo dos produtos básicos "não-re-

nováveis". Tudo isto, acompanhado por um deslocamento e pela concentração da produção que se verifica nos países industrializados, faz com que a Comunidade Econômica Européia, o Japão e os Estados Unidos se transformem, cada vez com maior

do titânio, que substitui o aço; a introdução de novas técnicas de prospecção e exploração dos resíduos na mineração; a crescente difusão de métodos de produção de energias "alternativas"; a engenharia genética e a biotecnologia, que revolucionaram a produ-



Os investimentos produtivos foram orientados para a tecnologia de ponta

agressividade, em potências exportadoras de produtos primários. Os preços desses produtos, portanto, continuam a cair.

Há alguns casos espetaculares de substituição de matérias-primas, como o uso de fibra de vidro como condutor em lugar dos fios de cobre, ou mesmo o emprego de satélite, que dispensa os cabos. Há outros exemplos, talvez menos notáveis mas nem por isso menos importantes: cerâmicas termo-resistentes que substituem o aço e o alumínio; fibras sintéticas que, graças à queda dos preços do petróleo, se dispõem a reconquistar os mercados das fibras naturais; a invasão

ção de proteínas e permitiram a substituição dos fertilizantes, possibilitando a aplicação de enzimas para reciclar a biomassa a fim de produzir energia, inclusive a "gasolina verde", permitindo a recuperação de áreas até agora impróprias para o cultivo ou a realização de cultivos com maior independência das condições climáticas etc.

Ao mesmo tempo, a equação endividamento-matérias-primas, nos países onde elas são as principais fontes de obtenção de divisas, também pressiona a oferta. É claro que os países produtores de matérias básicas, que portanto dependem de sua exportação,

Os países que dependem da exportação de produtos primários procuram aumentar a produção para poder pagar o serviço da dívida



tentam elevar o mais possível a produção para fazer frente ao serviço da dívida. É isso que consiste a outra face do círculo perverso anteriormente descrito. O resultado de tudo isto é que nos mercados de matérias-primas de Londres, Chicago e Nova Iorque, já se ouvem rumores sobre a chegada de uma "era da abundância".

Água para o moinho neoliberal

Sejam a queda de preços e a recessão do mercado de matérias-primas consequência de razões estruturais ou conjunturais, independentemente das perspectivas de médio ou longo prazo, o fato é que a atual saturação do mercado tem um forte efeito desestabilizador. Os poucos acordos em vigor entre produtores e consumidores (café, cacau, açúcar, estanho e borracha), destinados a estabilizar os preços, a garantir financiamentos compensadores e determinar outras medidas estabilizadoras do comércio de matérias-primas, começaram a desmo-

ronar.

O exemplo mais dramático é o do estanho. A queda de preços motivou a decisão da Bolsa de Metais de Londres suspendendo as transações, em 24 de outubro de 1985. As consequências disso ainda persistem. Em fins de março último, as negociações ainda estavam em processo, sem que se vislumbrasse um final bem-sucedido. A diversidade das estratégias praticadas pelos países integrantes do Acordo Internacional do Estanho, assinado em 1956, se revelou como um obstáculo difícil de superar. A situação é agravada pelo fato de alguns produtores de primeira ordem, como o Brasil e a China, não pertecerem ao Conselho Internacional do Estanho e praticarem uma política independente.

O enfraquecimento dos acordos internacionais, provocado pela queda de preços das matérias-primas e pela saturação dos mercados, só fez dar mais água ao moinho dos países e setores econômicos tradicionalmente opostos a esses acordos. A queda

de preços agrava a resistência dos consumidores em reunir fundos para apoiá-los.

O resultado é que, em nome do mercado e contra o intervencionismo, os países defensores do "livre comércio" conseguiram bloquear os esforços da Unctad, do próprio FMI, da CEE e de outros organismos internacionais para estender os acordos a outros produtos e revitalizar os instrumentos de estabilização do mercado de matérias-primas. Esses mesmos países continuam aplicando pesados impostos alfandegários e interpondo barreiras não-tarifárias à importação de produtos semimanufaturados provenientes do Terceiro Mundo.

A recente *débauche* do preço do petróleo e a feroz luta entre os produtores integrantes da Opep constituem um novo ponto a favor dos inimigos dos acordos. Este quadro certamente não contribui para alimentar as esperanças dos que lutam por uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Juan Behrend

Uma zona franca para o Brasil?

A idéia é de Djillali Mehri, o multibilionário argelino que salvou da falência uma grande empresa francesa

“Um beduíno digno das *Mil e uma noites*”. Foi assim que o jornal parisiense *Le Matin* se referiu ao multibilionário argelino Djillali Mehri, depois que este, à frente de um consórcio de homens de negócios do Oriente Médio e do Maghreb, assumiu o controle da empresa Chaffoteaux et Maury, a maior da França e uma das maiores do mundo na produção de aquecedores d'água, em 25 de fevereiro de 1985.

Era a primeira vez que grandes capitais árabes fluíam para a indústria francesa, e não, como de costume, para ramos imobiliário, hoteleiro, atacadista e da especulação financeira. E com um objetivo inatacável mesmo para as alas mais nacionalistas da C.G.T. e da C.F.D.T., as duas grandes centrais sindicais francesas: salvar uma empresa de 4.300 empregados, que uma política desastrosa de diversificação lançara à beira da falência.

Foi do Saara, onde a Chaffoteaux et Maury perdera 250 milhões de francos no setor de residências pré-fabricadas, que veio a salvação: de terno escuro e capa negra, Mehri, 46 anos, desceu de um helicóptero branco na fábrica de Ploufragan, trazendo, além de 800 milhões de francos, uma caixa de 12 garrafas de vinho argelino para cada empregado e um cheque de 100 mil francos para as atividades sociais do comitê da empresa. Dez meses depois, a empresa já estava, no-

vamente, dando lucro, com os trabalhadores fazendo horas extras e mais 400 empregos sendo criados. E Mehri sendo citado pela imprensa francesa, ao lado de Marcel Dassault, como um dos dez principais patrões da França.

Agora, com a Chaffoteaux et Maury reequilibrada e com 12 filiais no exterior (44% do seu volume de negócios no ano passado se deveram à exportação), Mehri

nos do terceiro mundo em sua propriedade de mais de 100 hectares em Orgerus, a hora e meia de carro de Paris, para falar das perspectivas do intercâmbio brasileiro-argelino e dos seus projetos no Brasil.

“O Brasil poderia ter na Argélia um porto sem alfândega, uma zona franca para as empresas brasileiras. Seria como se o Brasil estivesse situado na África: a Argélia teria os produtos brasileiros



Djillali Mehri (vestido à moda árabe, com sua família): “a Argélia poderia ser um porto sem alfândega para os produtos brasileiros”

tem quatro áreas de prioridade, na seguinte ordem: Egito, onde pretende instalar uma fábrica no início de 1987; Estados Unidos, cujo mercado tenciona atingir através de uma fábrica no México; Brasil e, finalmente, a República Popular da China.

Djillali Mehri recebeu cader-

em casa, e o Brasil, acesso direto aos mercados africanos, habitualmente desencorajados pela distância quando pensam nos produtos de vocês. Seria, em suma, uma vitrina do Brasil na Argélia, onde terceiros países poderiam se abastecer de produtos brasileiros.”

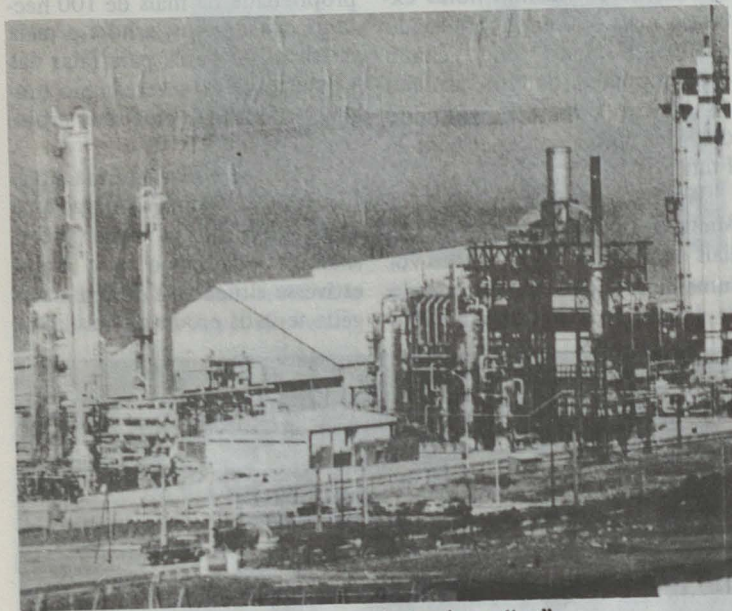
Com entusiasmo, convicção e aquele pragmatismo dos autôditos bem-sucedidos, Mehri não hesita quando lhe pergunto quais seriam as condições para a criação dessa vitrina brasileira na África: "Somente uma: que o Brasil compre mais da Argélia. E a chave de tudo seria a importação de gás liquefeito (metano) argelino em troca de produtos manufaturados e serviços, o que

Mehri, filho mais velho (tem 19 irmãos) de um pequeno comerciante de El-Oued, capital do Souf, a região mais árida do deserto do Saara, tem uma concepção precisa de como deveria ser o comércio brasileiro-argelino: "O melhor intercâmbio é a troca. Como o Brasil não pode conceder financiamentos vantajosos, de 80% ou mais, como outros países, é a troca, através do gás

ra produtos brasileiros na Argélia e o contrato de *counter trade* que está sendo negociado entre os dois governos para a troca de gás argelino por serviços brasileiros — para criar um novo clima no relacionamento bilateral.

"Você já pensou no número de empresas brasileiras que, com a zona franca, iriam querer exportar para a Argélia, e como isso tornaria os produtos do Brasil muito mais conhecidos no meu país? Atualmente, essas empresas esbarram numa competição desfavorável com franceses, norte-americanos, alemães e italianos, que conhecem melhor o mercado argelino."

E Mehri arremata, com indisfarçável orgulho nacionalista: "A Argélia é um grande mercado (22 milhões de habitantes), um imenso capital de juventude (mais de 70% da população com menos de 20 anos), estabilidade econômica, continuidade e uma certa sabedoria política, e fidelidade aos grandes princípios da sua revolução, inclusive no que diz respeito à ajuda ao Terceiro Mundo. Com a Argélia, sabe-se com quem se está lidando".



"O melhor intercâmbio é a troca, através do gás argelino"

permitiria o surgimento de um novo fluxo no comércio entre os dois países".

Novas portas

Mehri é um ardoroso defensor de uma Nova Ordem Econômica Internacional: "É preciso ir além dos contratos que caracterizam o comércio com a França, a Grã-Bretanha e as demais potências capitalistas. O mercado argelino não é *chasse gardée* nem reserva de ninguém. Ele será de quem souber conquistá-lo e merecê-lo, e, sobretudo, de quem souber ir além do simples negócio".

64 — terceiro mundo

argelino, que poderá dinamizar e ampliar, consideravelmente, o intercâmbio bilateral, embora haja ainda outros produtos que poderiam ser comercializados no Brasil".

Como o estabelecimento de relações duráveis entre dois países depende, principalmente, da vontade dos respectivos governos, Mehri acha que o governo brasileiro precisa se convencer de que a dinamização das suas relações com a Argélia vai-lhe abrir novas portas. E bastariam, a seu ver, dois ou três projetos interessantes — como o da zona franca pa-

Discurso novo

Não deixo passar em branco nuvens a "deixa" sobre política argelina. Quais são, no entender de Mehri, as diferenças entre o governo do atual presidente Chadli Bendjedid e o do seu antecessor, Houari Boumediene? Com seus quase dois metros de altura e a longa experiência acumulada na esgrima com jornalistas da França, onde vive há mais de 15 anos, Mehri esboça, com charme, uma manobra de esquivo na poltrona à minha frente: "Eu não sou político. Minha política é

de não fazer política. Sou apenas um modesto (*sic*) homem de negócios, que não pode dar opinião num assunto em que é leigo”.

Como jornalista, o meu dever é insistir: Chadli e Boumediene, apenas uma diferença de estilo, como me assegurou a maioria dos interlocutores que havia encontrado alguns dias antes, na minha terceira visita à Argélia?

“É sempre difícil dizer que tal ou qual chefe de Estado ou de governo foi ou é melhor do que outro. Não se pode deixar de lado a conjuntura de cada momento. Mas já se pode dizer, a esta altura, que Boumediene foi um presidente que fez muito pela Argélia, embora, talvez, não tanto pelos argelinos. A prioridade que o seu governo concedeu à educação, à saúde e à habitação sacrificou setores inteiros, como a agricultura, o turismo e o artesanato. E Boumediene morreu no limite suportável do seu plano econômico, deixando no ar, sobretudo no exterior, duas questões: como o povo argelino suportou mais esse sacrifício, depois de todos os sofrimentos por que havia passado? E como a transição para o governo de Chadli foi tão calma e sem problemas, tão democrática, quase em família, o que não é comum nem mesmo em países altamente industrializados?”

E Mehri prossegue, agora empolgado: “A ascensão de Chadli se deu como nos países mais respeitáveis do mundo. É bem verdade que a sua situação não era fácil, mas ele soube conceder prioridade aos interesses internos, do povo. Para mim, Chadli foi uma bênção do céu: um homem que pratica uma política muito sábia, orientada pelos interesses da Argélia e voltada para o bem-estar do povo, dando à iniciativa privada a possibilidade de se afir-



Para Mehri, o presidente Chadli Bendjedid (foto) representa “um discurso novo” na Argélia

mar, mas sem sacrificar jamais o que foi feito de bom no passado, sempre preservando e salvaguardando a continuidade dos grandes princípios”.

Para Djillali Mehri, Chadli desperta a confiança mesmo dos que não o conhecem pessoalmente, porque ele soube convocar a cooperação de todos os cidadãos e fazê-los ver que cada um tem que contar mais consigo mesmo”, (uma evidente alusão ao “Estado-Providência”, em que, segundo os críticos de Boumediene, a Argélia se havia transformado). Para Mehri, trata-se de “um discurso novo na Argélia, que, graças ao presidente Chadli, avança com sabedoria e segurança”.

Projetos no Brasil

E Djillali Mehri? Também está avançando com sabedoria e se-

gurança com seus projetos em quatro continentes? Afinal, um argelino que salvou uma grande empresa francesa da falência deve estar recebendo, constantemente, novas propostas de negócios de todo o mundo.

“De fato, não é comum um argelino salvar uma empresa francesa. E não foi fácil concorrer com projetos de norte-americanos, japoneses, alemães, italianos e egípcios, que consistiam, todos, na compra dos ativos e da marca, após a falência. O meu era o único plano que preservava os 4.300 empregos na Chaffoteaux et Maury. Deu certo e agora posso pensar mais no mercado internacional.”

“Além das fábricas no Egito e no México, pretendo instalar uma no Brasil, para produzir, anualmente, 200 mil aparelhos de aquecimento d’água a gás e também utilizando a energia solar. O aquecimento pode vir a custar menos do que um par de sapatos e se tornar acessível à maioria dos cidadãos.”

Mehri também não esconde o interesse que lhe desperta o turismo no Brasil, “especialmente o setor de hotéis de duas a três estrelas”. Mas se mostra reticente e discreto quando lhe perguntado sobre as origens da fortuna que lhe permite investir nos setores turístico, industrial, imobiliário e de construção civil de tantos países: “Não tenho sequer o segundo grau completo. Devo o meu sucesso ao meu país, que foi a minha escola de vida. Na Argélia, não se é nem muito rico nem muito pobre, mas todos somos ricos de coração. E a minha maior fortuna é a reputação que tenho no mundo dos negócios”.

Artur José Poerner

Notas de Economia

Mudança estrutural

O governo da Venezuela promoverá uma modificação estrutural na economia do país, com o propósito de fazê-la menos dependente do petróleo e elaborou um "plano operacional" com o propósito de enfrentar o déficit financeiro previsto no orçamento de 1987. O plano foi preparado em vista da redução de divisas provocada pela queda dos preços do petróleo.

O governo apresentou um projeto preliminar de orçamento para 1987 em torno de 16 e meio bilhões de dólares, inferior em 0,9% do atual. Calcula-se que a diferença entre receita e despesa alcance um déficit de mais de 4 bilhões de dólares.

Entre as linhas principais do "plano operativo" apresentadas pelo Ministério do Planejamento, figuram medidas alternativas econômicas que produzam recursos, baseadas na capacidade ociosa das indústrias, poupanças acumuladas, excedentes financeiros em algumas entidades e a possibilidade de políticas produtivas adequadas.

O plano tem por objetivo principal estimular setores produtivos para que aumentem a oferta de exportação do país e permitam a substituição de importações. Dessa forma, segundo a expectativa do governo, será possível, ao mesmo tempo, gerar divisas e fomentar o crescimento da economia.

Todo esse esforço está associado "à modificação estrutural", que consistirá numa adaptação da economia venezuelana a uma

situação de crise. Ele se traduzirá, de acordo com os analistas, na busca de uma menor dependência do petróleo, responsável atualmente pelo ingresso de 90% das divisas do país.

Sudão sem condições de pagar dívida externa

O ministro sudanês das Finanças e Planejamento Econômico, Bashir Omer Fadal, anunciou, recentemente, que a dívida externa do seu país atingiu a cifra de 10,3 bilhões de dólares e que Cartum está incapacitada de cumprir os seus compromissos externos.

Fadal disse que o governo não formulou um novo projeto de orçamento, em virtude do país necessitar de mais tempo para preparar uma política e um plano, face à grave crise econômica do Sudão.

Sobre a situação econômica do país, Bashir Fadal afirmou que o aspecto mais importante consiste no grave desequilíbrio da estrutura econômica e na baixa produção e produtividade. O valor do Produto Nacional Bruto (PNB) caiu, de 1984 para 1985, de 2 a 2,5%, enquanto a despesa geral aumentou substancialmente.

Cuba cria novo órgão para dirigir economia

O Conselho de Estado cubano criou um novo organismo, a Comissão Nacional de Sistema de Gestão da Economia, a nível de



ministério, cujo titular será Joaquín Benavides Rodríguez, até agora ministro-presidente do Comitê Estatal do Trabalho e Previdência Social.

A criação do órgão é a primeira iniciativa imediata em termos de economia anunciada após a aprovação, no mês passado, das modificações no planejamento e gestão da economia, durante a reunião da Comissão Política do Partido Comunista.

Não ficou claro, inicialmente, se a entidade substituirá a Junta Central de Planejamento (Juceplan), organismo que até agora coordenou e supervisionou todos os programas nesse campo. Sob a direção de Humberto Pérez, a Juceplan implantou no país, há 10 anos, um sistema de gestão econômica fundamentada na "relativa" autonomia das empresas e introduziu mecanismos financeiros criticados hoje em dia.

O presidente da Juceplan foi substituído há quase dois anos e o presidente Fidel Castro insistiu, nas suas últimas intervenções públicas, na necessidade de erradicar as "correntes liberais burguesas" introduzidas na concepção econômica de Cuba. Para ocupar o lugar de ministro do Comitê Central Estatal do Trabalho e Previdência Social, o conselho de Estado nomeou Francisco Linares Calvo.

Os grandes bancos lucram com as drogas

Os traficantes se beneficiam da cumplicidade dos banqueiros que violam a legislação sobre limites do sigilo em relação aos depósitos

“Os narcotraficantes desestabilizam os sistemas democráticos, financiando aventuras guerrilheiras e foquistas que dispersam os esforços dos governos”. Em meio ao bombardeio propagandístico lançado a partir da Casa Branca nos últimos meses, esta frase poderia ter passado despercebida se não tivesse sido pronunciada, em uma reunião sobre o combate à droga, pelo ministro do Interior da Bolívia.

Como se deve lembrar, o atual governo constitucional boliviano, ao qual pertence o ministro Fernando Barthelmy, autor dessa taxativa afirmação, foi precedido por uma ditadura de militares narcotraficantes, encabeçada pelo general Luis García Meza. Por outro lado, nesse país andino, desde a morte de Che Guevara, em 1968, não ocorreram atividades guerrilheiras significativas.

Mas Fernando Barthelmy talvez não tivesse plena consciência do significado de suas palavras, que o transformariam em um peão da estratégia publicitária de Washington na Conferência Especializada Interamericana sobre Narcotráfico realizada pela OEA,

no Rio de Janeiro, no mês de abril passado.

Indagado sobre os elementos em que baseava sua acusação, Barthelmy se limitou a dizer que a cumplicidade com grupos guerrilheiros “é de interesse dos narcotraficantes. Temos alguns casos em investigação — acrescentou — que depois de esclarecidos serão divulgados”.

A tentativa de estabelecer essa relação entre movimentos revolucionários e narcotraficantes não é nova. Já em setembro de 1979, a articulista Penny Lernoux assinalava na revista *Inquiry* que “a versão atualizada da Doutrina de Segurança Nacional da Drug Enforcement Administration (DEA) procura vincular a subversão aos narcotráficos. Os programas antidroga da DEA proporcionam uma boa cobertura para as violações dos direitos humanos”, concluía o artigo. (Ver “Drogas: um poder transnacional” em *cadernos do terceiro mundo* n.º 67). Mas é a partir do episódio do Palácio da Justiça de Bogotá, em janeiro passado, que a Casa Branca insiste com maior empenho em vincular grupos guerrilheiros com o comércio de narcóticos. A estratégia visa a facilitar o fornecimento de ajuda militar destinada à repressão política, camuflada como “recursos



Cocaína: sustentáculo do regime de García Meza na Bolívia

A conferência do Rio de Janeiro

Convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), realizou-se, no Rio de Janeiro, a 1ª Conferência Especializada Interamericana sobre Narcotráfico, com a presença de todos os membros da OEA, incluindo sete ministros e observadores de países europeus, do Japão e de Israel. Os trabalhos se desenvolveram entre os dias 22 e 25 de abril passado.

Originalmente, estava prevista a aprovação do programa de ação contra o consumo, produção e tráfico de drogas, elaborado pelo Brasil e apresentado por outros 18 países. Esse programa previa a realização de estudos para investigar as causas do uso de drogas e determinar as formas mais adequadas para a conscientização da sociedade sobre este flagelo. Também propunha o desenvolvimento de projetos de tratamento e recuperação de viciados através da Organização Panamericana da Saúde.

Nos aspectos repressivos, recomendava a ampliação dos mecanismos de troca de informações, o estabelecimento de controles rígidos sobre a fabricação e comercialização de produtos químicos utilizados na produção de drogas e a erradicação

dos cultivos ilícitos.

Outro ponto substancial aconselhava a aprovação de leis que "permitam detectar os recursos depositados nas instituições financeiras por traficantes de drogas, possibilitar o confisco de bens provenientes do tráfico ilícito, independentemente do país de origem, e enquadrar como delito (...) o chamado *banho de bens* (...) provenientes do narcotráfico".

Mas o ponto de discórdia foi a proposta de criar um "fundo nacional para a prevenção do uso e combate ao tráfico ilícito de drogas" constituído, entre outros elementos, por "fundos e bens vinculados ao tráfico de drogas, confiscados pelas autoridades nacionais competentes".

Quando o projeto ia ser aprovado, o delegado do Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas, Giuseppe di Gennaro, se opôs. "Criar um fundo especial para este propósito — advertiu Di Gennaro — seria inadequado". Numa conferência de imprensa anterior, a delegação norte-americana já havia manifestado também sua oposição a tal iniciativa. "Dizem que se criamos um fundo podemos nos esquecer dos recursos da ONU", comentou furioso aos cadernos do terceiro mundo um diplomata latino-americano, que pediu para não ser identificado.

(R.S.)

García Meza e a máfia boliviana

Foi divulgado recentemente em La Paz um relatório secreto elaborado por um dos colaboradores imediatos do ex-presidente Luis García Meza, sobre um plano feito pelo então presidente da Bolívia e pelos mais importantes narcotraficantes do país para arrecadar, para o governo, a quantia de 200 milhões de dólares por ano.

O documento apresenta entrevistas de emissários de García Meza (que assumiu o poder através de um golpe de Estado, em 1982) com os "exportadores" de cocaína e revela que estes se queixavam ao presidente das extorsões de que eram objeto por parte do ministro do Interior, coronel Luis Arce Gómez e outros militares.

Na lista de "exportadores" de cocaína entrevistados por ordem do presidente, se destaca o nome de Wilden Razuk, um próspero milionário de Santa Cruz, ligado ao general Hugo Bánzer Suárez, com quem trabalhou entre 1971 e 1978. Razuk desapareceu em 1984, depois de espetacular sequestro realizado por desconhecidos em pleno dia.

O relatório revela também que os "exportadores" de cocaína concordaram em dar apoio ao ex-presidente com a condição de que este reprimisse os pequenos produtores e grantisse o funcionamento de fábricas com capacidade para produzir cinco toneladas mensais de droga.

A divulgação do relatório acontece no momento em que o general García Meza está sendo processado pela Suprema Corte de Justiça, entre outras coisas, por sua ligação com os narcotraficantes.

para o combate ao narcotráfico”.

Enquanto isso, a dependência de drogas se alastra pelos Estados Unidos, onde a terça parte da população já provou algum tipo de narcótico. Na realidade, o crescimento vertiginoso que o tráfico de drogas vem apresentando nos últimos anos se deve fundamentalmente ao aumento da demanda nos países ricos, sobretudo nos Estados Unidos.

E como assinalou recentemente na reunião do Rio de Janeiro o ministro da Justiça da Nicarágua, Rodrigo Reyes Portocarrero, a principal responsabilidade pelo combate ao narcotráfico “cabe aos países onde existem os maiores mercados para a droga, já que eles estimulam a produção, a comercialização e o consumo”.

Poder político e econômico

Desde o assassinato, há pouco mais de dois anos, do ministro da Justiça da Colômbia, Rodrigo Lara Bonilla, a audácia do desafio dos narcotraficantes só é comparável à impotência dos governos para encará-lo. A maior dificuldade reside, sem dúvida, no enorme poder econômico e político do narcotráfico. Enquanto Ronald Reagan insiste em procurar cocaína nas mochilas dos guerrilheiros latino-americanos, os dólares dos traficantes circulam livremente pelas veias do sistema financeiro norte-americano.

A DEA calcula o montante do dinheiro proveniente do tráfico de drogas nos Estados Unidos em cerca de 110 bilhões de dólares anuais, uma quantia superior à da dívida externa brasileira, a maior do Terceiro Mundo. Fica difícil para os traficantes manejar as somas astronômicas de que dispõem sem chamar a atenção, já que a lei norte-americana de



Os bancos suíços garantem o sigilo para o dinheiro ilícito

1970, sobre sigilo bancário, estabelece que os depósitos e transferências superiores a 10 mil dólares devem ser obrigatoriamente comunicados pelos bancos às autoridades.

Para muitos banqueiros, o crescente interesse do governo por informações não-rotineiras



Aumenta a procura de drogas

constitui uma ameaça à vida privada de seus clientes. William Brown, presidente do Bank of Boston, um dos redutos do dinheiro sujo, afirmou que “a lei de sigilo bancário não impõe nenhuma obrigação aos bancos nem lhes confere autoridade alguma para investigar as atividades dos seus clientes. Ir além do registro normal das contas e da verificação da identidade, constitui uma violação da vida privada”.

O *Financial Times*, por seu lado, destaca o papel de alguns bancos norte-americanos e paraísos fiscais no exterior, como Panamá e as ilhas Caymán, na “lavagem” do dinheiro ilegal. “As gigantescas somas envolvidas evidenciam que os dirigentes bancários podem ser subornados para encobrir grandes depósitos”, afirma.

Embora o problema só tenha começado a ser analisado pelos meios de comunicação nos últimos dois anos, já em 1980 o se-

nador William Proxmire, presidente da comissão de bancos do Senado norte-americano, afirmava que "seis entre cada dez bancos movem contas de traficantes".

A revista norte-americana *Executive Intelligence Review* (EIR) aponta a Merrill Lynch, uma das firmas de corretagem de valores mais importantes dos Estados

Unidos, como pioneira nas operações de lavagem de dinheiro. Na sua edição de 25 de abril passado, a EIR se refere à associação formada pela Merrill Lynch, a firma de corretagem de valores White & Weld, de Boston, e o

Os eurodólares
circulam através
do eixo
Zurique-Nova
Iorque

Crédit Suisse para dominar o mercado de 140 bilhões anuais de eurodólares, um dos principais refúgios do dinheiro sujo, a maior parte do qual provém do narcotráfico.

Na rota da heroína

Como exemplo das atividades do grupo, EIR cita o relatório emitido, em novembro de 1984, pela Comissão Presidencial sobre o Crime Organizado, sobre os serviços prestados pela Merrill Lynch ao ítalo-norte-americano Franco della Torre, gerente de uma

cadeia de pizzarias da máfia siciliana. Segundo a comissão, o dinheiro proveniente da heroína do Paquistão e do Afeganistão era transportado nos Estados Unidos diretamente do hotel de Della Torre até o Banker's Trust, onde a Merrill Lynch possui várias contas. Posteriormente, os fundos eram transferidos para o



Crédit Suisse, em Zurique. Em outras ocasiões, Della Torre levava bolsas repletas de notas de baixo valor para uma suíte do hotel Waldorf Astoria, onde eram depois recolhidas por altos executivos da Merrill Lynch.

A partir da década passada, a máfia siciliana relegou para um segundo plano o contrabando de cigarros para dedicar-se preferencialmente ao lucrativo tráfico internacional de heroína, que lhe proporciona ganhos avaliados, em um cálculo modesto, em torno de 40 bilhões de dólares anuais. A cifra é aproximadamen-

te igual ao montante que o Centro de Pesquisa para os Investimentos Sociais, da Itália, atribui ao tráfico ilegal de divisas praticado pela *Honorata Società*. Foi essa mudança de ramo que determinou a nova atitude do governo e do povo italiano com relação às atividades da máfia, que colocou entre grades mais de mil pessoas, entre elas, dúzias de cidadãos "ilustres".

Uma parte substancial dos vultosos lucros da Máfia, é "lavada" em contas numeradas em eurodólares que, como se sabe, são transações contábeis de moeda que, fisicamente, permanece nos Estados Unidos. Obviamente, a rota da heroína passa por muitos outros países europeus, mas o destino final dos recursos é invariavelmente os bancos de Wall Street através do circuito dos eurodólares, o eixo Zurique-Nova Iorque.

Há dois anos, a polícia italiana descobriu que o empresário belga Edmond Becket, presidente da IMC Belgium Metals PVBA, conhecido em meios industriais e financeiros como o "rei do alumínio", era também o "rei da heroína": Becket dirigia uma rede de traficantes e foi preso sob a acusação de ter "lavado" milhões de dólares que circulavam entre bancos dos Estados Unidos, Suíça e Itália.

Dólares e ouro

A partir da detenção do industrial belga, a polícia florentina descobriu várias dezenas de sociedades fantasmas, mais de 250 contas correntes com saldos de nove algarismos em dólares e depósitos de várias toneladas de ouro. A queda da ramificação italiana da rede de traficantes permitiu a prisão de Tommaso Spadaro, um dos *capos* da máfia siciliana.

Em junho do ano passado, o Bank of Boston foi multado em 500 mil dólares por ter recebido ilegalmente 1,2 bilhão do *capo* mafioso Gennaro Angiulo. Dessa quantia, 270 milhões foram transferidos para a matriz de Crédit Suisse. A multa pode parecer irrisória: 0,04% do valor dos dólares "lavados". Segundo a *EIR* o montante foi fixado pelo fiscal federal William Weld, filho de David Weld, sócio da White & Wel acima citada, associada ao Crédit Suisse.

Este último também formou

nem rosto, os eurobônus são um abrigo ideal para os narcodólares.

Nem todas as transações são efetuadas via Estados Unidos-Suíça. Empresas fantasmas do Panamá são destinatárias habituais de volumosas ordens de pagamento procedentes de Miami e Nova York.

A legislação sobre sigilo bancário das Antilhas Holandesas também é vantajosa para os que manejam dinheiro sujo. Em abril de 1983, a Comissão de Contas do Congresso norte-americano



Donald Regan: omissão

preservando assim para as ilhas a sua função de paríso fiscal e "lavanderia" financeira.

Os já citados não são os únicos bancos aos quais se destina o dinheiro do narcotráfico: no início deste ano, o Bank of America, o segundo dos Estados Unidos, pagou 4,7 milhões de dólares, a maior multa registrada até hoje, pelo ocultamento de 17 mil depósitos superiores a 10 mil dólares. Devido ao maior rigor no controle das contas, a poderosa instituição enfrenta hoje sérias dificuldades financeiras. E já em junho do ano passado, o Chase Manhattan, o Manufacturers Hanover, o Chemical Bank e o Irving Trust haviam pago multas entre 210 mil e 360 mil dólares pela mesma razão. Outros 35 bancos também foram punidos e mais de uma centena estão sendo investigados.

Contudo, nos círculos financeiros internacionais sabe-se que não será com multas que o sistema bancário norte-americano vai ser saneado. O volume de dinheiro ilícito que corrói sua estrutura é tão alto que leva a crer que ela ruiria sem os narcodólares. ●

Ricardo Soca

terceiro mundo - 71



Heroína: mais de 40 bilhões de dólares anuais para a máfia

uma *joint-venture* com o First Boston Corp. Durante 1985, a nova firma, Crédit Suisse-First Boston e a Merrill Lynch foram as empresas financeiras que captaram mais recursos no mercado de eurobônus: 19 bilhões de dólares a primeira e oito bilhões a segunda. Títulos ao portador, destinados a clientes sem nome

denunciava que essas ilhas eram "um refúgio para evasão de impostos e a 'lavagem' de dinheiro" e pedia ao então secretário do Tesouro, Donald Regan, que cancelasse os tratados fiscais com essa colônia holandesa. O atual chefe de gabinete de Ronald Reagan não atendeu as recomendações da comissão legislativa,

CHEGOU O GUIA DO TERCEIRO MUNDO 86!



São 620 páginas com informação atualizada, objetiva e independente de todos os países do mundo • Dados de história, economia, geografia e política • 110 páginas sobre o Brasil • Mais de mil mapas e gráficos • As organizações internacionais, como funcionam e porquê • O movimento dos países Não-Alinhados, informes e documentos inéditos • Impressão em papel de qualidade com acabamento reforçado (costurado e colado).

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a jornalistas, professores, parlamentares, estudantes, administradores, consultores e outros grupos profissionais • Necessário para industriais e comerciantes, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, salas de aula e mesa de trabalho.

Formas de pagamento: (assinale com um "X" sua opção): () 1 pagto. antecipado de Cz\$ 212,50. () Em 2 parcelas de Cz\$ 112,50. () pagto. por reembolso postal a Cz\$ 250,00.

Observações: 1—No pagamento antecipado remeta junto com o cupom cheque nominal ou vale postal (ag. central) 2—No caso de pagto. parcelado remeta a 1ª parcela junto com o cupom; a 2ª será paga no correio quando da retirada do Guia 3—Na entrega do Guia por reembolso postal ou 2ª parcela será cobrado o porte.

Segundo minha opção estou remetendo juntamente com este cupom (menos no caso do Guia por reembolso postal) o valor correspondente a Cz\$. por cheque nominal ou vale postal (ag. central) para Editora Terceiro Mundo Ltda. — Depto. Comercial, Rua da Lapa, 180 grupos 1105 a 1110 — Rio de Janeiro RJ — CEP 20021 — Tels.: (021) 222-5771 para a compra de Guia(s)/86.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Data: / /

Comprador

**E tem brinde! Na compra de 1 Guia ganhe
1 assinatura trimestral do semanário O PAÍS**

Rádios livres e vídeo popular

O movimento comunitário que nos últimos anos ganhou importantes espaços no Brasil, debate a situação dos meios de comunicação de massas e parte para novas iniciativas

O encontro "Ar Livre", realizado no Museu de Imagem e do Som (MIS), no Rio de Janeiro, entre 28 e 30 de maio, reabriu o debate sobre a democratização dos meios de comunicação de massas no Brasil. Coordenado pela diretora da oficina de pesquisa do MIS, Elizabeth Formaggini, e por Paulo Martins, que desenvolve um projeto da Rádio Nacional dentro do Museu, o encontro fez um inventário da produção independente de rádio e vídeo e trouxe à tona a discussão sobre a situação dos meios de comunicação no Brasil.

O "Ar Livre" foi organizado com o objetivo de aproximar grupos que desenvolvem projetos de rádios livres (rádios que funcionam ilegalmente) e vídeos independentes, para avaliar suas dificuldades e ampliar o debate sobre a democratização do acesso aos meios de comunicação. Durante o encontro, professores, jornalistas, estudantes, cineastas, políticos, entre outras categorias, lotaram o auditório do MIS, discutindo os principais problemas da comunicação de massas no Brasil.

O aparecimento das rádios livres (ver Quadro), a estruturação do movimento de vídeo popular

e a proximidade das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte deram novo alento aos grupos políticos que tentam modificar a legislação atual, resumida na lei 4.117, uma emenda constitucional feita em 1967, que coloca exclusivamente na alçada do presidente da República o poder de decisão sobre a concessão dos canais de rádio e televisão. Essa situação gerou a concentração do sistema, de um lado nas mãos do Estado e, do outro, em poder das grandes empresas de comunicação do país.

As poderosas famílias

Na abertura do encontro, o professor e escritor Muniz Sodré abordou o problema: "Todo poder político, hoje, é atravessado pelos meios de informação. Os meios de comunicação de massas no Brasil são controlados ferozmente por famílias travestidas de sociedades anônimas. São essas famílias que também controlam o Estado e dele recebem as benesses da distribuição do espaço eletromagnético do país".

O setor das telecomunicações foi um dos que mais se expandiu após o golpe de Estado de 1964, tendo alcançado em 1985 um índice de crescimento de 16%.

Sergio Zveiter, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no encontro, disse que mesmo diante da possibilidade da próxima Assembléia Nacional Constituinte ser limitada e conservadora, a sociedade deve se articular para eleger parlamentares comprometidos com a mudança da legislação atual para os meios



Magri e Marzagão: invadindo as frequências controladas pelo Estado

As rádios livres

As rádios livres surgiram como um dado novo dentro do processo de luta pela democratização dos meios de comunicação de massas no Brasil. Elas invadem as frequências controladas pelo Estado e pelas grandes empresas, colocando no ar informações que são boicotadas por eles.

Segundo o professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Arlindo Machado, elas apanharam a legislação de "calças curtas". O Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) e o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), órgãos encarregados do controle e da fiscalização da rádio e difusão no país, têm preferido ignorar o problema.

Exceto uma *blitz* feita há alguns meses na PUC para confiscar os transmissores da rádio "Xilik", não se sabe de outras intervenções.

"Estação da Luz", "Xilik", "Tereza", "Possei-

ros Urbanos de Goiás", "Invasão", são algumas rádios livres em funcionamento no Brasil. A luta do movimento sindical, das associações e pastores de defesa da terra, do movimento de contestação racial e das minorias sexuais, assim como a difusão de música popular fazem parte dos temas abordados pelas rádios alternativas.

O Estado de São Paulo é o que conta com o maior número de rádios livres funcionando. Compareceram ao encontro Caio Magri, diretor da "Xilik", Marcelo Marzagão, da "Invasão", e Rubens Lazarini, organizador da "Tereza". Caco Ferrugem foi o representante de Minas Gerais, que tem duas rádios funcionando precariamente em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, o movimento ainda está se organizando: já existem algumas emissoras fazendo transmissões, porém os grupos ainda estão muito isolados. A situação pode mudar com a decisão adotada, após o encontro, de criação de uma cooperativa de rádios livres no Rio de Janeiro.

O movimento de vídeo popular

O movimento de vídeo popular começou em 1981, com a TV Olho de Nova Iguaçu e o Centro de Educação Popular de São Miguel Paulista. Três anos depois, 40 grupos de todo país realizaram um encontro em São Bernardo do Campo, São Paulo, fundando a Associação de Vídeo do Movimento Popular (ABVMP) e inaugurando uma nova fase na produção de vídeo independente no Brasil.

Luiz Fernando Santoro, atual presidente da associação, em sua exposição no MIS, disse que o movimento de vídeo popular vem se estruturando de forma lenta, mas não há dúvidas que ele criou uma nova mentalidade nas pessoas e nos grupos que se propõem a trabalhar nessa área. Resolver em curto espaço de tempo os problemas de produção, distribuição e circulação dos trabalhos tem sido a principal preocupação da ABVMP. Para isso a Associação vem organizando cursos de capacitação técnica e mostras de vídeos, assim como estruturando associações estaduais e seminários para troca de experiências.

Santoro acha que os grupos comunitários devem pensar não apenas em exibir suas produções

em pequenos circuitos, mas também atentar para a possibilidade de alugar horários nas programações das grandes emissoras. No "Ar livre" discutiu-se, por exemplo, o uso da TV Executiva, um sistema montado pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em microondas, que é capaz de interligar simultaneamente mais de 40 auditórios em todo o país.

Muitas experiências de vídeo independente foram apresentadas no encontro do MIS. Estiveram presentes a TV Maringá, o Projeto Papucáia, a TV Indígena, o Espaço Comunitário da TV Educativa (TVE), Os Amigos do Morro de Santa Marta, a TV Comunitária de Nova Iguaçu, dentre outros grupos. Os trabalhos desenvolvidos por estas entidades vai desde programas sobre a saúde comunitária, como no caso de Projeto Papucáia, a filmes desenvolvidos pelo índios do Xingu na sua TV Indígena. Nesta experiência, os índios documentam suas atividades culturais, políticas e religiosas para intercâmbio com outras aldeias.

Alguns desses vídeos serão mostrados no Festival do Novo Cine Latino-Americano, no mês de dezembro, em Havana. O festival está sendo organizado pelo Instituto Cubano de Rádio e Televisão (ICTR) e pelo Instituto Cubano de Artes e Indústria Cinematográfica. Esta será a primeira vez que o evento incluirá mostras de vídeo popular.

de comunicação. Segundo ele, a legislação em vigor é muito ampla, dando margem a interpretações desencontradas e manobras políticas.

Dois propostas concretas de alteração da lei foram aceitas com unanimidade pelos participantes do "Ar Livre": a reserva de 30% dos canais de rádio e televisão para uso exclusivo das entidades comunitárias e a retirada da alçada do presidente da República do direito de fazer as concessões. Elas passariam a ser outorgadas pelo Congresso, com prévia consulta ao Conselho Nacional de Rádio e Difusão, formado pelas entidades representantes da sociedade civil.

O candidato a deputado federal constituinte pelo PT do Rio de Janeiro, Lizist Vieira, acredita



O encontro no MIS reabriu o debate sobre a democratização dos meios de comunicação de massas no Brasil

que este modelo participativo junto com o projeto "libertário" das rádios livres é o mais viável para a atual conjuntura brasileira. "O debate sobre a democratização dos meios de comunicação

está apenas se iniciando. Continuará principalmente depois do dia 15 de novembro para que se possa pressionar mais os constituintes eleitos", concluiu. ●

Carlos Miranda

Notas de Comunicação

Prensa Latina premia jornalistas

Promovido pela primeira vez pela Agência Prensa Latina, de Cuba, o Prêmio José Martí foi ganho pelos jornalistas Guillermo Cortez Domínguez (Nicarágua), Arturo Lozza (Argentina) e Ignacio González Janzen (Argentina-México), entre 160 trabalhos apresentados por jornalistas de nove países latino-americanos.

Segundo o resultado final, o trabalho de Cortez Domínguez — sobre os inimigos da revolução sandinista — contribuiu para o conhecimento de um dos maiores conflitos do nosso tempo, através de uma pesquisa direta e com uma atraente apresentação do tema.

Arturo Lozza foi premiado

por uma reportagem efetuada no interior do Chile, onde encontrou fontes de difícil acesso, enquanto González Janzen mereceu o reconhecimento por seus artigos sobre a intervenção norte-americana na América Latina.

Foi ainda concedido um prêmio especial ao diário nicaraguense *Barricada* pela qualidade de seu trabalho jornalístico e três menções como reconhecimento do trabalho profissional do mexicano Manuel Blanco; a nicaraguense Sofia Montenegro e o panamenho James Aparicio.

O júri do Prêmio José Martí de Jornalismo teve o argentino Rogelio García Lupo como presidente e foi composto por: Lisandro Otero e Jorge Timossi (Cuba), Gregorio Selser e Fernando Birri (Argentina), George Lamming (Barbados), Ernesto González Bermejo (Uruguai),

Hector Mujica (Venezuela), Juan Gargurevich (Peru), Miguel Urbano Rodrigues (Portugal) e Aroldo Wall (Brasil).

Os vencedores dos três prêmios receberão 500 dólares e visitarão Cuba durante uma semana, com todas as despesas pagas. No concurso foram apresentados materiais de diversos gêneros, tanto da chamada imprensa alternativa como de diários privados, destacando-se uma notável participação de jornalistas que trabalham em órgãos do interior e não apenas nas grandes capitais.

Os membros do júri, em sua ata final, expressaram a confiança de que no próximo concurso, em 1987, participem também jornalistas do Brasil, cuja imprensa é considerada como das mais qualificadas da região. (Exclusivo da PELA para cadernos do terceiro mundo).

O tempo e os problemas do nosso povo não param de crescer. Impõe-se que, cada vez mais, um maior número de pessoas

desperte este país, discuta o Brasil, mas em alto e bom tom, com os pés no chão. Comece por você, já!

TERRA FIRME

REVISTA TRIMESTRAL

Junte ao(s) pedido(s) cheque nominal ou vale postal (ag. central) no valor correspondente.

SE VOCÊ CONSEGUIR	GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas de Terra Firme	1 LP de "Radamés Gnattali"
2 assinaturas de Terra Firme	1 assinatura trimestral de O País
1 assinatura de Terra Firme	04 semanas de O País

OBS.: assinatura p/ exterior: US\$ 25.

Cupom de Brinde

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom.
(a 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.

Data: / /

Assinatura do comprador

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Tel.:
Estado: Cep: Profissão:

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom.
(a 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.

Data: / /

Assinatura do comprador

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Tel.:
Estado: Cep: Profissão:

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom.
(a 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.

Data: / /

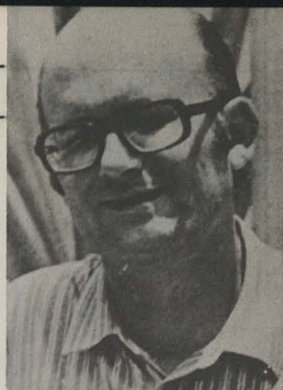
Assinatura do comprador

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Tel.:
Estado: Cep: Profissão:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ em () cheque nominal ou () vale postal - ag. central - em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.
Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa do brinde a que tenho direito assim que os mesmos estiverem totalmente quitados.

Nome:
Endereço:
Estado:
Cidade:
Cep:
Tel.:
Profissão:

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Depto. Comercial, Rua da Lapa, 180 grupos 1105 a 1110 - Pão de Açúcar - RJ - CEP 20041 - Tels.: (021) 222-5771/252-7440



Edouard Bailby

Sobre a imprensa norte-americana

Fala-se com frequência na objetividade da imprensa norte-americana e na seriedade das suas análises. Para muitos, ela constitui o melhor exemplo do que deve ser o jornalismo no mundo moderno.

Em termos técnicos, não há dúvida de que os periódicos dos Estados Unidos são relativamente bem feitos, sobretudo se os compararmos com a imprensa dos países em desenvolvimento que carecem de recursos financeiros e profissionais. Mais importante ainda: o pluralismo das opiniões é uma exigência democrática reconhecida por lei. Todas as condições, pois, estão reunidas para que uma informação honesta e equilibrada circule continuamente nos Estados Unidos.

O pluralismo e a técnica, entretanto, não bastam para que a opinião pública esteja corretamente informada do que acontece dentro e fora do seu país. Através das cadeias de jornais, cidadãos ou grupos econômicos têm a possibilidade de editoriar as notícias e exercer desta maneira uma influência decisiva

sobre a divulgação do que lhes interessa. Além de deturpar ou interpretar os fatos segundo as necessidades do momento, existe ainda outro recurso para orientar a opinião pública: o silêncio. Parece inacreditável que isto aconteça numa época em que as telecomunicações, facilitadas pelo lançamento dos satélites, põem ao alcance imediato de qualquer jornal ou estação de rádio as menores notícias. Mas a verdade é que a manipulação da informação, se bem que mais sofisticada, continua sendo uma arma poderosa.

Vejamos um exemplo concreto do que estamos afirmando.

Sabemos como o governo do presidente Ronald Reagan, depois de formular com insistência uma série de críticas ao funcionamento e às orientações da Unesco, acabou por se retirar da organização internacional em 19 de janeiro de 1985. Esperava-se que a imprensa dos Estados Unidos fosse a seguir acompanhar a evolução dos acontecimentos e informar os seus leitores sobre as reformas empreendidas. Não foi o que aconteceu.

Basta analisar, com efeito, a cobertura da última Conferência Geral da Unesco que se realizou em Sófia, capital da Bulgária, de 8 de outubro a 9 de novembro do ano passado. Verdadeiro parlamento de todos os Estados-membros (161 antes da retirada dos Estados Unidos), a Conferência Geral reúne-se a cada dois anos para tomar decisões soberanas sobre o programa de atividades e o orçamento. Neste sentido, a reunião de Sófia foi importante porque dos mais de 100 projetos de resolução apenas dois tiveram de ser submetidos à votação. Por outro lado, pela primeira vez em muitíssimos anos, o orçamento foi aprovado por unanimidade, inclusive pelo Reino Unido que, no entanto, deixou sem nenhum complexo de culpa a Unesco poucas semanas depois.

Pois bem, sobre a conferência que durou pouco mais de um mês, com a participação de 98 ministros e 47 personalidades de nível ministerial num total de 1.872 delegados, a imprensa norte-americana pouco escreveu. Vale lembrar a respeito o comentá-

Ponto de vista

rio de Leonard Sussman, que nunca escondeu a sua oposição à Nova Ordem Informativa Internacional (Noii) patrocinada pela Unesco, na revista *Freedom at Issue* (janeiro/fevereiro de 1986).

Diretor executivo da Freedom House e até recentemente vice-presidente da Comissão Nacional dos Estados Unidos para a Unesco, Sussman sublinhou o seguinte: "A cobertura da imprensa norte-americana em relação à conferência foi insuficiente e mal informada. Apenas os primeiros e os últimos dias da reunião foram noticiados, com artigos de caráter especulativo essencialmente negativos. O *New York Times* iniciou a cobertura com uma nota curta, porém errônea, afirmando que Mahtar M'Bow tinha aumentado o seu salário ao mesmo tempo em que despedia centenas de funcionários. O *Wall Street Journal* publicou o mesmo tipo de notícia". Restabelecendo a verdade sobre este e outros fatos, o diretor executivo da Freedom House admitiu honestamente que a imprensa do seu país não cumpriu com seriedade o seu papel informativo.

De fato, dos 367 artigos e editoriais publicados nos jornais dos Estados Unidos, em novembro e dezembro de 1985, a respeito da conferência de Sófia, menos de 5% trataram de temas relaciona-

dos com as atividades da Unesco nos campos da sua competência: educação, ciência, cultura e comunicação. Quase todos abordaram temas conflitivos tais como a retirada do Reino Unido, o futuro dos funcionários norte-americanos dentro da organização, a política do diretor geral, Amadou Mahtar M'Bow, as relações com Washington, etc.

Segundo um levantamento feito pelo escritório da Unesco, em Nova York, 93 dos 109 editoriais publicados nesse período pronunciaram-se contra a organização internacional. Mais interessante ainda: apenas 5 editoriais, além dos 16 publicados em outubro, mencionaram a Conferência Geral em Sófia.

Isto quer dizer que a imprensa dos Estados Unidos, em vez de noticiar os debates da reunião, explicando aos seus leitores as decisões que estavam sendo tomadas para melhorar o funcionamento da Unesco e levar adiante importantes projetos em todo o mundo, preferiu editorializar os seus artigos. Em outras palavras, ela fez exatamente o contrário do que pregam os seus mais ardorosos defensores: opinou em vez de informar. Onde está a chamada objetividade jornalística?

Além do caráter sistematicamente hostil da maioria dos artigos, convém observar que uma

série de jornais norte-americanos publicou nessa ocasião editoriais idênticos, como se cada um deles houvesse sido redigido pelo seu próprio corpo redacional. É uma prática que tampouco corresponde à ética de uma imprensa livre e pluralista. Respondendo em editorial a uma carta de protesto contra semelhante método, um pequeno jornal do Kentucky, o *Paducah Sun-Democrat*, com tiragem de 30 mil exemplares, começou por atacar a Unesco antes de admitir que estava errado. "De agora em diante, concluiu, tudo o que for publicado nestas colunas será escrito por nossos próprios editorialistas ou por um autor claramente identificado".

Infelizmente inúmeros jornais dos Estados Unidos continuaram publicando o mesmo editorial, sem assinatura, como se este fosse original e único. Assim trabalham certos grupos de imprensa para moldar a opinião pública segundo os seus interesses.

Edouard Bailby

* O autor é chefe de imprensa da Unesco e ex-redator do *L'Express* em Paris; jornalista francês, viveu muitos anos no Brasil nas décadas de 50 e 60, tendo colaborado em vários jornais, particularmente na "*Última Hora*", na época de Samuel Wainer.

Notas de Comunicação

As mulheres latino-americanas e os meios de comunicação

A necessidade de criar um vínculo institucional entre as mulheres jornalistas da América Latina, comprometidas com a difusão da luta dos nossos povos para a conquista da paz — e principalmente do papel decisivo da mulher nesses movimentos —, foi a conclusão principal do 1º Encontro de Mulheres Jornalistas da América Latina e do Caribe, realizado entre os dias 17 e 19 de abril passado, na Nicarágua.

Organizado pela Frente Continental de Mulheres contra a Intervenção (FCMCI), presidida pela comandante Doris Tijerino, o encontro contou com a participação de mais de 80 profissionais da área da comunicação social, provenientes da Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Colômbia, Chile, República Dominicana, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, El Salvador e Uruguai.

Os debates estiveram divididos em três comissões de trabalho, nas quais se discutiu o papel da mulher nos meios de comunicação, a luta das jornalistas por uma Nova Ordem Informativa Internacional (Noii) e a utilização da imagem da mulher com fins desinformativos, em particular no tocante à problemática centro-americana. No entanto, o tema do bloqueio informativo para com nossos povos foi o principal tópico nos três grupos.

A denúncia desse bloqueio,

que havia sido um dos temas da reunião da FCMCI realizada em junho de 1985, em Havana, se tornou mais urgente nesta ocasião, diante das consequências que ele acarreta particularmente agora para o país sede do encontro.

O compromisso de levar à prática uma batalha diária pela Nova Ordem Informativa Internacional (Noii) e, por extensão, a difusão das lutas dos povos latino-americanos por suas reivindicações históricas, foram destacados pelas 16 delegações presentes, apesar das diferentes filiações políticas de seus integrantes.

Coincidiu-se, ainda, em intensificar o apoio ao trabalho de mulheres jornalistas das zonas de maior conflito na América Central, que devem exercer sua profissão sob regimes militares.

A reconquista da democracia no Uruguai, Argentina e Brasil foi avaliada como um passo importante, não só para uma maior liberdade de imprensa nesses



Comandante Doris Tijerino



países, mas também porque essas mudanças permitiram às jornalistas ocupar posições destacadas nos meios de comunicação. O exemplo mais significativo dessa conquista é a transformação da Rádio Belgrano da Argentina em um meio de comunicação dirigido exclusivamente por mulheres¹, decisão que partiu do próprio presidente Raúl Alfonsín.

As mulheres jornalistas latino-americanas fizeram também um reconhecimento ao trabalho das correspondentes operárias nicaraguenses, algumas das quais participaram do evento. Também se referiram às profissionais que cumprem tarefas de assessoramento nos meios de comunicação de base, especialmente no setor sindical, experiência que se registra em vários países do continente.

O encontro de Manágua decidiu também criar uma seção de comunicação da Frente Continental de Mulheres. Essa seção deverá recopilar e divulgar todo tipo de informação sobre o trabalho social das mulheres do continente e suas principais conquistas.

Mónica Bottero

¹ Sob a coordenação da jornalista Julia Constenla, fundadora dos cadernos do terceiro mundo.

A volta de *Crisis*

O escritor uruguaio Eduardo Galeano, diretor do primeiro período dessa revista, lembra o ímpeto e os motivos daquele empreendimento que hoje retoma o seu caminho

Está circulando novamente em Buenos Aires, desde abril passado, a revista *Crisis* que constituiu um marco entre as publicações latino-americanas dedicadas à cultura, entre 1973 e 1976, quando foi obrigada a fechar devido ao cerco da ditadura militar argentina.

Nesta nova etapa, *Crisis* aparece sob a direção de Vicente Zito Lema, juntamente com outros sobreviventes da equipe inicial, como Osvaldo Soriano e Eduardo Galeano, o primeiro diretor da revista, que exercem agora a função de assessores edi-

toriais.

Da mesma forma que outros empreendimentos jornalísticos daquele período de mobilização popular e duras batalhas políticas, *Crisis* foi uma aventura e um risco, tanto em termos editoriais como pessoais, realizados de uma maneira criativa e consciente por parte de todos os seus protagonistas.

Uma conversa que cadernos

do terceiro mundo teve com Eduardo Galeano em Montevideu, onde ele agora é encarregado da edição do semanário *Brecha*, continuador do legendário *Marcha* de Carlos Quijano, permitiu que se resgatasse momentos marcantes daquela experiência.

Discutir com a censura

“O que aconteceu é que depois do golpe a equipe da revista ficou desintegrada e além de tudo *Crisis* foi proibida — explica Galeano — mas assim mesmo procurava continuar saindo.

“Curiosamente — nos diz —, devido à estrutura federal argentina ela foi sendo vetada de pro-

víncia em província e acabou proibida em

todo o país, menos na capital federal, onde levá-la consigo equivalia a um porte de armas. Líamos nos jornais que havia sido descoberto ‘um ninho de subversão’ e a prova consistia em que haviam sido encontrados exemplares da revista. Enquanto isso nós, em teoria, tínhamos existência legal.

“As coisas já tinham chegado a um nível de tensão impossível de suportar. Vários de nossos companheiros tinham sido sequestrados e presumivelmente assassinados, como Conti (Haroldo Conti)



Os dois primeiros números de *Crisis*, em sua segunda etapa

ti) e outros, alguns estavam presos e éramos poucos os que sobreviviam. A situação era politicamente insustentável e economicamente também, mas continuávamos indo à Casa Rosada discutir com o chefe da censura, que era um capitão da marinha, vendo em que medida podíamos sobreviver.”

O cerco era cada vez mais estreito. “De cada três artigos, dois eram recusados pela censura — conta Galeano —, e além disso o novo código, que se chamava algo assim como regulamento geral para meios de comunicação, impedia as reportagens de rua e as opiniões não-especializadas. Isto significava uma sentença de morte contra a revista, porque nessas condições *Crisis* deixava de ter sentido. Tentamos de todos os modos continuá-la e quando nos demos conta de que já não se podia sobreviver com dignidade, preferimos morrer de pé”.

Sobre outras batalhas

A teimosia de *Crisis* em sobreviver se assemelha a outras experiências, como a do jornal *Epoca* de Montevidéu, do qual Galeano foi diretor com apenas 24 anos. É lembrada a ocasião em que se incendiaram as oficinas daquele jornal: “A tremenda desgraça que foi o incêndio nos redobrou as forças quando já estávamos exaustos”, comenta Galeano e relata o encontro, cerca de 15 anos depois, em Hamburgo, com o ex-diretor da CIA no Uruguai, Phillip Agee. “Vocês incendia-

R. BISSO



Galeano: “a cultura é algo que todos criam”

ram o jornal?”, perguntou Galeano. “Não, nós até queríamos fazer isso, vontade não nos faltava, mas foi um acidente” — respondeu Agee. “O que tínhamos planejado fazer não era um incêndio, mas uma operação que podia ser mais eficaz e menos espetacular”.

O arrependido ex-agente contou então que eles tinham recebido dos quartéis-generais da CIA uma tinta especial que, aplicada sobre a rotativa do jornal, a estragaria para sempre. Funcionaria primeiro como uma tinta normal, mas continha um ácido que fazia efeito em 24 horas. A CIA, porém, não conseguiu introduzir no *Epoca* um operário de sua confiança para colocar a tinta na rotativa.

“Eu sei porque não conseguiram penetrar — explica Galeano. Nós tínhamos naquele período um excelente sistema de controle, a cargo de gente muito esperta. Gente como,

por exemplo, Gerardo Gatti nas oficinas e como o engenheiro Manera Lluveras, que era capaz de transformar um telefone em uma linotipo ou uma linotipo em um telefone. Eles tinham também a inteligência e o olfato necessários para não deixar os espões passarem da porta.”

A idéia motriz de *Crisis*

“Eu diria que a diferença fundamental era entre uma concepção tradicional de cultura como *consumo* e uma concepção nova de cultura como *criação*”, nos diz Galeano, para expressar a idéia motriz de *Crisis*.

“Diante da idéia de que a cultura é algo que na América Latina poucos consomem e muitos deveriam consumir — que era a idéia tradicional inclusive da esquerda — nós imaginávamos uma concepção nova segundo a qual a cultura é algo que todos criam e que todos devem criar, com recursos que até agora estão sendo negados à maioria. Um camponês analfabeto do nordeste do Brasil também gera cultura e a questão é colocar os meios de produção e de difusão de cultura à disposição da sociedade em seu conjunto, pois eles normalmente estão em mãos de uma minoria. Ou seja, na sociedade capitalista tal qual existe agora, a cultura — que deveria ser um direito coletivo — é o privilégio de uma minoria.”

Sobre a postura político-partidária de *Crisis*, Galeano diz que “sempre foi independente e agora também continua sendo”.

“Um ato de fé na palavra humana”

Fragmentos do primeiro editorial da segunda fase de *Crisis*, escrito por Eduardo Galeano: “*Crisis* foi um grande ato de fé na palavra humana solidária e criadora, a palavra que não soa por soar, a que é voz e não eco. Por acreditar na palavra, nessa palavra, *Crisis* disse o que disse e foi odiada e perseguida por aqueles que praticam a mentira na cultura, a fraude na política e a trapaça na economia. Por acreditar na palavra, nessa palavra, *Crisis* escolheu o silêncio. Quando a ditadura militar a impediu de dizer o que tinha que dizer, negou-se a continuar falando.”

“Só por ignorância ou má-fé se poderia insultar *Crisis* chamando-a de imparcial. Não fizemos uma revista inocente: não acreditávamos e não acreditamos que os ventos do espírito e não acreditamos que os ventos do espírito soprem acima das contradições do mundo. Agora que a moda manda regar as flores dos jardins *Crisis*.”

Trata-se de “uma revista de esquerda que procura atuar sobre a realidade a partir de dentro e não de fora. Transformá-la a partir do que a própria realidade mostra. Não impor à realidade esquemas que possam se converter em camisas de força, que a asfixiem em vez de alterá-la, mas buscando as chaves da transformação dentro da própria realidade. A revista poderia ser definida como antiimperialista e de orientação socialista, mas socialista com os pés no chão, que busca as raízes da mudança social no âmago destas terras latino-americanas, sem negar naturalmente a herança universal. *Crisis* estava e está aberta a todos aqueles que nos ajudem a atuar, a nos encontrar e a encontrar o caminho. Não nos parecem dignas de crédito as vozes que vêm dos países centrais e que tratam o Terceiro Mundo como se fosse uma região habita-

82 – terceiro mundo

da Ordem, convém recordar que *Crisis* teve o costume subversivo de tomar partido entre os condenados da terra e os que vivem às suas custas entre a liberdade do povo e a liberdade do dinheiro, entre o projeto de pátria e a modernização imitadora que converte o mundo inteiro num vasto subúrbio de Dallas. *Crisis* nunca foi porta-voz de partido, nem boletim de paróquia, mas sempre praticou a cultura como perigosa aventura de transformação da realidade.”

“*Crisis* havia surgido na crista da onda de uma poderosa maré popular de transformação da realidade latino-americana. Essa maré e as ditaduras militares que lhe deram uma resposta feroz marcaram a década de 70. O ano de 1973, que deu origem a *Crisis*, foi na Argentina um ano de entusiasmo criador. Agora que está na moda reduzir o período anterior à ditadura a simples terrorismo, cabe lembrar que *Crisis* foi um dos resultados daquele bonito impulso de mudança. Muitos certamente tiveram que pagá-lo com a vida. E entre eles, muitos companheiros de *Crisis*.”

da por débeis mentais. Essas coisas não nos servem”.

“Os músculos secretos”

Na sua primeira etapa, *Crisis* se tornou possível graças ao apoio de Federico Vogelius, um industrial argentino que a financiou, dando total liberdade aos seus realizadores. “Ele se manteve o tempo todo ao nosso lado, participou como o melhor dos companheiros e como o mais ativo sendo um homem cuja situação social e econômica aparentemente não tinha muito a ver com isso”, diz Galeano.

Para o escritor uruguaio, uma das melhores lembranças de sua vida é o seu reencontro com Vogelius, em 1979, em Londres, quando este acabava de passar dois anos preso por causa da revista. “Eu o acompanhei ao dentista, porque tinha os dentes moles por causa dos choques elétricos – relata Galeano. Tinham

lhe aplicado choques elétricos para que dissesse que *Crisis* era um órgão guerrilheiro, dos montoneros ou do ERP. Ele se manteve firme, não disse nada do que queriam que dissesse. O dentista lhe disse que perderia os dentes e ele respondeu que não importava, que com dentadura postiça também se podia viver.”

“Vogelius morreu agora – acrescenta Galeano. Os médicos achavam que não passava de outubro do ano passado, mas ele disse que não ia morrer enquanto *Crisis* não voltasse a sair. Aparentemente ao relançamento de *Crisis* morreu. Incrível, não? São os músculos secretos, as pessoas têm músculos secretos. Vogelius demonstra isso. Alguns chamam a isso alma, outros consciência. A razão não explica, mas isso não quer dizer que não seja real. Não quer dizer que não exista.”

O Colégio da Liberdade

Em Morogoro, a 190 km a oeste de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, longe do campo de batalha, o Congresso Nacional Africano (ANC) instalou sua principal escola de formação de jovens

O Colégio da Liberdade Solomon Mahlangu — nome de um estudante de Soweto condenado à morte pelo regime de Pretória em abril de 1979 — foi inaugurado oficialmente pelo ANC em território da Tanzânia, em agosto do ano passado.

Mas sua história remonta a 1969, quando chegaram a Dar-es-Salaam os primeiros exilados do regime do *apartheid* e se encarre-

garam de uma fazenda, cedida pelo governo de Julius Nyerere, a Mazimbu Farm.

A necessidade de proporcionar educação sistemática aos jovens exilados sul-africanos — sobretudo a partir dos acontecimentos de 1976 no bairro negro de Soweto, quando o número de perseguidos políticos começou a crescer aceleradamente — levou os dirigentes do ANC a

transformar a velha plantação de sisal em um complexo agro escolar-modelo. Atualmente, o complexo abriga em torno de 700 estudantes sul-africanos, negros e de origem indiana.

O Colégio Solomon Mahlangu prepara seus alunos para servir em todas as esferas da nova sociedade que aspiram a construir no futuro na África do Sul, quando for conquistado um governo de maioria. Esses jovens são educados com um alto sentido de compromisso com seu povo e dedicação à causa da libertação de sua pátria do sistema do *apartheid*.

“Não se fornece instrução militar no colégio — declaram seus responsáveis — embora o regime de Pretória se valha dessa mentira, que divulga nos meios de comunicação sob seu controle, para confundir e tentar diminuir o apoio que a iniciativa está recebendo”.

A educação propriamente dita abrange os dois primeiros ciclos do ensino e o treinamento de mão-de-obra especializada, incluindo ainda cursos de alfabetização de adultos, com programas e textos adaptados à realidade dos alunos e sua futura integração social.

As condições de vida dos alunos do Colégio da Liberdade superam amplamente o ní-

O objetivo do Colégio da Liberdade é formar o “homem novo”



vel habitualmente encontrado na maior parte dos países africanos: uma grande biblioteca, quatro laboratórios de química e física, uma clínica e áreas para esportes.

Ao lado do colégio, uma granja-piloto emprega cerca de 250 operários tanzanianos, contando com duas ceifadeiras mecânicas e 15 tratores, condições técnicas que contrastam com o meio circundante, onde os camponeses ainda trabalham a terra com o arado.

"Já somos auto-suficientes em milho, fava, sorgo, carne de porco e 40% dos legumes. Estamos inclusive em condições de vender excedentes no mercado", diz o administrador do colégio, M. Tim Waseko.

O complexo compreende além disso uma creche infantil, uma oficina mecânica e outra de costura, onde se confeccionam os

uniformes dos alunos, assim como uma pequena fábrica de bolsas e calçados de couro.

Ocupando um terreno de 1.400 hectares, o custo atual das instalações do colégio é estimado em cerca de cinco milhões de dólares, produto das doações recebidas pelo ANC da própria Tanzânia, da União Soviética e Alemanha Oriental, dos países escandinavos, de organizações não-governamentais e dos movimentos de solidariedade.

O enfoque educativo

"Nosso objetivo é abolir o sistema de educação racista, que mantém a maioria negra em um perpétuo estado de servilismo, dando aos jovens livre acesso à cultura, primeiro à sua própria e depois à dos demais", explica Waseko.

Antes de ingressar no ensino

secundário, os alunos recebem um reforço em inglês, matemática e ciências em geral, matérias não desenvolvidas pela educação do *apartheid* para dificultar a comunicação e o próprio desenvolvimento cultural das comunidades negras.

O ANC seleciona rigorosamente o corpo de professores do colégio, formado por sul-africanos e voluntários dos países que apóiam o projeto, que procura desenvolver nos jovens um comportamento altruísta, de responsabilidade por si mesmos e solidariedade para com os demais.

Em última instância, o Colégio da Liberdade aspira a formar o "homem novo" que tomará em suas mãos, futuramente, os destinos de um país finalmente liberto do infame regime de exploração e discriminação imposto pelo *apartheid*.

V.B.

Notas de Cultura

"Deixa eu dançar" no João Caetano

"Deixa Eu Dançar", uma campanha lançada por 18 companhias independentes de dança do Rio, com apoio das secretarias municipal de Cultura e de Estado de Ciência e Cultura e da Fundação Artes do Rio de Janeiro (Funarj), programou uma série de espetáculos, no Teatro João Caetano, que se estenderá até o próximo mês de outubro, com espetáculos de quinta a domingo.

Fazem parte do projeto as seguintes companhias: Andanças, Atores e Bailarinos, Cia. Ballet do Terceiro Mundo, Ballet Oficina do Rio de Janeiro, Coringa

Grupo de Danças, Dança Câmera Rio, Studio Lourdes Bastos Cia. de Dança, Nós Da Dança, Ballet Contemporâneo do Rio. Cia. Teatro Dança Jonas Dalbecchi, Vacilou Dançou, Grupo de Artes Ilê-Ofê, Ballet Elisabeth Oliosi e Grupo de Danças Saphi.

Direitos autorais para grupos que lutam contra Pinochet

O escritor e poeta chileno Ariel Dorfman doou os direitos de seu último livro *Pastel de Choclos* ("Pastel de milho") às organizações que se dedicam à ajuda e defesa "dos que sofrem em minha pátria", entre elas a "Com-

partiendo la Mesa Juntos". A obra descreve as dramáticas situações vividas pelos opositores presos e desaparecidos durante o governo do general Pinochet.

Um médico e um advogado da entidade religiosa encontraram-se detidos e incomunicáveis em Santiago, onde respondem a processo, sob a acusação do Ministério do Interior de terem prestado ajuda médica e logística a um suposto participante de um atentado em que morreram um policial e um civil.

O escritor, que exilou-se na Holanda logo após o golpe militar de 1973, voltou recentemente ao Chile.

"Compartiendo la Mesa Juntos" é uma organização criada pela população marginal da capital

Casa das Américas institui prêmio especial Che Guevara

A Casa das Américas e o Centro de Estudos sobre a América, em comemoração do vigésimo aniversário da morte de Ernesto "Che" Guevara, em 1987, e outros revolucionários latino-americanos, decidiram criar, paralelamente ao Prêmio Casa das Américas 1987, um prêmio extra destinado à memória de Guevara.

Os livros de ensaio para concorrerem ao Prêmio Extraordinário poderão abordar estudos de natureza teórica ou histórica sobre a vida e obra do comandante Guevara, assim como os temas por ele examinados em suas reflexões sobre a situação latino-americana. E também, de acordo com as bases do concurso, a luta do movimento popular democrático e revolucionário da América Latina por sua real e definitiva independência, assim como as experiências vividas com a construção do socialismo em Cuba.

O Prêmio Casa das Américas 1987 é dedicado a romances, peças teatrais, livros de depoimentos, ensaios sobre temas artístico-literários latino-americanos e caribenhos, obras de literatura brasileira e do Caribe em língua francesa ou *créole*.

Poderão participar de ambos os prêmios os autores latino-americanos e caribenhos, e também os naturalizados, assim como os ensaístas de qualquer

outro país, com obras sobre assuntos latino-americanos e do Caribe, desde que escritas em espanhol ou português.

Os concorrentes devem enviar seus originais em espanhol com exceção dos brasileiros, que o farão em português, e os caribenhos de língua francesa, que devem escrever em francês ou em língua nacional.

Todas as obras devem ser inéditas, considerando-se como tais mesmo as que tenham sido imprimidas em não mais de sua metade. No caso das peças teatrais, serão aceitas até as que já tenham sido representadas. Nas traduções para o espanhol, deverá constar o nome do tradutor e ser enviado o texto no idioma original.

Os livros de depoimentos devem documentar, de forma direta, um aspecto da realidade latino-americana e caribenha,



Comandante "Che" Guevara



entendendo-se por fonte direta o reconhecimento dos fatos pelo autor ou a recopilação por este de relato ou documentos fidedignos obtidos dos protagonistas ou de testemunhas idôneas.

Será outorgado um prêmio único e indivisível para cada gênero e categoria no equivalente a 3 mil dólares em moeda nacional correspondente e a publicação do trabalho na coleção Prêmio dirigida pela Casa das Américas.

As obras devem ser enviadas à Casa de Las Américas (3ra. y G, El Vedado, La Habana, Cuba), a qualquer embaixada de Cuba ou à Caixa Postal 2,300, Berna 16, Suíça. A comissão julgadora se reunirá em Havana, em janeiro de 1987.

Nenhum concorrente poderá enviar mais de um trabalho por gênero, nem participar com um que, ainda que inédito, tenha obtido algum prêmio nacional ou internacional. As obras devem ser escritas a máquina com folhas numeradas, em um original e duas cópias perfeitamente legíveis.



“Nós, nicaraguenses, decidimos ser os donos do nosso pedaço de terra”

As relações com a igreja, a agressão norte-americana, a ofensiva dos “contras”, os erros do processo revolucionário e as perspectivas do futuro, na opinião de Tomás Borge

Beatriz Bissio

O comandante Tomás Borge, o único sobrevivente do grupo que na década de 60 fundou a Frente Sandinista, retomando as bandeiras de Augusto César Sandino, é atualmente um dos nove membros da direção nacional da FSLN e ministro do Interior.

Nesta entrevista exclusiva para os cadernos do terceiro mundo - que mais do que uma entrevista foi na verdade uma conversa amena - o comandante Borge se manifesta como um dirigente de alto nível, mas não esconde sua sensibilidade poética.

Entrevista



Mais de 40% dos recursos do país são destinados à guerra

Quais são as formas assumidas pela agressão imperialista contra a Nicarágua e que evolução teve ela neste último período?

— Há um ano, aproximadamente, estão ocorrendo algumas mudanças importantes, principalmente no aspecto militar. A contra-revolução, com a Frente Democrática Nicaraguense (FDN), dirigida por antigos guardas somozistas, conseguiu, em dado momento, penetrar no país, do norte para o sul. Do sul para o norte, avançava a Aliança Democrática (Arde). Tudo isso se enquadrava na perspectiva estratégica traçada pelos órgãos do governo norte-americano.

Houve um momento em que essa estratégia dividiu brutalmente o país, pretendendo chegar até a costa atlântica e fustigar a área do Pacífico, inclusive a rodovia Panamericana, com o objetivo de inviabilizar a permanência da FSLN no poder.

Ao mesmo tempo, a CIA planejava organizar uma frente contra-revolucionária interna, com células

conspirativas nas cidades e nas zonas rurais do Pacífico, com o propósito de semear o terror, realizar atos de sabotagem e assassinar dirigentes revolucionários.

Na costa atlântica as contradições existentes entre o governo revolucionário e as minorias étnicas — especialmente os misquitos — foram estimuladas o quanto foi possível.

Nesse mesmo contexto, foi prestada ajuda econômica e oferecido respaldo político aos integrantes dos partidos de direita que, em apoio à estratégia norte-americana, recusaram-se a participar do processo eleitoral. Se aprofundaram os vínculos entre a embaixada norte-americana e alguns setores reacionários da igreja católica, à qual foi encomendada a missão de liderar a luta ideológica. A ela se juntariam os elementos mais reacionários dos partidos de direita, além do Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep).

E o embargo econômico?

— De maneira simultânea, foi posto em prática um embargo econômico contra a Nicarágua. Como a maior parte de nosso comércio tem sido tradicionalmente com os Estados Unidos, o governo norte-americano supôs que o embargo iria nos causar um sério prejuízo econômico. Isso realmente aconteceu. Mas, ao mesmo tempo, nos obrigou a diversificar os nossos mercados de importação e exportação.

Se a tudo isso acrescentarmos o fato de que a própria guerra nos obriga a destinar mais de 40% dos recursos nacionais à defesa; considerando a atrasada herança tecnológica que recebemos — a qual não pode ser superada num período histórico curto como o que vivemos e induz a avaliações subjetivas

e, por conseguinte, a erros — levando em conta a descomunal propaganda contra a revolução, que ultrapassa as nossas fronteiras e cujo objetivo é reduzir o espaço de apoio dos setores que, desde a vitória, tiveram uma atitude em geral positiva, então

perceberemos os recursos e as armas com os quais quiseram nos destruir.

Qual foi a resposta do governo sandinista?

“Tivemos que aprender a combater um exército bem armado, bem treinado e magnificamente financiado”

— A cada uma das frentes de batalha destinamos energias, recursos e quadros. Nessas novas condições tivemos que aprender a combater um exército bem armado, bem treinado, magnificamente financiado. Tivemos que aprender a enfrentá-los na luta ideológica, a sobreviver em meio à crise econômica, a usar os meios próprios da diplomacia e da política internacional.

Em cada cenário da luta, apesar de nossa fraqueza aparente, fomos vencendo o inimigo. Fomos derrotando o inimigo armado a ponto de poder afirmar, no presente momento, que do ponto de vista estratégico existe um retrocesso irreversível na sua capacidade militar. Mesmo conservando sua capacidade tática, ele perdeu a iniciativa estratégica. A bem da verdade, é necessário dizer que ele nunca teve essa iniciativa estratégica, apesar de ter tomado permanente e constantemente uma iniciativa tática que atualmente também está perdendo.

Como definiria a situação do ponto de vista tático e estratégico? Como fizeram para enfrentar o inimigo?

— Do ponto de vista estratégico fomos encurralando o inimigo, fechando o seu espaço; do ponto de vista tático, procuramos manter a iniciativa em termos gerais. Combatemos no lugar e no momento que escolhemos, o que ocasiona uma grande quantidade de baixas às forças contra-revolucionárias e um alto índice de *desalzamiento*, que é como chamamos o abandono da luta por parte de elementos pertencentes às fileiras inimigas. Essas pessoas às vezes

se integram às forças revolucionárias, mas normalmente se dedicam à vida comum.

Fomos tirando da contra-revolução o apoio social dos camponeses, que, apesar de nunca lhe ter sido favorável na correlação de forças, estava chegando a um nível inquietante. Fomos arrebatando esse apoio justamente nas áreas mais conflitivas, particularmente em Matagalpa e Jinotega.

Com que medidas?



“Existe um setor da igreja ligado aos interesses populares”

influência?

— A igreja, ou melhor, o setor reacionário da hierarquia eclesiástica, declarou e demonstrou na prática o seu profundo repúdio à revolução, a suas instituições e a suas conquistas. Fez todo o possível para distanciar o povo da revolução. No começo, disfarçava a mensagem política com uma retórica religiosa,

mas ultimamente há setores da hierarquia eclesiástica que assumem com igual veemência o mesmo discurso da administração Reagan.

Curiosamente, nas zonas norte e central do país, o setor reacionário da igreja tem sido menos agressivo. Embora não

“O setor reacionário da hierarquia eclesiástica demonstra na prática o seu profundo repúdio à revolução”

se possa considerar os bispos de Matagalpa ou Jinotega como candidatos à direção nacional da FSLN ou à Assembléia Sandinista, pelo menos foi possível manter um diálogo permanente com eles nessas re-

gões.

— Com trabalho político, com entrega de terras, com punição para os culpados de abusos dentro de nossas próprias forças. Os abusos existiram, por má-fé de alguns ou por concepções ultra-radicalistas de outros.

A igreja diante da revolução

Como foi que a igreja usou a sua

giões. Pusemos em prática um trabalho de aceitação sincera, de aproximação e de respeito, dando-lhes razão quando estão certos.

Mas existe um outro setor da igreja ligado aos interesses populares. Este setor assume a mensagem cristã compatível com os objetivos de justiça social. Contra ele se desencadeou uma perseguição inaudita, com a expulsão de padres de suas paróquias e com difamação dos mesmos. Quem faz isso? Os mesmos setores eclesiológicos que se opõem à revolução!

Pelo que sabemos, há camponeses que se integraram à contra-revolução. Como a FSLN enfrentou essa situação?

— Usamos os organismos de segurança, mas com os camponeses que integraram a contra-revolução armada usamos também a persuasão, tentando convencê-los que o seu bem-estar e o de seus filhos está na revolução. Falamos com eles, resolvemos os seus problemas e tentamos esclarecer sua confusão ideológica.

Muitas vezes os camponeses não conseguem entender uma explicação se esta não for acompanhada por respostas práticas. Levamos em consideração o fato de que muitas vezes eles tiveram parentes ou amigos injustamente capturados, tendo sido cometidos crimes contra alguns. Esses fatos, embora isolados, não deixaram de ter repercussão na consciência dessa gente.

Mas os "contras" agem sempre dessa forma...

— Nem sempre. A contra-revolução foi orientada

"A aparente 'bondade' dos contra-revolucionários desapareceu com as primeiras tempestades e sua maneira natural de ser veio à tona"

do brutalmente as pessoas. O sequestro foi utilizado por eles desde o primeiro dia e deu bons resultados: sequestravam os homens aptos para o combate, que depois se sentiam ligados a eles e a nossos inimigos.



A CIA aconselhou os contras a não maltratarem os camponeses

no sentido de não maltratar os camponeses, de acordo com as recomendações da Agência Central de Inteligência (CIA). Nossos combatentes, por sua vez, cometeram alguns abusos.

Quais, por exemplo?

— Chegavam das montanhas com frio e se refugiavam nas igrejas, pois não tinham outro lugar. Transformavam as capelas em quartéis, ferindo assim os sentimentos religiosos das pessoas. Às vezes consumiam mantimentos, ou comiam uma vaca, entregando aos camponeses um vale para que cobrassem a despesa em outro momento. Já os contra-revolucionários tinham dinheiro em espécie e se uma vaca custasse mil córdobas, eles pagavam duas mil. É claro, tinham todo o dinheiro de Reagan!

Mas essa bondade aparente dos contra-revolucionários desapareceu com as primeiras tempestades, e sua maneira natural de ser veio à tona. Começaram a agir como sempre o fizeram, violentando mulheres, assassinando, roubando bens e tratando

Quando voltavam, convertidos em soldados da contra-revolução, exerciam, em visita a amigos e parentes, uma função multiplicadora.

Em resumo, eles não conseguiram atrair toda a população camponesa, mas sim um número suficiente para criar um exército mais forte do que tinha sido a guarda nacional de Somoza.

Toneladas de explosivos

Vocês contra-atacaram com a anistia?

— Entre as medidas políticas que tomamos estava, efetivamente, a anistia e uma propaganda especial para estimular o *desalzamiento*. Durante este ano já depuseram armas várias centenas de pessoas.

Isso nas zonas rurais?

— Sim. Demos maior atenção política às nossas forças e também melhor treinamento militar, mais recursos e melhores condições de vida. Foram adquirindo na prática uma extraordinária experiência combatente. O número de baixas — mortos e feridos — entre os nossos caiu, enquanto o do inimigo aumentava. A quantidade de combates vitoriosos do nosso lado é muito maior do que a deles.

Seu esforço no sentido de criar uma frente interna fracassou redondamente. Eles instalaram centros de inteligência em Choluteca e em outras zonas fronteiriças com a Nicarágua, em San José, na Costa Rica, e introduziram uma quantidade impressionante de explosivos dissimulados em brinquedos ou coisa parecida. Não conseguiram detonar um só desses artefatos, dos quais apreendemos 50 toneladas.

Uma quantidade respeitável, que poderia fazer voar pelos ares...

— ...Se estas 50 toneladas explodissem simultaneamente na cidade de Manágua, mandariam a capital da Nicarágua para a lua.

Nesse sentido, recebemos o apoio das massas organizadas e mesmo das não-organizadas.

Existe uma permanente atividade de formação dos setores populares, além do trabalho profissional dos organismos de segurança do Estado revolucionário. Para dar um exemplo, em determinado ins-

tante o primeiro chefe, o segundo, o terceiro e o quarto chefes da Arde no interior do país eram agentes de segurança do governo da Nicarágua e nenhum deles se conhecia nem sabia que o outro era agente. Cercamos nossos inimigos de agentes, o que nos proporciona excelente informação e controle de qualquer projeto conspirativo de sabotagem ou terrorismo. Até agora nem uma só atividade interna organizada por eles deu certo.

E sobre o descontentamento interno gerado pela crise econômica, o que pode nos dizer?

— Ainda não cheguei lá. Ainda estou desativando bombas. Os planos terroristas foram sérios. Descobrimos mais de 200 projetos de assassinatos, dirigidos contra líderes da revolução; tentaram dinamitar a fábrica de cimento e a refinaria, as únicas que temos no país; houve atentados contra supermercados, ônibus urbanos e hospitais.

Como definiria ideologicamente a oposição interna?

— Ela é formada pelos partidos políticos de direita, pelo Conselho Superior da Empresa Privada e seus apêndices, pelo jornal *La Prensa* — que mais parece um jornal norte-americano publicado em espanhol — e pelos setores reacionários da igreja católica, que, curiosamente, são mais reacionários que os setores protestantes ou evangélicos. Lamentavelmente precisamos privilegiar a luta militar, que é mais visível, aparentemente mais perigosa, mas que obriga a deixar em segundo plano o debate ideológico. É como um médico que deve atender dois doentes, um com a mão decepada e outro com câncer. Ele corre para atender o da mão cortada e deixa para mais tarde o do câncer.

A pior das doenças que poderia ser mortal eventualmente, é a luta ideológica. Você pode facilmente expulsar o inimigo de uma colina ou de uma trincheira, mas às vezes é impossível ou muito difícil expulsá-lo de uma consciência, principalmente

“Descobrimos mais de 200 planos de assassinatos contra dirigentes da revolução”

em um país como o nosso, de janelas abertas, de livre comércio, sem restrições de nenhum tipo, onde mesmo nessas circunstâncias se pode entrar e sair, no qual todas as publicações são acessíveis, desde a famosa



É um país de janelas abertas, sem restrições de nenhuma natureza, mesmo nestas circunstâncias”

revista *Readers Digest* até os romances de Corín Tellado, onde se podem ver os filmes mais violentos e alienados, os mais sem graça e de mau gosto. Temos essa fraqueza.

Outras revoluções defenderam suas fronteiras ideológicas, restringindo todas as possibilidades de contaminação. Ao mesmo tempo, talvez tenham deixado espaço a certas “fraquezas culturais”, para usar uma forma eufemística, que em certo momento foram inevitáveis.

Nós escolhemos o caminho mais difícil, mais longo e espinhoso, tão complexo quanto extenuante: o caminho que nos foi imposto pela realidade. Optamos, em termos estratégicos, por uma economia mista e pelo pluralismo político. Essa não é uma questão prática, não é uma “cortina de fumaça”. É a realidade. Não podemos mudar isso por decreto. Temos essa fraqueza objetiva. Se dependesse de nós, se fosse somente uma questão de impor a nossa vontade, teríamos certamente escolhido o caminho mais rápido, a linha reta, ou seja, a mais curta.

Como têm atuado no terreno econômico?

— Nós enfrentamos os problemas econômicos com enormes dificuldades, pois não somos especialistas e desconhecíamos as leis da economia política e da política econômica. Fomos empiristas e, apesar da as-

essoria de alguns especialistas, a prática demonstrou que as decisões políticas são as determinantes e às vezes os especialistas, que não dominam o aspecto político, dão maus conselhos. Acrescente a essa

inexperiência, a herança de uma economia atrasada, primitiva mesmo, com uma indústria obsoleta, não-competitiva, e uma tecnologia do tempo do onça.

A tirania somozista, com seu desenfreado apetite de riqueza pessoal e seu nepotismo, esqueceu-se da modernização. Não pensou que ela seria necessária para enriquecer, para engordar contas bancárias no exterior.

Por meio do controle que exercia sobre o sistema financeiro, Somoza e um setor da burguesia tomavam empréstimos milionários, que pagavam com a hipoteca de alguma fazenda ou fábrica de valor muito inferior ao empréstimo recebido. Esse dinheiro era convertido em dólares e depositado em alguma conta bancária. Assim foram acumulados centenas, milhares de milhões de dólares.

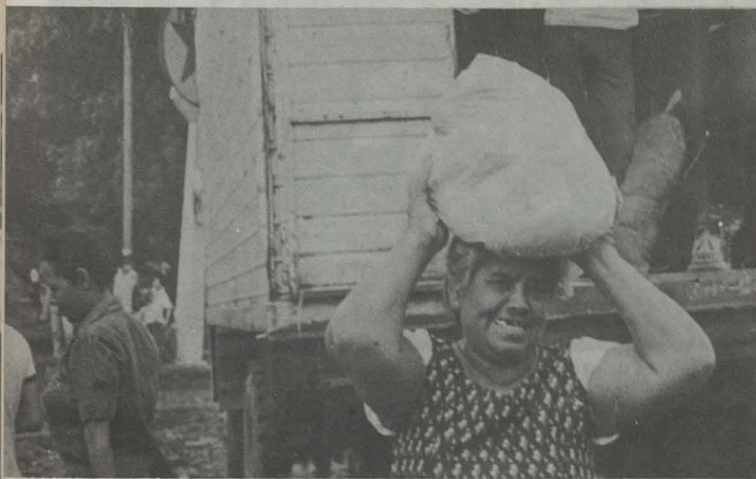
Somoza distribuía certos privilégios entre os que lhe eram próximos, gerando assim uma burguesia política mas não econômica, desprovida da capacidade de modernizar o desenvolvimento industrial do país. O setor econômico independente, por assim dizer, surgiu sem o privilégio das isenções fiscais e dos favores bancários de Somoza.

Houve algumas mudanças nos últimos anos da ditadura?

— Durante os últimos anos da ditadura, desenvolveu-se uma empresa

privada mais dinâmica, que exigia modernização e precisava do sistema financeiro nacional para investir nela. No entanto, não passou de uma tentativa, pois nunca chegaram a completar o ciclo de mo-

“Enfrentamos o problema econômico em meio a enormes dificuldades; somos inexperientes e fomos empíricos”



“Acrescentemos à nossa inexperiência, a herança de uma economia atrasada”

dernização. Estes senhores do capitalismo modernizante nunca chegaram a ter uma expressão política organizada.

Quando começaram a existir, dando seus primeiros passos, engatinhando, criaram um instrumento político chamado Movimento Democrático Nicaraguense (MDN), que surgiu no cenário histórico da Nicarágua demasiadamente tarde. Já não podiam substituir a Frente Sandinista de Libertação Nacional como organização aglutinadora da opinião do povo. Por isso não conseguiram nada.

A derrota da ditadura estava próxima e eles não tinham força, nem possibilidade, nem os mecanismos, nem os quadros, nem a visão e nem a organicidade que nós tínhamos. Não lhes restou outra alternativa senão tornarem-se apenas mais um elemento adicional na retaguarda da luta contra os Somoza.

A ilusão do consumo subsidiado

O sr. falou de erros cometidos pela revolução. Quais, por exemplo?

— Quando a revolução saiu vitoriosa, o grupo de homens que dirigira a luta armada contra a ditadura, aqueles jovens inteligentes que tinham adquirido prestígio nacional e internacional, absorveram a experiência necessária para conduzir o destino do país, da mesma forma como a terra seca absorve a água.

“A empresa privada apareceu no cenário político da Nicarágua tarde demais. Ela esteve na retaguarda da luta anti-somozista”

É claro que inicialmente cometemos erros de caráter econômico. Acho que o principal deles foi ter “subsidiado a normalidade”, ou seja, destinar os recursos obtidos por meio de doações ou créditos para criar uma sociedade satisfeita, iludidos por não saber o que significa consumir sem investir.

Fizemos poucos investimentos e depois, quando começamos a investir mais, escolhemos setores estratégicos e não os de curto período de maturação econômica. Tivemos também que administrar os bens confiscados aos somozistas

e as terras que expropriamos por motivos políticos, sem ter quadros nem experiência. Algumas fazendas produtivas ficaram seriamente prejudicadas.

Me parece estar ouvindo uma entrevista que nos concedeu o presidente Samora Machel, de Moçambique. Ele dizia que tinham cometido o mesmo erro e que, anos mais tarde, se convenceram de que construir o socialismo não é o mesmo que plantar e vender tomates. Talvez lá as coisas tenham ocorrido de modo mais compulsório, pois os portugueses abandonaram o país e não havia ninguém que assumisse as responsabilidades, exceto a Frelimo, que como a FSLN, também não tinha quadros.

— Acho que esses são problemas que, em maior ou menor medida, se apresentam em todas as revoluções do Terceiro Mundo. Às vezes a escassez de quadros qualificados nos faz cair em posições voluntaristas.

Quanto à reforma agrária, por exemplo, começaram dando prioridade à distribuição de terras para “formas superiores de produção”, ou seja, para grandes empresas estatais, de propriedade do povo, ou cooperativas. Até 1982, 82% da terra distribuída e com

título faziam parte de cooperativas, sem considerar as empresas estatais. A experiência posterior nos mostrou que nesta etapa histórica era necessário dar terra aos camponeses. Isso é o que estamos fazendo



“Um dos nossos erros foi destinar recursos para criar, ingenuamente, uma sociedade satisfeita”

agora, mesmo com terras que eram de propriedade estatal.

O que o senhor pode dizer sobre a entrega e gestão da terra, e o subsídio com créditos?

— No começo, cometemos a loucura de dar crédito anarquicamente a todos os camponeses. Alguém inventou o “aerocrédito”, que era um avião que distribuía dinheiro por toda a Nicarágua, como se fossem jornais. É claro que as pessoas recebiam o dinheiro encantadas. Formaram-se cooperativas fantasmas. As pessoas iam ao banco e diziam: temos uma cooperativa. Pronto, levavam o dinheiro.

O esbanjamento foi descomunal e totalmente irreversível, a tal ponto que, no quarto ou quinto aniversário da revolução, decidimos perdoar a dívida dos camponeses para livrá-los dessa carga psicológica.

Mesmo porque o camponês que recebe crédito, deseja realmente pagar.

— Quando você não deve, fica mais tranquilo. A uma situação econômica complicada se acrescenta o elemento da guerra.

Até 1985, os prejuízos materiais e perdas da produção são estimados, no mínimo, em 500 milhões de dólares. Esse montante se refere apenas aos efeitos diretos, porque não existe somente a destruição material visível praticada pelos bandos contra-revolucionários nas propriedades agrícolas, escolas, centros de saúde — que nos custam

muitos esforços — mas também existem os danos ocultos, que não podem ser contabilizados porque não há parâmetros para isso. Como contabilizar, por exemplo, o trauma que a guerra causa a milhares

E as consequências na economia?

— O esforço de nossa economia em relação à defesa é esmagador. A pouca produção que existe vai prioritariamente para a defesa. Por isso há escassez de produtos de primeira necessidade. Nossas exportações diminuíram. Este ano foram de quase 30% a menos que em 1983, em termos reais.

O mercado mais próximo e menos caro era o dos Estados Unidos. O bloqueio, portanto, causou-nos sérios danos. Temos que comprar mais e há menos divisas. O intercâmbio desigual é cada dia mais sádico. Cada vez vendemos mais barato e compramos mais caro. Estamos integrados à crise econômica internacional, sofrida pelo mundo inteiro e particularmente pelos países do Terceiro Mundo.

A produção agrícola é suficiente?

— Há uma produção agrícola contabilizada e outra que não é controlada, mas a renda da população é muito limitada em comparação com o preço dos produtos. O setor terciário — a área do comércio informal — desenvolveu-se de maneira espetacular. Isso nos causa sérios problemas. Uma enfermeira graduada, por exemplo, talvez até com uma especialização, prefere vender refrescos no mercado porque assim ganha mais. Muitos médicos especialistas estão

de famílias camponesas?

Os melhores quadros da revolução são destinados à guerra; os companheiros mais competentes estão ocupados em questões de segurança, com a polícia ou são militares. Os médicos são instalados nas áreas de combate, os psicólogos atendem os problemas produzidos pela guerra.

O bloqueio e o intercâmbio desigual

“Como contabilizar o trauma da guerra em milhares de famílias camponesas?”

dedicados ao comércio, porque é mais vantajoso do que exercer sua profissão.

Como fundador da Frente Sandinista, o senhor poderia nos dar uma idéia sobre qual das etapas vividas é mais difícil?

— Se afirma frequentemente que a etapa mais difícil é a da luta pelo poder. Acho que a mais difícil é aquela que se está vivendo em cada momento. Quando estávamos no rio Coco, descalços, famintos, seminus, atacados pelos mosquitos, com os horizontes naturais e políticos fechados; quando não éramos ninguém e ninguém acreditava em nós, quando éramos um punhado de sonhadores, de aventureiros, como éramos chamados pelos companheiros do Partido Socialista e por companheiros de outros partidos similares na América Latina; quando éramos anônimos, quando não tínhamos prestígio, tudo era muito difícil. Em 1967, nos perdemos na selva durante 15 dias. Nosso barco afundou num afluente do rio Coco, onde perdemos tudo. Após muitos dias sem alimentação, chegamos a um povoado e comemos tanto que pegamos uma diarreia incontrolável que durou sete dias. Esta foi uma das experiências mais duras.

Depois quando estávamos na guerrilha de 1967, em Pancasán e Fila Grande, mataram quase todos os nossos e restaram poucos sobreviventes. Lembro-me que nos encontramos com Carlos Fonseca na cidade de Manágua, nos dias em que mataram o Che Guevara, e se me tivessem perguntado qual era o momento mais difícil eu teria dito que era aquele.

94 — terceiro mundo

Quando me capturaram e me mantiveram durante nove meses vendado e algemado, torturando-me brutalmente; quando me puseram naquele quarto com ar condicionado, nu, e comecei a sentir o frio e o barulho insuportável do ar, totalmente isolado, pois

durante semanas ninguém me dirigiu a palavra, se tivessem perguntado pelo momento mais difícil, eu teria dito: "é este".

Depois da tomada do poder se em 19 de julho de 1979 alguém me tivesse interrogado, eu diria: "já passaram os momentos difíceis, agora começa a construção do paraíso terrestre". O sol então brilhava com uma luz esplêndida, as cores das borboletas eram mais brilhantes e quando nos aproximávamos dos jardins, as rosas tinham uma fragrância mais profunda e intensa.

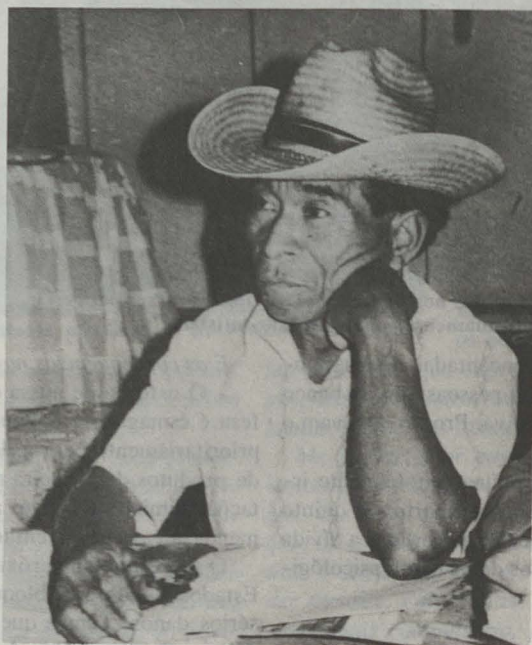
Vocês previam a contra-revolução?

— Sabíamos que começaram a cumprir-se as leis do desenvolvimento histórico. É claro que tínhamos previsto o aparecimento de uma contra-revolução, porque havíamos lido isso nos livros e tínhamos visto a experiência de outras revoluções. Não existe a possibilidade de uma revolução sem contrapartida, e estávamos certos de que o imperialismo não devia

estar muito alegre com a nossa vitória e que faria todos os esforços a seu alcance para destruí-los.

Agora sinto, no entanto, que estamos no momento mais difícil frente a frente com o imperialismo, sob ameaça de uma agressão direta, com esta luta complexa, fascinante e dramática

que estamos vivendo.



Todos os camponeses receberam créditos

"Mantinhame num quarto com ar condicionado, nu, em um total isolamento..."

O sr. acredita que a revolução tenha favorecido a restauração da democracia com o aval dos Estados Unidos?

– Sim, mas não foram os Estados Unidos, pelo contrário, foram as burguesias nacionais latino-americanas que puseram os pés na terra. O imperialismo ianque não aceita essa mudança. Fazendo uma suposição impossível, a destruição da revolução nicaraguense traria como consequência o restabelecimento da Guarda Nacional na Nicarágua e um violento retrocesso de todas as mudanças democráticas que ocorreram na América Latina. Significaria a volta dos militares ao poder, a entronização de Pinochet e o retorno de quem sabe quantos gorilas deste continente.

Mas foram obrigados a tirar Duvalier de helicóptero!

– É claro que eles facilitaram a saída de Duvalier, mas ele não foi tirado de lá por Reagan e sim pelo povo do Haiti.

Como o sr. vê o futuro do Grupo de Contadora?

– Num futuro próximo, seremos pressionados por todos os lados para que nos desarmemos. O governo norte-americano tentará obrigar-nos a assinar não a ata de Contadora, mas o atestado de óbito do processo revolucionário nicaraguense. Definitivamente, essa solução não pode incluir a retirada das armas do povo, pois elas são o nosso principal e quase exclusivo mecanismo de sobrevivência. Tudo pode falhar, até a solidariedade, mas não pode falhar a fé do povo em sua revolução e a fé da revolução no povo. Desarmar o povo não é só tirar-lhe os fuzis, é tirar-lhe toda a fé em seu processo histórico.



“Tudo pode falhar, até a solidariedade, mas não pode falhar a fé do povo em sua revolução”

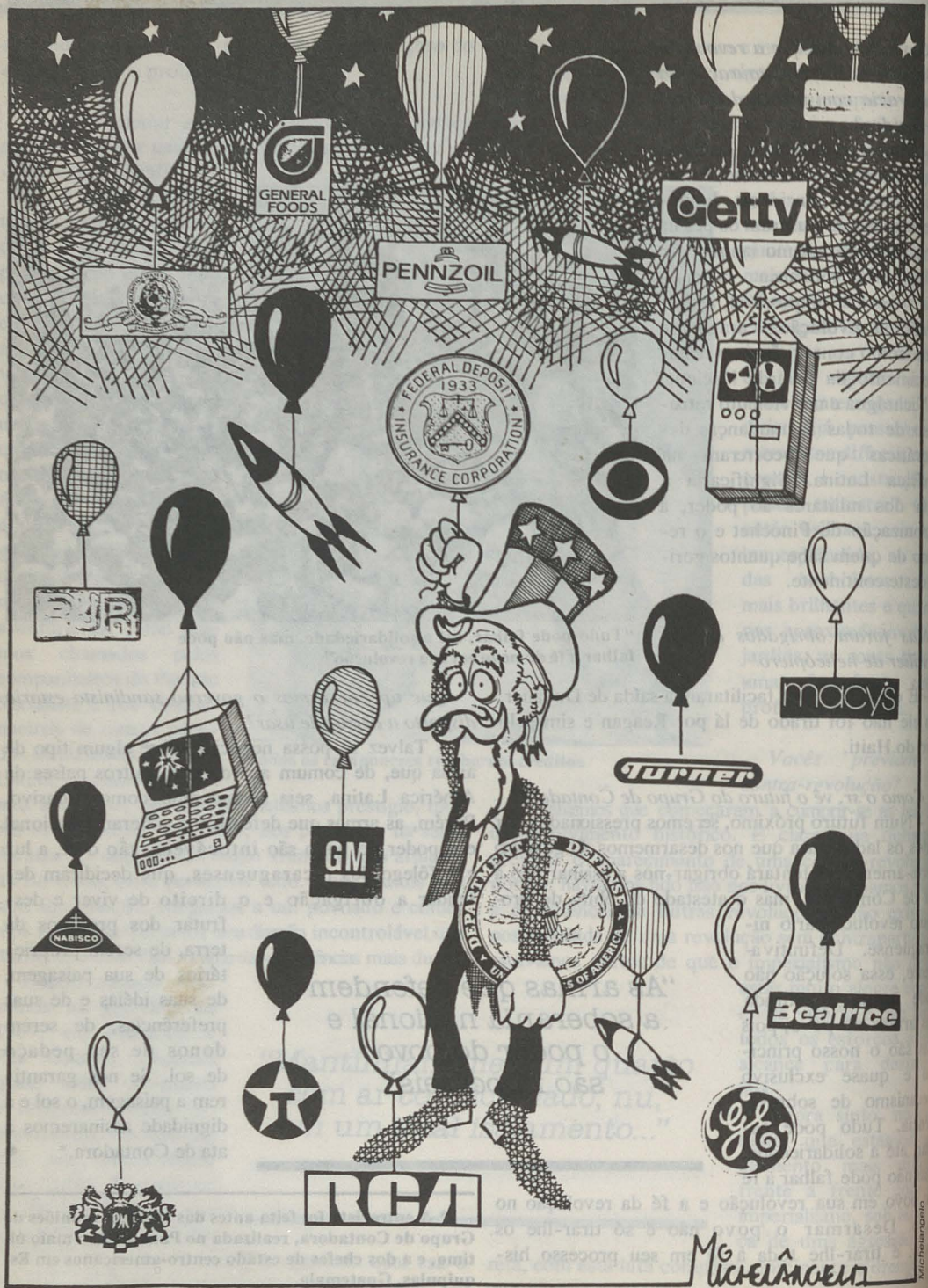
“As armas que defendem a soberania nacional e o poder do povo são intocáveis”

Que tipo de armas o governo sandinista estaria disposto a deixar de usar?

– Talvez se possa negociar sobre algum tipo de arma que, de comum acordo com outros países da América Latina, seja considerado como ofensivo. Porém, as armas que defendem a soberania nacional e o poder do povo são intocáveis, são o ar, a luz e o fôlego dos nicaraguenses, que decidiram defender a obrigação e o direito de viver e desfrutar dos produtos da terra, de serem proprietários de sua paisagem, de suas idéias e de suas preferências, de serem donos de seu pedaço de sol. Se nos garantir a paisagem, o sol e a dignidade assinaremos a ata de Contadora.* ●

* A entrevista foi feita antes das recentes reuniões do Grupo de Contadora, realizada no Panamá, em maio último, e a dos chefes de estado centro-americanos em Esquipulas, Guatemala.

Humor





**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

CHEQUE
PARA QUEM PAGA.
DINHEIRO
PARA QUEM RECEBE.



BANERJ

O BANCO QUE
O POVO ELEGEU

CHEQUE VERDE